

Educação pela espera

Paulo Arantes

Educação pela espera

2013

A coleção **Sentimento da Dialética** é copyleft.

A coleção é organizada em **sete categorias e três subcoleções**, com diferentes tipologias documentais e formatos de arquivos:

Categorias: Filosofia; Política; Estética; Arquitetura e Cidades; Artes Plásticas; Crítica da Cultura e Trajetórias. Cada categoria adota uma cor específica aplicada na capa do e-book.

Subcoleções:

E-books: livros, capítulos, prefácios, artigos e entrevistas (em formatos PDF, EPUB e MOBI/Kindle) – com obras em português, inglês, espanhol, italiano e francês.

Documentos: matérias de jornal, fotos e documentos históricos (em formatos PDF e JPEG)

Mídia: vídeos ou áudios de palestras, aulas e debates (em formatos MP3 e MP4) associados a um canal da coleção no YouTube.

Coordenação editorial: Pedro Fiori Arantes

Projeto Gráfico: Paula Astiz

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Arantes, Paulo Eduardo, 1942-

Educação pela espera [recurso eletrônico] / Paulo Eduardo Arantes. -- São Paulo : [s.n], 2026.

ePUB. - (Coleção sentimento da dialética / coordenação Pedro Fiori Arantes)

ISBN 978-65-02-06291-3

1. Filosofia - Brasil. 3. Civilização moderna - Filosofia. I. Título. II. Série.

CDD 199.81

Elaborado por Cristiane de Melo Shirayama – CRB 8/7610

DOI: <http://doi.org/10.34024/9786502062913>



Esta obra tem licença Creative Commons internacional 4.0

<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Publicado originalmente em:

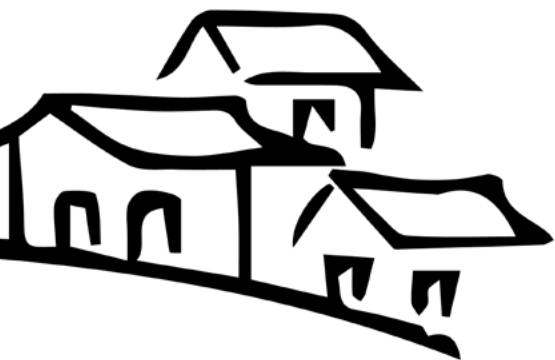
“O enigma das quatro esperas”: versão resumida publicada com o título “Uma educação pela espera” no livro *Antonio Candido 100 anos* (organizado por Maria Augusta Fonseca e Roberto Schwarz). São Paulo, Ed. 34, 2018.

“No caminho das índias”: publicado com o título de “Variações sobre o tempo vivido nas dimensões do fim”, no livro de homenagem a Marcos Müller, *Negatividade e liberdade*. Campinas, Ed. Phi, 2017.

“Da noite para o dia: Começo de conversa de um antigo camarada careta com o coletivo Desentorpecendo a Razão (DAR)”, publicado em *Dichavando o poder: drogas e autonomia* (coletivo DAR org.) São Paulo, Autonomia literária, 2016.

Sentimento da Dialética

UM ENCONTRO COM A OBRA DE OTÍLIA E PAULO ARANTES





Tarsila do Amaral. *Paisagem antropofágica - I*, 1929 c – lápis s/ papel, 18,0 x 22,9 cm. Coleção Mário de Andrade. Coleção de Artes Visuais do Instituto de Estudos Brasileiros USP. Reprodução gentilmente cedida pela família e IEB USP.

O novo tempo do mundo exige dos intelectuais responsabilidades que lhes são intrínsecas: a de tornar a força das ideias parte do movimento de entendimento e transformação do mundo. Os filósofos Otília Beatriz Fiori Arantes e Paulo Eduardo Arantes cumprem, juntos, há mais de 50 anos, a tarefa da crítica como intelectuais públicos atuantes, transitando entre diversas áreas das humanidades e da cultura, em diferentes audiências e espaços de formação. A coleção [Sentimento da Dialética](#) é um lugar de encontro com a obra de Otília e Paulo Arantes e reafirma o sentido coletivo da sua produção intelectual, reunida e editada em livros digitais gratuitos. É um encontro da sua obra com um público cada vez mais amplo, plural e popular, formado por estudantes e novos intelectuais e ativistas brasileiros. É também um encontro da sua obra com o movimento contemporâneo em defesa do conhecimento livre e desmercantilizado, na produção do comum e de um outro mundo possível.

SUMÁRIO

- 11 **PRIMEIRA**
O enigma das quatro esperas
- 59 **SEGUNDA**
No caminho das Índias
- 147 **APÊNDICE**
Da noite para o dia

PRIMEIRA

O enigma das quatro esperas*

I.

Em 1990, Antonio Candido publicou um estudo desconcertante, e com cheiro de obra prima: *Quatro esperas*¹. Trata-se na verdade de um ensaio único em quatro capítulos, cada um deles correspondendo a uma Espera, assim distribuídos: na primeira, um poema de Constantino Cavafis, “À espera dos bárbaros”, nos introduz no “mundo das esperas angustiadas, dos atos sem sentido lógico, da surda aspiração à morte individual”; na segunda, nos deparamos com a construção kafkiana da Muralha da China, à sombra da qual “os homens esperam em vão pelo que nunca vai acontecer”; a terceira transcorre na Fortaleza para a qual é enviado o tenente Giovanni Drogo, no romance de Dino Buzzati, *O deserto dos tártaros* (1940), uma vida de guarnição em que todos esperam por um futuro atrelado à “vinda dos tártaros imponderáveis”; a quarta e última Espera é vivida em primeira pessoa pelo narrador do romance de Julien Gracq, *O litoral das Sirtes* (1951), um jovem aristocrata encarregado de missão “junto às magras e antiquadas forças navais” de uma república pa-

* Uma versão resumida deste texto foi publicada como capítulo do livro Antonio Candido 100 anos (organizado por Maria Augusta Fonseca e Roberto Schwarz), ed 34, 2018, com o título “Uma educação pela espera”.

1. “Quatro esperas”, de Antonio Candido, saiu originalmente na revista *Novos Estudos* nº 26, CEBRAP, recolhido depois no livro *O discurso e a cidade* (São Paulo: Duas Cidades, 1993).

trícia estagnada. Até onde a memória alcança, aquele ensaio realmente único deslumbrou e desnor-teou em igual medida. Para começar, não havia onde encaixá-lo, longe sobretudo dos grandes gêneros críticos reinventados pelo Autor, a sondagem em profundidade da experiência brasileira, os ensaios históricos de formação, as pequenas memórias de época etc. Além do mais, comentar Kafka à queima roupa, não era pouca coisa. À procura da nota característica que lhe definisse a composição insólita, chegou-se até a evocar a intransitividade de seu andamento musical, pensando-se, no caso, num ciclo de quartetos de cordas. Seja como for, coube ao próprio Antonio Candido dar a primeira notícia acerca das liberdades que tomara ao arriscar até mesmo a paráfrase de conteúdo. A seu ver, concentrando-se nos enunciados e mostrando o seu encadeamento, o que fez foi o que se poderia chamar de “descrições críticas”, mas só aparentemente dando mais atenção à mensagem do que ao código, de fato misturados, porém numa proporção tal que a impressão de meditação própria e independente, embora sempre pela via indireta e tentativa do ensaio, por vezes parece se impor. E se impor com a autoridade mais do que apenas literária de uma voz em que se exprimia uma certa sabedoria, da qual faz tempo perdemos até mesmo a noção. Daí o desassossego. Era uma amostra perturbadora. Depois de observar que *O deserto dos tártaros* é um romance do desencanto que deságua na morte, presente em filigrana ao longo de toda a narrativa, o crítico acrescenta, “como na vida de todos nós”. E se assim é, não há por que temer avançar o sinal e concluir o capítulo das grandes definições: “o sentido da vida de cada um está na capacidade de resistir, de enfrentar o destino sem pensar no testemunho dos outros nem no cenário dos atos, mas no modo de ser; a morte desven-

da a natureza do ser e justifica a vida”². Poucos se atreveriam nestas paragens, menos por temer o tropeço mortal no tom sentencioso, do que por não ter o que dizer, pura e simplesmente, ou melhor, como dizer. Aqui o segredo da lição: é que o fecho do romance, “escrito com firmeza leve, cheio de precisão e mistério” é de fato notável, mas só confirmamos esta impressão de verdade e beleza porque a paráfrase de Antonio Candido não fica nem um pouco atrás, abrindo aliás num compasso que é puro Eça de Queiroz: “É uma tarde encantadora de primavera, com perfume de flores, céu macio e os morros cor de violeta perdendo-se na altura. Sentado no quarto pobre, Drogo [...]”.

Essas Esperas encerram sem dúvida uma outra lição, extraída do contraponto com o repertório de textos histórica e socialmente ancorados da primeira parte do livro que passaram a integrar, *O discurso e a cidade*, no caso, em confronto com os quais, o poema de Cavafis, a narrativa de Kafka e os romances de Buzzati e Julien Gracq boiam livremente em mundos arbitrários, sem localização histórica nem geográfica precisa, “descrevendo comportamentos envoltos num certo halo irreal”. Mas porque são literariamente eficazes não é menos forte o sentimento da vida e da verdade que comunicam. Uma lição de método portanto. Menos evidente todavia, as razões da escolha temática que dá uma fisionomia tão peculiar à segunda parte. Afinal, sem nenhum propósito ilustrativo aparente, aquelas Quatro Esperas continuam levando vida própria nas páginas de uma revista. Enquanto perduram, talvez não seja um falso problema atinar com as preferências do autor, procurar saber porque sua atenção se concentrou naqueles enunciados literários armados por uma recor-

2. *O discurso e a cidade*, cit. p. 185.

rente “expectativa de perigos iminentes, quase sempre com suspeita de catástrofe”. Duas respostas, de tão singelas, não admitem réplica. Primeiro, porque se trata de “um sentimento que em nosso tempo se tornou frequente, às vezes obsessivo”. Segundo, simplesmente porque o tema interessa ao Autor, resta saber se por alguma ressonância idiossincrática além da evidente eficácia literária das premonições e fantasias que o constituíram como tal. Pois não foi assim com um outro livro igualmente fora de esquadro, *Tese e antítese*? Neste é visível o fascínio do autor pelo tema romântico por excelência do Eu conturbado e dividido, dilacerado pelos “bichos do subterrâneo”, revirado pelos avessos. E como num dos ensaios se mostra que nascemos para a catástrofe em busca da sobrevivência, não seria muito difícil nem arbitrário encaminhar até o litoral das Sirtes, ou, à Fortaleza Bastiani, um Lord Jim também “à espera do momento ideal para dar a sua medida” – uma “espera precursora”, em suma.

Por onde andamos? Eis uma pista. Há um ponto em que esse indefinido sentimento predominante em nosso tempo – a mencionada expectativa do perigo eminente beirando a catástrofe – e um assunto predileto do autor se cruzam, e se juntam não por acaso na principal peça do quarteto, a terceira Espera, a espera da guerra por vir e que nunca chega. Pois este paradoxal assunto dileto de um crítico tão pessoalmente pacífico e civil é justamente a guerra, sem dúvida a representação literária da guerra, mas igualmente a guerra enquanto fenômeno social que no século XX chegou a ser total. Ainda recentemente (2009), arrumou um jeito de extrair de seus cadernos – se presumo bem – o ensaio em que estuda a elaboração ficcional de batalhas reais de modo a ressaltar, naqueles momentos de tudo ou nada, mediante o entrecruzamento

peculiar de fatos e pessoas que existiram e personagens imaginários relacionados à organização da narrativa, a forma pela qual a “ficção se configura na confluência da história com a literatura”³. E para comentar esse arranjo, se concentra em três exemplos: a batalha de Waterloo n’Os miseráveis, de Victor Hugo; a batalha de Austerlitz em Guerra e paz, de Tolstoi, e a mesma batalha de Waterloo n’A cartuxa de Parma, de Stendhal – descrições muito diferentes, nas quais destacará a ordenação característica de cada uma delas conforme um grau decrescente de história e um grau crescente de ficção. Pois creio que se poderia sustentar sem nenhum exagero, que o artigo não sairia tão perfeito não fosse a perícia do autor no manejo do assunto, e não me refiro apenas ao conhecimento das guerras napoleônicas, tampouco à erudição do leitor contumaz de história militar – da Guerra do Paraguai à organização vitoriosa do Exército Vermelho por Leon Trótski –, mas a uma afinidade mais entranhada, difícil de rastrear à primeira vista.

Certamente conta, e muito, a circunstância de ter “vivo” as grandes aflições da Segunda Guerra nas cartas de um irmão e de um cunhado, ambos fazendo a Campanha da Itália, o primeiro engajado no corpo expedicionário da FEB, o segundo no Grupo de Caça, que mais tarde viria a formar a FAB. Deste último, aliás, acaba de prefaciá-la edição de uma reunião daquelas cartas para a família, destacando, entre outras virtudes reveladoras, seu “valor singular como documento sobre a guerra aérea”, para concluir, com igual discrição, que nelas encontraremos

3. “Batalhas”, em: O albatroz e o chinês (Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2ª edição aumentada, 2010).

“a emocionante fé de ofício de um herói discreto”⁴. É difícil não emendar noutras cartas, por sinal de um primo remoto do piloto de caça, igualmente natural de Araraquara, no interior de São Paulo, jovem voluntário morto na Guerra do Paraguai, cujas cartas incorretas e tocantes, endereçadas à família, Antonio Candido evocou num artigo memorável de 1958⁵. Mais uma vez, estamos diante de uma matéria que, transfigurada pela imaginação literária do crítico, por sua vez mobilizada pela visão do destino daqueles que a guerra – ainda que também uma “maldita guerra”, na expressão redescoberta pelo historiador Francisco Doratioto – chamou para “pagar o tributo da vida”, faz “pensar”, como no seguinte trecho conclusivo: “a menor palavra, o gesto mais frágil com que sulcamos a vida podem adquirir significados conforme a parábola que descreve: escritas por quem ia morrer, estas cartas são estacas que levam cada vez mais perto da morte”.⁶ Salta aos olhos o fio vermelho que une o destino do tenentinho Pio Corrêa Rocha ao então já major Drogo quando a morte o surpreende depois de trinta anos à espera dos tártaros, só que o grande momento pelo qual ansiava o surpreende doente, acabado, sem forças para levantar da cama, ao passo que nosso tenentinho, que sempre sonhou com a hora suprema em que “afrontaria o inimigo”, num dos combates em torno de Curupaiti “encontrou afinal a Nêmesis que vinha provocando desde a sua vila de São Bento de Araraquara”. Como não há quem se queixe de ler

4. Fernando Corrêa Rocha, *Cartas de um piloto de caça: o treinamento e o combate de 1943-1945*, organização de Eloisa Rocha Pires (Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2012).

5. “As cartas do voluntário”, publicado no Suplemento Literário de O Estado de São Paulo, e recolhido em 1959 n’O observador literário cuja edição mais recente é a da Ouro sobre Azul, Rio de Janeiro, 2004.

6. O observador literário, cit. p.116.

o desfecho, aí vai: “houvesse podido mandar uma última carta, do outro lado da barreira, teria por certo – rompendo pela primeira vez a reservada modéstia – confessado à irmã querida: Mana Branca – saiba mecê que morri bem. E porque assim foi, está vivo ainda hoje, ao contrário dos que se extinguiram nos duros catres de peroba. Vive, pois, meu tenentinho, já que tão bem morreste”. Embora desenganado por uma incrível ironia da sorte, extinguindo-se ainda por cima num metafórico “duro catre de peroba”, Giovanni Drogo não morreu menos bem e vive até hoje numa outra “espera sem fim”, graças ao crítico que soube enfim descortinar o real horizonte da guerra que nunca vem: “sentado no quarto pobre, Drogo está a ponto de romper no pranto por causa de sua vida nula, coroada por essa deserção forçada, quando percebe que vai morrer. Então compreende que a Morte era a grande aventura esperada, não havendo por que lamentar que tenha vindo assim, obscura, solitária, aparentemente a mais insignificante e frustradora. O Tempo parece estacar, como se a fuga para a decepção constante tivesse esbarrado afinal numa plenitude – que é a consciência de enfrentar com firmeza e tranquilidade o momento supremo da vida de todo homem”. Antes de prosseguir: à esta altura também deve estar claro que a mão do crítico foi assentada pelo trato conjunto de Manuel Bandeira e Auerbach, reforçada por uma convicção mais funda espelhada nas palavras de Montaigne: “a firmeza na morte é sem dúvida a ação mais notável da vida”. De volta à hospedaria: “a batalha de agora lhe parece então mais dura do que as outras com que sonhava, e mais nobre do que a travada por Angustina sob as vistas do capitão Monti e dos soldados. Ele não tem testemunhas, está absolutamente só, não pode mostrar a ninguém a fibra do seu caráter e a disposição com que

morre. Por isso mesmo essa morte se revela mais nobre que a das batalhas”⁷. Mas esta descoberta, como no coramento de um Romance de Formação ao longo do qual o protagonista se enriquece com as ilusões que perde, não seria possível sem a perene expectativa acesa pela espera da guerra. Mas não uma guerra qualquer, porém de um período da experiência moderna de um conflito em que batalhas podem mudar o *front* da história, como Victor Hugo se referiu a Waterloo. Foi assim com Stalingrado, para voltarmos à hora mundial em que madrugou a sensibilidade de nosso crítico para as expectativas de perigos iminentes envoltas num halo de catástrofe.

“Segundo Eric Hobsbawm, o século que acaba de se encerrar foi breve: começou com a Primeira Guerra Mundial e terminou no fim dos anos 1980, com a derrocada da União Soviética. Essa avaliação me qualifica como um cidadão cem por cento do século XX: nasci em 1915 e sobrevivi na era da unipolaridade”. Com esta formidável certidão de nascença, Moacir Werneck de Castro principia a narrativa de sua viagem à Europa em 1935 – um livro esplêndido, diga-se de passagem –, com desembarque na Lisboa de Salazar, escala em Madri às vésperas da Guerra Civil, depois Paris, um ano antes do Front Populaire, e já o centro mundial da luta contra o fascismo e, por fim, uma temporada imprevista na Alemanha de Hitler, “onde, tomado por judeu, fui alvo da brutalidade nazista numa noite de caça aos judeus”⁸. Aos vinte anos – “vermelho” desde os dezessete – tocou-lhe viver “na época talvez mais fascinante da história contemporânea do Brasil”. Não há como

7. O discurso e a cidade, cit. p.181-182.

8. Moacir Werneck de Castro, *Europa 1935: uma aventura de juventude* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000).

discordar. Três anos mais moço, Antonio Candido também é sem dúvida um cidadão cem por cento século XX. E como. Sua igual certidão de nascimento sugere até mesmo – à vista das afinidades evocadas até aqui – que se experientemente substituir, no panorama sintético de Hobsbawm, o Breve Século XX por este outro cidadão cem por cento século XX: “ele [Antonio Candido] foi marcado pela guerra. Viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calavam e as bombas não explodiam. Sua história, e mais especificamente, a história de sua era inicial de colapso e catástrofe deve começar com a guerra mundial de 31 anos”⁹. Pensando bem toda uma geração estaria naquele pronome, e com ela toda uma outra “plataforma”, na aceção ampla que lhe emprestou o inquérito famoso de Mario Neme. Não foi portanto uma guerra qualquer, aquela segunda guerra dos trinta anos,¹⁰ mas uma inédita guerra civil europeia e depois mundial¹¹ e por isso mesmo uma guerra ideológica, como precisou sublinhar o mesmo Hobsbawm: para além da trivial geopolítica das chancelarias e habituais maquinações da *Realpolitik*, uma “guerra civil ideológica internacional”, porém com um recorte muito original, ainda segundo Hobsbawm, pois a seu ver “as linhas cruciais nessa guerra civil não foram traçadas entre o capitalismo como tal e a revolução social comunista mas entre duas famílias ide-

9. Eric Hobsbawm, *Era dos extremos* (São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.30).

10. Até onde sei, Arno Mayer foi um dos primeiros a revê-la nestes moldes, ao colocar em perspectiva histórica a destruição dos judeus da Europa no seu livro, *Why Did the Heavens not Darken? The “Final Solution” in History* (Nova York: Penthon Books, 1988/1990).

11. Para uma reconstituição da trajetória deste juízo político, que remontaria a um ciclo de conferências de Isaac Deutscher, em 1967, por ocasião do cinquentenário da Revolução Russa, ver Luciano Canfora, *A democracia: história de uma ideologia* (Lisboa: Edições70, 2005, capítulo 12).

ológicas: de um lado, os descendentes do Iluminismo do século XVIII e das grandes revoluções, incluindo, claro, a russa, do outro, os seus adversários”¹². Como todos se lembram, ainda estudam (cada vez menos) e arcam com as consequências (cada vez mais), mesmo a remota periferia brasileira foi atravessada por aquelas linhas que separavam e confrontavam as forças fascistas e antifascistas, da proscrição da Aliança Nacional Libertadora até a Grande Queda de 1964. Filho legítimo da Revolução de 30, o autor das Quatro Esperas foi chegando à vida intelectual adulta num período que se poderia caracterizar como de Expectativa Total, pois afinal, antes de tudo, tal período foi apenas uma Trégua numa guerra civil mundial.¹³ Seria, certo, uma guerra na distante Europa da aventura juvenil de Moacir Werneck, mas de qualquer modo, dos dois lados do oceano, o mesmo choque entre “reação” e “progresso”, como se diria no século XIX, é calibrado pelo sentimento da “próxima guerra” que se avizinhava, como se falava a três por dois pelo menos no epicentro europeu do cataclisma em marcha.¹⁴

12. *Era dos extremos* (cit. p. 146). Arno Mayer chega a emendar as duas pontas, no caso, os dois extremos de todo um período histórico, as duas grandes revoluções, a francesa e a russa, abrigo sob o guarda-chuva do anti-iluminismo tanto a reação contrarrevolucionária sustentada pela coalizão dos estados dinásticos contra a República Francesa quanto o Terror Branco da resposta fascista europeia à revolução de 17. Cf. Arno Mayer, *The Furies: Violence and Terror in the French and Russian Revolutions* (Princeton: Princeton University Press, 2000).

13. Noutro lugar, me explico melhor a respeito dessa Trégua. Ver o *post-scriptum* do ensaio “Alarme de incêndio no gueto francês”, em Paulo Arantes, *O novo tempo do mundo – e outros estudos sobre a Era da Emergência* (São Paulo: Boitempo, 2014).

14. Recordando sua infância no entreguerras, Brigitte Friang lembra-se das conversas obsessivas em torno da guerra, a última de 14-18 e a inevitável próxima: “la guerre, la guerre! c’était le mot clé, le mot définitif, le leitmotif. Elle était si immanquable qu’elle ne manque pas”. *Regarde-toi qui meurs* (Paris: Le Félin, 1997). Citado e comentado por Paul Virilio, *L’accident originel* (Paris: Galilée, 2005, p.78). Como se vê, irônica reversão do espírito prevalecente

Como estavam os moços brasileiros entre 1933 e 1942? Num passo que de tão célebre dispensa referência, Antonio Candido respondeu que ainda sob o efeito de três impactos intelectuais. O primeiro, sofrido quando os cinqüentões de 1967 ainda estavam no ginásio, foi o choque anticonvencional e libérrimo de *Casa grande e senzala*; o segundo, quando estavam no curso complementar, produzido por *Raízes do Brasil*; e o terceiro, quando estavam na escola superior, por obra do materialismo totalmente fora de esquadro da *Formação do Brasil contemporâneo*. Sabemos também do paradoxo envolvendo essa santíssima trindade da tradição crítica brasileira, devidamente apontado por Antonio Candido naquele mesmo passo inaugural: é que graças àqueles três livros, os moços de então aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil “sobretudo em termos de passado”, animados no entanto por um vento contrário, a saber, “o sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da revolução de 1930”. Naquela brecha entre o passado redescoberto e a inércia superável do presente, pode-se dizer que um *front* se abria, inclusive em sua acepção substantiva de época que, como estamos vendo, envolvia uma escalada social cujo desfecho bélico pairava no ar. Noutras palavras, os moços de então estavam igualmente se “engajando” – outra expressão que só ganharia pleno sentido, por exemplo, na França, à medida em que se iam esclarecendo as razões da “resistência”, no caso mais elementar e indiscutível, a resistência à Ocupação. Assim, o sopro radical que varria o país, ao mesmo tempo em que lhe renovava a inteligência, empurrava, justamente só com a cara e a coragem,

na fortaleza Bastiani, mundo arbitrário criado pela livre fantasia do romancista no momento mesmo em que aquela guerra atraída pela expectativa de todos se aproximava do seu paroxismo.

um acadêmico do Largo São Francisco, para um curso de piloto de caça nos Estados Unidos e de lá, para as 75 missões de guerra nos céus da Itália. [Com sorte, e aos poucos, estou também encaminhando a sugestão de que nos seus primeiros momentos decisivos a referida tradição crítica deixou-se infiltrar por um afeto básico de expectativa, cujas raízes podemos, e devemos, procurar naquela hora de trégua numa guerra civil ideológica mundial. E assim como um voluntário se “engaja” nas fileiras e parte para o front, seu compatriota à paisana estuda e escreve numa outra frente, cuja ultrapassagem não depende menos de uma inapelável vitória militar sobre o fascismo.]

Pois então. Os moços sob o impacto sucessivo daqueles três livros fundadores, já em 1945 estariam “com o russo em Berlim”, como dois anos antes enviaram uma “carta a Stalingrado”, ou leram mais um “telegrama de Moscou”. Viajaram em imaginação com o Poeta – “Muitos de mim saíram pelo mar. / Em mim o que é melhor está lutando” –, que por sua vez era lido por batalhões cada vez mais numerosos de leitores, lendo uns por cima dos ombros dos outros, e formando assim uma comunidade de leitores, e sobretudo de ouvintes de rádio, vinculados pela mesma espera do confronto final com a besta do apocalipse fascista¹⁵. Estou me referindo sim à Terceira Espera, nada mais, nada menos. Redigida provavelmente nos anos 80 e com

15. “A maioria dos poemas desta época”, observa José Maria Cançado, na sua biografia de Drummond, “tem, além do sopro épico, um quê de cabograma noturno, de emissão radiofônica clandestina, de estímulo e palavra de ordem para combatentes. Assim, por exemplo, em poemas como *Telegrama de Moscou*, ou o arrebatado *Carta a Stalingrado*. Ou então o *Mas viveremos*, que na verdade chamava-se originariamente *A morte da IIIª Internacional*, e foi mandado para São Paulo, até chegar às mãos de Antonio Candido, que fez o poema circular nos meios antifascistas. Nesta versão do poema, ainda havia um comovido ‘E teu rosto, Lenin’, depois apagados”. José Maria Cançado, *Os sapatos de Orfeu* (São Paulo: Ed. Scritta, 1993, p.177-178).

certeza pensada muito antes, como é do feitio do Autor, aquela meditação em torno do Grande Jogo da Esperança e da Morte, jogado na fortaleza Bastiani, terá sido armada naquele período de concentração máxima do Breve Século XX, um século do qual se pode dizer que foi antes de tudo, se argumentei bem, um Século de Espera. Que o diga um outro cidadão cem por cento século XX, o citado poeta itabirano nascido em 1902. Basta reler a primeira estrofe do poema: “Esperei (tanta espera), mas agora, / nem cansaço nem dor. Estou tranquilo. / Um dia chegarei ponta de lança, / Com o russo em Berlim”. Dá o que pensar o fato de que o verso seguinte – conclusivo, seco e prosaico –, “O tempo que esperei não foi em vão”, ser rigorosamente contemporâneo, pelo menos no que respeita à data de concepção e de escrita, da cena final de um romance “de plenitude extraída da privação”, de cujo sistema de frustrações recorrentes é impossível não dizer que também deita raízes na imaginação congestionada por expectativas extremas na Europa de entreguerras e fascismo alastrando-se por toda parte. Como também o fato do mesmo verso – com o qual, da sua poltrona num canto escuro, Drogo poderia ter saudado a morte que acabara de entrar com “andar silencioso”, anunciada pelo rangido ténue com que freme a porta do quarto – condensar, carregando consigo o lastro histórico que se sabe, o arremate do crítico, não por acaso semeado de maiúsculas que emendam nas altas paragens em que afinal o Poeta por sua vez assinalava uma esquina da história, como se dizia com a ênfase que a época pedia: “e o Tempo, que pareceu perdido durante a vida, surge ao cabo como ganho completo. O Tempo é redimido e a Morte encerra o seu longo jogo com a Esperança”¹⁶.

16. *O discurso e a cidade*, cit., p.182.

Há um porém nisso tudo, embora a mesma matéria histórica circule por ambos, poema e romance. O porém somos “nós”. Nós quem? É fato que na fortaleza Bastiani, apesar de estarem todos a postos quando chegar a hora esperada, apesar de todos esperarem o grande acontecimento, esse “drama do tempo”, a expectativa da saída que o abrirá para o futuro é um drama exclusivo de quem comanda e aspira brilhar em cena. Se a morte vier, que seja teatral, gloriosa mas de preferência diante de uma plateia. Todos esperam, menos os soldados, para os quais o tempo sempre foi raso, quando não são literalmente assassinados pelo regulamento, como no caso do soldado Lazzari, morto por uma senha trocada. Morte ideal que justifica a esperança, só para os de cima – para os de baixo a rotina imemorial da bucha de canhão. Discrepando contudo neste quadro, a morte bem morrida de Giovanni Drogo, “sem testemunhas e sem ação em torno”, nas palavras do crítico que a enaltece tanto quanto a do nosso voluntário da pátria, malgrado o seu inequívoco viés aristocratizante, se por aristocracia entendemos firmeza na morte solitária, “glória intransferível”, como a redefine o nosso Autor, muito longe da fraudulenta equação europeia, sobrevivente do Antigo Regime, entre nobreza e comando militar.¹⁷ Nada disso atenua a impressão de que nela – morte

17. Caso se suspeite da isenção de Antonio Candido a respeito, a ocasião é propícia para reler um ensaio seu de 1948, “O nobre – uma contribuição para seu estudo”, injustamente relegado pelo Autor como “compilação pouco original”, publicado na revista da Escola Livre de Sociologia e Política, e reeditado em 2002 pela Imprensa Oficial como primeira plaquete da Biblioteca Rubens Borba de Moraes. Satisfeita a curiosidade histórica, o próximo passo – agora na direção da impregnação aristocrática do romance de Buzzati – seria observar a maneira pela qual, no ensaio já mencionado de Tese e antítese, Antonio Candido reabilita a tola admiração de Conrad pela figura do *gentleman* britânico, contrastando porém “o homem de sentimentos nobres, de conduta nobremente reta e inteiriça, cujos atos decorrem da integridade do seu teor humano”, com o outro polo de sua humanidade preferencial, representado pelo “homem

de um outro herói mais do que discreto – se reconhecia o moço que *aprendera a esperar* nos anos de guerra (repetindo: civil, ideológica e internacional), junto com todos os leitores do Poeta, aguardando a chegada do russo em Berlim. Aqui o coletivo que conjuga o primeiro Grande Jogo da Esperança e da Morte – e o que não falta são mortes bem morridas na *Rosa do povo*, a começar pela própria nos “Últimos dias”. “Nós que tanto esperamos” está por toda parte no livro escrito nos anos cruciais de 43-45, os anos da virada, entendida esta última, com perdão da demasia, em sua função utópica. O russo em Berlim era o *signal da virada* aguardada desde sempre. Novamente com o perdão da demasia, desde a vigília do sentinela postado na muralha de Argos, incumbido de reconhecer na escuridão noturna o clarão da fogueira anunciando a vitória na guerra de Tróia: sempre se poderá dizer, tomadas todas as precauções, que esta abertura do *Agamenon*, de Ésquilo, assinala o caráter primordial desse vínculo entre uma Es-

misteriosamente assaltado por forças que o dividem”, pelo “homem surpreendido pela ocasião, e que se surpreende do próprio ato”, como é o caso de Lord Jim, “que não era covarde, pula bruscamente a murada, abandona o posto fugindo do dever e é punido com a expulsão da marinha mercante”. E note-se que Lord Jim passou a vida à espreita dessa ocasião, “viveu na paralisia do condicional”, à espera (surpresa?) do “momento ideal para dar a sua medida, e que no entanto falha quando é posto realmente à prova, sem saber exatamente por que” – como sabemos, pagará com a vida um novo erro, mas um erro de magnanimidade e renúncia, “que redime a catástrofe pela sobrevivência moral”. Mais uma vez – ou melhor, pela primeira vez na série ensaística do crítico nos deparamos com a morte “que completa e realiza o personagem dando à sua vida um sentido que antes não tinha”. Trinta anos depois, um sistema arraigado de ressonâncias e afinidades reconduziu nosso autor a essa raridade na crítica literária exigente que é a implicação temática, e não apenas empenho cultural e político, sugerindo ao leitor que faria bem se incluísse o ato de Jim no repertório de suas virtualidades, encerrando o ensaio com uma espécie de memento: “também nós somos feitos de uma massa que nos leva potencialmente a atos semelhantes”. Mais uma vez: já àquela altura não receava nem um pouco – pelas razões pressentidas – a perigosa proximidade da lição de vida desentranhada da literatura. Se o tema é o naufrágio catastrófico de um marinheiro e sua posterior redenção, o importante é saber sugerir que afinal todos *sommes embarqués*.

pera que pede maiúscula e guerras que mudam o fronte da história. Vindo lá de trás, o mesmo impulso guiará a mesma vigília do Poeta: “já não olharei para o oceano / Para decifrar no céu noturno / Uma estrela vermelha, pura e trágica, e seus raios de glória e de esperança”, como se lê na primeira metade do poema, cuja virada é anunciada pelo “mas viveremos”. De novo Esperança por toda parte, porém socialmente distribuída, de preferência entre os homens do povo que se reconhecem, por exemplo, na arte de Charlie Chaplin. Assim, a “estrada de pó e esperança” dos Tempos Modernos não são só as últimas palavras do “canto ao homem do povo Charlie Chaplin”, como de todo o livro, e fecham uma longa e enciclopédica enumeração das profissões subalternas transfiguradas pelo real trabalho do artista Chaplin: “Penso no ofício / A que te entregas [...] Ao trabalho em ti, mas caprichoso, / mas benigno, / e dele surgem artes não burguesas”, o que não deixa de sugerir uma outra órbita, libertária no mínimo, além de surreal, o chamado à união de todos os proletários que ecoa em mais de um poema daquele ciclo de guerra.

O período era o da “Rússia necessária”, como chegou a dizer o próprio Drummond¹⁸. “Havia muita generosidade, muita miséria, muito heroísmo, muita sujeira, muita beleza [...] mas amava-se a Rússia”, recordaria Paulo Emílio¹⁹. Na Plataforma da Nova Geração formada nos anos 30, havia nas entrelinhas uma clara intenção de arejar, de abrir o ferrolho da “circunstância soviética”, no entanto onipresente, inescapável, incontornável. Com o russo em Berlim, “nós que tanto esperamos”, agora tínhamos e víamos “a certeza”, “nunca assim tão forte”, agora que

18. Como lembrado por José Maria Cançado, cit. pp.178-179.

19. Citado pelo mesmo biógrafo de Drummond à página 179.

“a esperança à frente dos exércitos” finalmente chegara a Berlim. Retórica condoreira? Mesmo que fosse, e se fosse, temê-la naquele momento seria no mínimo afetação descabida, como a do moço desavisado que reagindo à notícia da Queda da França em 1940, diante de um círculo de conhecidos aplastados pelo desastre, fugiu da previsível tirada eloquente com um comentário frívolo sobre as sociedades desfibradas por excesso de civilização²⁰. E mais, era da lógica antifascista conduzir à Revolução e desta, a alguma forma superior e inédita de democracia. “Pois a Segunda Guerra Mundial” – como Hobsbawm se viu na contingência de recapitular para governo dos desmemoriados e anestesiados da Guerra Fria, cuja página acabara de ser virada não com o *bang* tão esperado (também...) mas com o *whimper* igualmente profetizado por outro poeta, só que conservador. “Foi, para os do lado vencedor, não apenas uma luta pela vitória militar, mas, mesmo na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, por uma sociedade melhor. Ninguém sonhava com um retorno ao pré-guerra de 1939, nem mesmo a 1928 ou 1918, como os estadistas após a Primeira Guerra Mundial haviam sonhado com uma volta ao mundo de 1913 [...] Quanto aos movimentos de resistência nos países derrotados e ocupados pelo Eixo, a inseparabilidade de libertação e revolução social, ou pelo menos de uma grande transformação, era para eles indiscutível”²¹. De sorte que, no meio de uma guerra

20. Não sei se foi exatamente essa a expressão empregada. Se foi, ou algo aparentado como “civilização em excesso”, não seria demais lembrar que esta última expressão consta do Manifesto Comunista, o qual de resto anunciava um desfecho regressivo bárbaro para o capitalismo também no caso de destruição mútua dos dois campos antagônicos. Para os autores do apelo à união das classes proletárias, a civilização podia acarretar destruição de forças produtivas. Mas não era isso em absoluto o que o moço desastrado tinha em mente, apenas receio de ser enfático numa hora em que o pior já estava acontecendo.

21. Eric Hobsbawm, *Era dos extremos*, cit. pp.162-163.

desesperada, como era a situação da Inglaterra em 1942, o mesmo Winston Churchill que ordenara nos anos vinte silenciar com armas químicas aldeias iraquianas rebeldes, se comprometeu com um Estado do Bem-estar abrangente e o pleno emprego, desviando-se por um momento dos instintos de sobrevivência (ou por isso mesmo) de sua classe, que nos territórios ocupados entregava-se à mais obscena colaboração por medo pânico da revolução social. Daí o espantoso avanço político dos comunistas durante a guerra, prossegue Hobsbawm, pois só eles haviam previsto uma guerra de resistência – que de fato venceram, por exemplo, nos Bálcãs (Iugoslávia, Albânia e Grécia). Por isso o coração do Poeta que lutou com o Exército Vermelho em Stalingrado, e com ele está chegando em Berlim, pede-lhe que “não pare aí”, não chegue o termo agora que “um vento varre o mundo, varre a vida. / Este que passa, irretratável / Com o russo em Berlim”. Sabemos que esse termo logo chegou. Ao dissolver o Comintern em 1943, a mensagem de Stalin era clara: um adeus permanente à revolução mundial. Para os antigos moços do futuro Terceiro Mundo, uma outra Espera se armaria no horizonte, a expectativa de uma brecha na fronteira porosa onde os dois blocos antagônicos se entrechocariam no derradeiro capítulo, recém-encerrado como se disse, naquela Longa Guerra Civil Mundial.

Mas voltemos ao chão histórico das Quatro Esperas – se não estou especulando no vazio. Ao vento de esperança radical, como disse em algum lugar Antonio Candido, que principiou a soprar no Brasil nos anos 30 e Drummond declarou que estava varrendo o mundo e a vida, um vento tão intratável como o Cacto de Manuel Bandeira, e que ao passar agora por essa última batalha converte em certeza a esperança antes fria – “Eu esperei com esperança fria, /

Calei meu sentimento e ele ressurgiu / Pisado de cavalos e de rádios / Com o Russo em Berlim”. De novo repito, se não sou vítima de um emaranhado de analogias – à luz daquela matriz original –, quase duas décadas de reviravoltas de expectativas no Brasil e no mundo e que se aceleraram com a proximidade da guerra em que o dito mundo se esvairá “em sujo e sangue” (ainda Drummond, “Visão 1944”), e do qual é todo um outro mundo que brota “qual nelumbo” –, fomos nos dando conta, e sobretudo datando, periodizando, nunca será demais insistir, que dentre os afetos de expectativa, a espera, e ainda mais quando arrebatada pela esperança, mas não é preciso elevar-se a tanto, é muito mais do que um mero afeto – como o medo, por exemplo, que aliás também tem a sua história política –, é um ato cognitivo, e como tal é algo que se aprende. E o que vimos, se não for presumir demais, foi o *aprendizado político da espera* pelos moços que despertaram para o novo curso do mundo no entreguerras. Recortado por esta iluminação retrospectiva, o ensaio em quatro tempos publicado por Antonio Candido em 1990, pela lição histórica que encerra, bem que se poderia rebatizar Educação pela Espera.

Sei que não é um argumento, mas um esclarecimento – todavia a circunstância sim, é um argumento –, assinalar a origem desse imperativo, formulado por Ernst Bloch num tratado filosófico-político cuja redação data exatamente da hora em que dava meia-noite no século entre 1938 e 1947. [Falar em Esperança ou espera-esperançosa, num momento em que, segundo consta, Horkheimer julgava indecente empregar o conceito hegeliano de Negação Determinada, a alquimia dialética que ensinava como transformar chumbo em ouro, no caso, negação em novo começo, é claro que pensado tal conceito num momento em que o capitalismo parecia andar para frente]. Pois bem, dizia Bloch, o *que*

importa é aprender a esperar. E explicava:

“o ato de esperar não resigna: ele é apaixonado pelo êxito em lugar do fracasso. A espera, colocada acima do ato de temer, não é passiva como este, tampouco está trancafiada em um nada. O afeto da espera sai de si mesmo, ampliando as pessoas em vez de estreitá-las [...] a ação desse afeto requer pessoas que se lancem ativamente naquilo que vai se tornando e do qual elas próprias fazem parte. Essa ação não suporta uma vida de cão, jogada de modo meramente passivo no devir, no intocado, ou mesmo no lastimável reconhecido. [O afeto da espera] [...] procura no próprio mundo aquilo que ajuda o mundo – isto é encontrável. Quanto já não se sonhou com isso ao longo dos tempos, sonhos de uma vida melhor que seria possível! A vida de todos os seres humanos é perpassada por sonhos diurnos que em parte são apenas uma fuga insossa e enervante, e até presa para enganadores. Outra parte, porém, instiga, não permite se conformar com o precário que aí está, não permite a resignação. O esperar está no cerne desta outra parte que é ensinável.”²²

22. Ernst Bloch, *O princípio esperança*, tradução Nélío Schneider (Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, Vol. I, pp.13-14). Como Bloch é um autor ainda a ser relido, sugiro um roteiro brasileiro que comece pelo precioso livro introdutório de Suzana Albornoz, *O enigma da esperança* (Petrópolis: Vozes, 1999) e chegue até aos estudos de Michael Löwy sobre a utopia libertária dos intelectuais judeus de entreguerras, entre eles, obviamente Bloch. Ver do autor, *Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa Central* (São Paulo: Companhia das Letras, 1989) e *Judeus heterodoxos: messianismo, romantismo, utopia* (São Paulo: Perspectiva, 2012). Se lembrarmos que o povo judeu, segundo Max Weber, como recorda a certa altura o próprio Michael Löwy, sempre viveu “na espera muda, fervorosa e interrogante” do Grande Dia em que Javé interromperá o desastroso curso do mundo, e que essa intervenção, como insistia Scholem e volta a sublinhar Michael – cujo interesse pelo tema, aliás, é todo um eloquente sintoma de época –, se apresentaria como uma “irrupção catastrófica”, teremos sem dúvida (por que não?) uma segunda cartografia conceitual com a ajuda da qual, quem sabe, se poderia igualmente

Não prolonguei a citação para efeito de comentário mas para alcançar com verossimilhança a parte do sonho, cuja função utópica é crucial na *educação política pela espera* redescoberta por Bloch naqueles tempos de compressão máxima em que a aspiração revolucionária do mundo sufocava sob o bafo pestilento da contrarrevolução fascista. A linhagem política do *sonho para frente* remonta ao jovem Marx, explicando, por exemplo, em 1843, a Ruge que “o mundo sonha com algo em relação ao qual basta ter uma ideia para realmente o possuir”²³, para finalmente desaguar no Surrealismo, cujo filtro permitiu a Benjamin, naqueles mesmíssimos anos 30 em cujo horizonte se superpunham guerra, revolução e catástrofe, não só reinterpretar a máxima de Michelet, segunda a qual toda época histórica sonha com a seguinte, mas planejar nos labirintos do Livro das Passagens toda uma “metafísica da espera” – que ainda nos aguarda²⁴. Pois é assim que no ano carregado de nuvens negras de 1937, André Breton publica *O amor louco*, em cujo terceiro capítulo encontramos toda uma “poética da espera”²⁵:

mapear as expectativas de catástrofe que rondam as Quatro Esperas de Antonio Candido.

23. Não por acaso citado em epígrafe no capítulo de Jameson sobre Bloch em *Marxismo e forma* (São Paulo: Hucitec, 1985, p.94).

24. Como assinala Susan Buck-Morss no *Dialectics of Seeing: Walter Benjamin and the Arcades Project* (Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1993, p.104-105). Não custa destacar desde agora duas epígrafes do Konvolut D. Pela ordem: assim como “o tédio espera pela morte” (Hebbel), “esperar é a vida” (Victor Hugo). Edição brasileira das *Passagens* organizada por Willi Bolle (Belo Horizonte/São Paulo: UFMG/Imprensa Oficial, 2006, p.141).

25. Na fórmula de Alain Badiou, de quem extraio não só a citação como o comentário além do relevo emblemático do ano de 1937. “Ano metonímico em que algo essencial se prepara. É um concentrado absoluto, dado em sua essência, no excesso de sua essência, do terror stalinista. Com efeito, é o ano daquilo que se chamou de ‘grande terror’. As coisas começam a ir mal na Espanha, a qual é miniatura interna do século inteiro, já que todos os atores estão presentes (comunistas, fascistas, operários internacionalistas, camponeses revol-

“[No despontar da descoberta, do instante em que, para os primeiros navegadores, uma nova terra ficou à vista até o instante em que puseram o pé em terra, do instante em que determinado cientista pode convencer-se de que acabava de ser testemunho de fenômeno até a ele desconhecido até o instante em que começou avaliar o alcance de sua observação – abolido, no inebriamento da sorte, qualquer sentimento de duração –, um finíssimo pincel de fogo delinea ou perfaz como nenhuma outra coisa o sentido da vida]. É à recriação desse estado particular do espírito que o surrealismo sempre aspirou, desdenhando em última análise a presa e a sombra pelo que já não é sombra e ainda não é presa: a sombra e a presa fundidas num rasgo único [...] Hoje ainda não espero nada a não ser de minha própria disponibilidade, dessa sede de vagar ao encontro de tudo, do qual me asseguro que ela me mantém em comunicação misteriosa com os outros seres disponíveis, como se fôssemos chamados a reunir-nos de repente. Gostaria que minha vida não deixasse atrás de si outro murmúrio a não ser o de uma canção de vigia, de uma canção para enganar a espera. Independentemente do que acontece,

tados, mercenários, tropas coloniais, Estados fascistas, ‘democracias’ etc.). É o ano em que a Alemanha nazista entra irreversivelmente na preparação da guerra total, é, igualmente, o da importante reviravolta na China. E, na França, fica claro em 1937 que a Frente Popular fracassou. Não nos esqueçamos que os deputados de 1937 são os que, três anos mais tarde, votarão os plenos poderes a Pétain.” De nossa parte, contribuimos para esta lista de convergências sinistras com o golpe do Estado Novo que, apesar de todos os pesares, que não foram poucos nem menos pavorosos, não conseguiu, como assegurou Antonio Candido, abafar o sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois de 30. Alain Badiou, *O século* (Aparecida SP: Ideias e Letras, 2007, pp.42-43). As duas citações a seguir encontram-se nas páginas 43-44 também na tradução de Carlos Felício da Silveira. Relembro que, adotando o partido de surpreender as enormidades da Era dos Extremos nos momentos em que o século se refere a si próprio, Badiou toma como fio condutor o poema *O século*, de Óssip Mandelstam, “escrito nos anos 20, justamente após a Primeira Guerra Mundial e durante os primeiros anos do poder bolchevique”.

não acontece, é a espera que é magnífica”.

Com certeza Breton detestaria ser lembrado que também para Valéry “la création poétique, c’est la création de l’attente”²⁶. Tampouco se reconheceria (ou não?) no surrealismo por isso mesmo tardio do *Litoral das Sirtes*, no qual o “sentimento obscuro de catástrofe pendente”, envolvendo o futuro como uma névoa, à primeira vista seria tudo menos a expressão de uma espera que se poderia considerar exaltante. E no entanto estão aí as metáforas marítimas para estreitar laços inesperados, desde o “terra à vista” parado no ar por uma estilização que retarda o momento da posse efetiva até a “canção do vigia”, enigmáticamente indiferente ao que acontece ou deixa de acontecer. Novamente Breton odiaria a lembrança dos “acontecimentos me entediam”, do mesmo e incômodo Valéry, como se há de lembrar, patrono da reconversão dissimulada de Drummond a um falso desengajamento, pois a espera simplesmente mudou de patamar.²⁷ Sem descartar a hipótese de que a transgressão de Aldo ao ultrapassar a linha demarcatória proibida ainda seja um ato surrealista (tardio), por excelência²⁸, graças ao qual, no resumo final de *Antonio Candido*, “a longa espera de-

26. Não por acaso uma das epígrafes do *L’accident originel*, de Paul Virilio (cit. p.69).

27. Veja-se a respeito o indispensável comentário de Vagner Camilo, *Drummond: da Rosa do Povo à Rosa das Trevas* (São Paulo: Ateliê Editorial, 2001). Agora sim – se for possível arriscar –, entre 1946 e 1951 (*Novos poemas, Claro enigma*), na hora em que a Guerra Fria fervia, e os antigos companheiros de estrada apertavam os parafusos, seria o caso de dizer que nos instalávamos numa verdadeira “metafísica da espera”. Um linha dura do Partido Comunista Francês não erraria tanto o alvo se falasse, para desancar, em *attentisme* sublimado.

28. O ato gratuito “terrorista” que Sartre simplesmente abominava, numa versão altamente depurada, sem o habitual invólucro de som e fúria. Como se há de lembrar, Breton retratou-se anos depois.

ságua no risco assumido, que desfechou numa negação suprema, a destruição do Estado obscuramente desejada como possibilidade de pelo menos provocar um sinal de vida na sociedade parada”²⁹. Meio século depois do poema de Cavafis, a solução bárbara finalmente chegava. Mas voltemos à aspiração surrealista segundo Breton, não esquecendo que na fase anterior, a dos Manifestos, o Surrealismo também se entendia como uma revolução, claro que nos seus próprios termos: a saber, a recriação incessante de uma situação pura de “limiar”³⁰, provocar, fomentar a “vigilância pura”³¹ que vem a ser espera “enganada”, como se engana o sono, porém decantada em uma “canção de vigia” que nunca baixa a guarda. Numa palavra, na sua versão surrealista, e no ano de desgraças anunciadas de 1937, a espera, a um tempo categoria poética e política, era antes de tudo “espreita”. No arremate de Badiou, o vigia imaginado por Breton “é aquele para quem só existe a intensidade da espreita”, e como estado de expectativa pura, alheio ou indiferente à sua consumação, em guarda na estacada de um limiar por assim dizer absoluto³².

Decididamente, aquele foi um tempo de grandes esperas – do qual Antonio Candido não só extraiu sua matéria mas soube entrever na recorrente expectativa de perigos iminentes que assombrava a época, os sinais da virada,

29. O discurso e a cidade, cit. p.200.

30. Na boa observação de Alain Badiou, cit., p.44.

31. De novo Badiou, cit., p.45.

32. Por alguma razão menos óbvia, Eliot encontrou um lugar para o “canto do vigia” do terceiro ato do *Tristão* num outro poema do século como *The Waste Land*. Não é pequena a tentação de fundir modernidade (o que quer que isto signifique hoje, quando não se fala mais no assunto) e *Erwartung*, com a observação suplementar de que na peça musical profética de Schönberg, a catástrofe já aconteceu. Bem como esta outra impressão, anacrônica a mais não poder, pouco importa, de que ainda ecoamos o Big Bang da cena inaugural do *Agamenon*, que associou para sempre Espera e o épico atroz de uma guerra.

ainda que na figura de uma catástrofe redentora, seja pessoal ou coletiva. E nos mais variados registros, sempre carregados de presságios, inclusive, ou sobretudo, quando os horizontes se fecharam, como diz o crítico à certa altura do ensaio. Podemos acrescentar mais um ou dois para reforçar o sistema de ressonâncias desta Abertura. Estou pensando, por exemplo, no ensaio programático de Siegfried Kracauer, de 1922, “Aqueles que esperam”, no qual, desviando-se das então usuais panaceias para o mal-estar que enerva a vida nas metrópoles do novo capitalismo urbano – pela enésima vez, o “desabrigo transcendental”, na expressão famosa do Lukács da *Teoria do romance*, da massa de indivíduos vivendo na “solidão das grandes cidades”, reconfigura, por sua vez, uma atitude de “espera”, um (outro tributo ao jargão messiânico da época) “estar-aberto hesitante”, porém ativo e autoconsciente, segundo Miriam Hansen, cujas observações introdutórias passamos a acompanhar.³³ Embora rejeitasse a sobrecarga do messianismo judaico, em cuja “aura de anseio escatológico” sua sensibilidade radical se formou, “suas observações da vida cotidiana continuaram a se caracterizar por uma tendência implícita marcadamente apocalíptica, em especial sua percepção da modernidade como um abalo traumático que conduzirá à catástrofe. Como Benjamin e Bloch, ele não era capaz de vislumbrar a mudança como algo imanente à história, como nas noções burguesas e liberais de reforma, mas apenas como uma quebra total.”³⁴ Daí a redefinição da função intelec-

33. Siegfried Kracauer, *O ornamento da massa* (São Paulo: CosacNaify, 2009, pp.149-160). Tradução de Carlos Eduardo Jordão Machado e Marlene Holzhausen, prefácio de Miriam Hansen.

34. Miriam Hansen, “Prefácio” (cit. p.16). Com efeito, só para assinalar e registrar os personagens que Benjamin foi alinhando na galeria dos que esperam, e

tual como “espera” – uma variante da “espreita”, vigiando o momento em que a grande ruptura haverá de ocorrer. Nesta chave porém a esperança retorna ao seu leito filistino de sempre, um afeto unidimensional vendido em lata pelo progressismo, seja de que espécie for: “devemos permanecer escondidos”, dizia, nos anos em que o pior se aproximava para o *second strike*, “quietistas, inativos, um espinho no pé de nossos semelhantes, conduzindo-os ao desespero em vez de dar-lhes esperanças” – esperança de que sairemos do desvio, de volta ao trilho da normalidade. Mais longe não podemos ir. Ou melhor, menos de dez anos depois, a reviravolta a caminho na sociedade de massa em movimento reservaria uma surpresa verdadeiramente materialista aos que “esperavam”, o sinal de alarme principiaria a soar: “a ‘espera’ que Kracauer julgara ser a única atitude possível a ser adotada pelos intelectuais estava agora sendo involuntariamente realizada pelos milhares, senão milhões, de indivíduos, à espera nas filas para pão, nas agências de emprego, nas salas de cinema abertas o dia todo, ou em abrigos aquecidos”.³⁵ De qualquer modo o sinal de alguma virada, Bloch infalivelmente emendaria (deixemos por enquanto a fila no ponto de ônibus sobre a qual Sartre construiu um castelo fenomenológico), acrescentando a esses milhares de recém-

isto desde a mítica Paris de Baudelaire. Por exemplo, como se lê no Konvolut D (Tédio, Eterno Retorno): “Em vez de passar o tempo, é preciso convidá-lo para entrar, passar o tempo, expulsar o tempo: o jogador. O tempo jorra-lhe dos poros. – Carregar-se do tempo como uma bateria armazena energia: o flâneur. Finalmente, o terceiro tipo, aquele que espera. Ele carrega-se de tempo e o devolve de outra forma – aquele da espera”, *Passagens* (cit. p.148) Benjaminianos com Susan Buck-Morss não hesitam quanto à identidade social do titular desta terceira forma de espera: o revolucionário. (Op. cit. p.105). Não faltam sinalizações a respeito, mas apenas estacas num vasto campo de correspondências. Por exemplo: “a espera é, de certa forma, o lado interior forrado do tédio” (D 9a, 4), tédio que por sua vez “é o limiar dos grandes feitos” (D 2, 7).

35. Miriam Hansen, cit. p.27.

-chegados ao círculo daqueles que esperam, as “pessoas especialmente ansiosas” que um concurso qualquer de motivos variados levou até uma bilheteria de teatro, para dar o exemplo de uma instituição que Bloch considerava paradigmática pelo tipo de expectativa que nela circula, ambígua a mais não poder, porém sempre política.³⁶

Retornemos uma última vez à Fortaleza Bastiani, onde se arrasta o drama da Terceira Espera, que sabemos ser um “drama do tempo”. “Fortaleza enorme, estirada de escharpa a escharpa, fechando o mundo numa paragem de pedra antecedida por montanhas e desfiladeiros, cercada de penhascos, sucedida pela estepe. Tudo vazio, tudo segregado, como palco solitário onde se agitam homens possuídos por um impossível sonho de glória”³⁷. Alguns ajustes neste cenário preservam no entanto o essencial: trata-se igualmente de uma Montanha Mágica. No romance de Thomas Mann, um narrador intrometido e raciocinante abusa da sátira e do grotesco; na outra montanha, “o modo sério em estado de pureza” reveste a “austeridade heroica do protagonista”, cujos sonhos de glória militar passam longe da imaginação prosaica de um jovem e simples engenheiro, em visita a um primo internado no sanatório, este sim militar, porém concentrado tão somente no porte exigido pela liturgia de seu *métier*, nisto os dois romances são contemporâneos, no auge do prestígio social da carreira militar. Sem precisar assinalar o óbvio nesta lista de discrepâncias, a paisagem alpina de cartão postal contraposta à aridez da pedra, basta sublinhar, para encerrar, que à total indefinição histórica e geográfica da Fortaleza corresponde um Sanatório não só exatamente localizado

36. Ernst Bloch, *O princípio esperança*, cit. pp.400-401.

37. Antonio Candido, *O discurso e a cidade*, cit. p. 170.

em Davos mas palco de uma espécie de dança macabra e burlesca que gira durante arrastados e minuciosos sete anos até a eclosão da Primeira Grande Guerra. Tirante estes e muitos outros contrastes evidentes, tudo o mais reaproxima estes dois romances de educação que também são romances do tempo. Dois universos segregados, povoados por seres possuídos por algum sortilégio que os encerra num círculo enfeitiçado que lhes consome a vontade de evadir-se. Em ambos enfim a corrosão do tempo que se esvai, cuja fuga irreparável, na comparação de Antonio Candido, é a de uma espécie de sopa rala³⁸, que parece “vazar, no sentido em que a água vaza de um cano”.³⁹ Quer dizer, a grande enciclopédia de Thomas Mann, encravada entre um século que se encerrava e o outro que se abria com a mesma guerra que mudara o curso do mundo, era igualmente uma sùmula, satírica no caso, da Grande Espera a que Buzzati dera forma e a inspiração de Antonio Candido redescobriria, para maior admiração e desconcerto de seus leitores brasileiros. Se há algo que protagonistas e figurantes deste *Bildungsroman* tardio aprendem é esperar. Porém na contramão da expectativa entronizada

38. Um dos episódios característicos da *Montanha mágica* é o da “sopa eterna” (*Erwigkeitsuppe*), servida eternamente, fundo idêntico de um presente fixo. Do mesmo modo o tempo, cuja medida vai se apagando, além da sopa também se apresenta como a coluna de mercúrio num termômetro sem escala, concebido justamente para frustrar os pacientes recalitrantes que teimavam em trapacear, no anseio de ainda voltar a juntar-se ao povo da planície lá embaixo e seus maus hábitos cronológicos.

39. *Ibidem.* p.173. Para uma análise exaustiva da *Montanha mágica* como romance do tempo, ver Paul Ricoeur (*Temps et récit*, Paris: Seuil, 1984, Vol.2), que no entanto, ao entrar no jogo especulativo do narrador de Thomas Mann em torno da natureza do tempo e todo o contraponto de epifanias mórbidas que jorram da dissolução de sua medida na rotina um tanto charlatanesca do Berghof, deixa de lado sem observar o real motivo condutor de toda aquela ascensão espiritual que se esborracha na lama das trincheiras – se não estivermos nós igualmente ofuscados pela perseguição monotemática do afeto político definidor do século que se encerrou com outra Queda.

na filosofia da ação de um Bloch, trata-se de uma espera justamente encantada, de cujo feitiço Hans Castorp escapa para a morte anônima nas trincheiras, levando assim a termo um outro jogo da Espera e da Morte⁴⁰. Quando Hans se depara pela primeira vez com a novidade de um raio-X, no caso um radiografia casual de sua mão, e antevê na tela luminosa a espera sem fim que terá pela frente, não só compreende que morrerá no Sanatório mas que o tempo indefinido que lhe resta será consumido medindo a febre, tomando sopa e chá, e recostando-se para as sessões de cura nas cadeiras espreguiçadeiras. Ao contrário da rochosa Fortaleza Bastiani, contraprova de que é disto mesmo que se trata, no Berghof, a Educação pela Espera é um completo fiasco: a espera por certo ajuda o tempo a passar, porém enquanto esperam e vigiam o tempo da doença os hóspedes-pacientes do Berghof não aprendem nada, salvo o aprimoramento das tecnologias de espera – se é que se pode falar assim. O tempo gasto esperando não os torna mais sábios, apenas mais velhos.

Observando o conjunto desta paralisia peculiar que se infiltra naqueles que esperam na Montanha Mágica a morte chegar, Stephen Kern – em cujo resumo me apoiei –, estudando a cultura do espaço e do tempo da Europa a caminho do estado de choque mortal depois de tantos anos de espera: o desfecho do romance é também a descrição conclusiva do livro, a da guerra de 14 como uma “guerra

40. Que obviamente não é um jogo de azar, o que no entanto não impede o encaixe perfeito da nota de Benjamin, quando se tem em mente a rotina desvairada do alto comando médico do Berghof: “quanto mais a vida é submetida a normas administrativas, mais as pessoas precisam aprender a esperar. O jogo de azar tem o grande fascínio de liberar as pessoas da espera”, *Passagens*, (D 10 a, 2), cit. p.159. Pensemos na massa de Kracauer organizada em várias filas de espera. Todavia, na sociedade do Sanatório, o fascínio exercido pela doença, vista do alto é claro, não liberta mas aprofunda o aprendizado daquela mesma espera infundável.

cubista”, conforme a *boutade* bem conhecida de Gertrude Stein – depois de qualificar aquela espera enfeitada pelo avanço da doença de “passive expectation” (para desespero de Bloch, que presumia a iniciativa de pelo menos um afeto de expectativa expansivo e ativo), traz para o centro da cena a mola secreta de toda aquela dança macabra das cadeiras, a saber: nos pacientes do Berghof, bem embrulhados nas suas mantas de repouso nas chaises-longues, à espera do assalto final da doença, podíamos e deveríamos antever nos anos vindouros toda a linha de frente de soldados igualmente enrolados em seus capotes e entocados como caça nos subterrâneos de uma trincheira também à espera do fogo de barragem da artilharia inimiga⁴¹. Toda a arte de Thomas Mann – mais uma vez, não há criação poética que não seja criação de uma espera, no axioma de Valéry – consiste em sugerir que sua antevisão é mais verdadeira do que qualquer reconstituição histórica à vontade na descrição de um período dito “pré-guerra” que só se tornou tal porque afinal uma guerra explodiu. O romancista simplesmente redescreveu a expectativa daquela eclosão, a rigor imprevisível, recriando um estado equivalente de futuro vivido no modo passivo, na pessoa de pacientes incapacitados (*helpless* como futuras vítimas de guerra) que apenas esperam o progresso de sua doença medindo a temperatura e tomando sopa em pequenos goles. Há todavia um fundo de movimento retroverso da verdade na reconstituição artística de Thomas Mann: toda aquela grandiosa metáfora da espera sem tempo e da aproximação da guerra no silêncio dos órgãos roídos por um bacilo não teria sido possível se a experiência da guer-

41. Stephen Kern, *The Culture of Space and Time, 1880-1918* (Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2003, pp.106-107; a primeira edição é de 1983).

ra recém-finda não encerrasse (na dupla acepção de conter e arrematar) por sua vez uma real Educação pela Espera, uma escola de expectativas rebaixadas e moldadas por quatro anos de mortal imobilização nas trincheiras. Numa palavra, sem a experiência traumática da guerra, e daquela primeira guerra total em especial, o Romance da Espera que é a *Montanha mágica* não seria possível. Bem como a demonstração pelo sismógrafo da arte de que foi aquela primeira guerra catastrófica que inaugurou um novo século de espera, breve, como sabemos graças à periodização que Hobsbawm consagrou, um século só guerra além do mais (o mais espantoso de tudo), a Guerra Longa (1914-1990)⁴², em cujo horizonte estamos começando a identificar três regimes de espera, que se alastram para o conjunto de uma sociedade igualmente antagônica. Nos deparamos agora com o primeiro, o da expectativa apassivadora criada pelas “tempestades de aço” que varriam a terra de ninguém entre as trincheiras. Com o terceiro, o do terror nuclear, ainda não travamos conhecimento. Estivemos no entanto às voltas apenas e principal-

42. Como se diz numa das atuais Grandes Narrativas reativadas em profusão pelo complexo intelectual-militar americano desde o desfecho vitorioso que encerrou o breve século XX. Refiro-me às novecentas páginas (em geral não deixam por menos) de Philipp Bobbitt, *The Shield of Achilles: War, Peace and The Course of History* (Nova York: Alfred Knopff, 2002, parte I), Segundo o qual trata-se de uma verdadeira “guerra de época” concebida nos moldes inaugurados por Tucídides ao reconstituir os inúmeros conflitos entre Atenas e Esparta como uma única guerra contínua. Foram assim guerras de época as Guerras Púnicas, a Guerra de Cem Anos, a Guerra de Trinta Anos etc., guerras que só terminam quando uma indissociável gravitação conjunta de estratégia e objetivos de legitimação de uma forma de poder de Estado finalmente se ajustam em detrimento das rivais. Vistas as coisas por este ângulo apologético, de plena simbiose entre o militar e o jurídico-estatal, a Guerra Longa, que definiu o breve século XX, englobou num só ato histórico a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, a Revolução Bolchevique, a Guerra Civil Espanhola, as Guerras da Coreia e do Vietnã e a Guerra Fria, e travou-se em torno da luta de morte para saber afinal qual gênero de Estado Nação – comunista, fascista ou parlamentar – herdaria a legitimidade previamente desfrutada pelo sistema imperialista dos estados-nação do século XIX.

mente com o segundo deles, um regime inaugurado em plena guerra (a primeira) pela Revolução de 17 e posto para hibernar, mal encerrada a brevíssima trégua da frente única antifascista, com as primeiras grandes manobras da Guerra Fria. Pois foi neste período intermediário – recapitulemos – que se educou pela espera o senso histórico do crítico literário que muito mais tarde conceberia um jogo de Quatro Esperas afins, cujo conteúdo de experiência, como se diz na língua de Hegel, descendia em linha direta daqueles anos de *Great Expectations* no Brasil e no mundo. É bem verdade que aqueles quatro movimentos seguiam um compasso regido por frustração, estagnação, decadência e destruição total (depois de três séculos de expectativa, no caso da velha e imobilista Orsenna de Julien Gracq), mas não é menos verdade que só se aprende padecendo, pelo menos assim ensinava a sabedoria dos trágicos gregos. Ocorre que Antonio Candido publicou aquele enigmático e memorável resumo de época num momento em que já nos instalávamos – nós, o país e o mundo que uma nova razão capitalista vencedora estava subvertendo de alto a baixo – num quarto regime de espera – para variar, “quase sempre com suspeita de catástrofe”.

2.

Dentre os leitores da primeira hora, boquiabertos diante da discreta proeza de um autor não menos discreto ao juntar àquela altura de uma vida literária bem vivida as figuras do crítico e do homem sábio que traz na cabeça o resumo de um século, estava igualmente o crítico literário e escritor Modesto Carone, além do mais tradutor e intérprete de Kafka como nunca vimos entre nós e nem

imaginávamos que seria possível numa remota periferia, hoje nem tão remota assim quando o centro se periferiza e a ascensão do “resto”⁴³ traz consigo apenas mais do menos, salvo a escala assustadora. Mesmo assim, Modesto só se animou a reagir por escrito ao objeto de sua admiração quase vinte anos depois, contribuindo com um estudo sobre as Quatro Esperas para uma edição especial de *Literatura e Sociedade* em homenagem a Antonio Candido⁴⁴. Até onde sei, o primeiro e até agora único artigo a respeito. Para variar, uma outra espera, desta vez dezenove anos bem contados no relógio do Brasil e do mundo. Não mencionei à toa a circunstância kafkiana. É que devemos igualmente a Modesto Carone uma tradução pioneira –

43. Aspas para lembrar que fomos oficialmente elevados à condição de Resto no intuito de realçar o abismo entre “o Ocidente e o Resto”, no famigerado artigo de Samuel Huntington – para quem não sabe, especialista em contrain-surgência, e conselheiro atuante no Vietnã – publicado em 1993 no *Foreign Affairs* e depois transformado em livro, *The Clash of Civilizations*. Para um bom comentário Perry Anderson, “A civilização e seus significados” (revista *praga*, no 2, São Paulo: Boitempo, 1997), que além do mais abre com uma observação mais do que interessante: na América Latina, ao contrário de seus vizinhos, apenas o Brasil se refere a si mesmo como nação e cultura, adotando a fórmula “civilização brasileira”, cuja origem integralista Perry nos fez a cortesia de lembrar. Já *A ascensão do “resto”* é o título positivador de Alice Amsden – que se notabilizou por consagrar o milagre coreano, apelidado então de próximo gigante asiático. Isto em 1989. Depois vieram os *late comers* da geração seguinte de promessas. O livro é de 2001, com tradução em 2004 pela Unesp. Como o Brasil constava da lista e Lula entrava no segundo ano de seu primeiro mandato, imagine-se o alvoroço entre os “desenvolvimentistas” de todas as escolas postas em disponibilidade na década anterior de euforia com o renascimento reajustado da “civilização brasileira” – sendo o Presidente da República no período, expressão eloquente daquela mesma Civilização, além de autor de alguns capítulos da obra coletiva que consagrou a denominação, *História geral da civilização brasileira*, coordenada por Sérgio Buarque de Holanda, um dos três autores que nos anos 30 formou uma geração de moços “radicais”. Como a Civilização se verá condenada mais adiante no poema de Cavafis pela pressão conjunta dos bárbaros externos e internos – o Resto, precisamente –, este rodapé preliminar terá sido um lembrete menos dispensável do que parece.

44. Modesto Carone, “O discurso e a cidade: Quatro Esperas”, *Literatura e sociedade*, revista do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP, nº 12, Vol.1, 2009, organização de Maria Augusta Fonseca.

por sugestão de Anatol Rosenfeld, lá atrás em 1968 – do ensaio magistral de Günther Anders, *Kafka: pró e contra*, publicado em 1946, quando Kafka ainda era um tremendo equívoco – salvo para algumas raras cabeças proféticas como Benjamin nos anos 30 e Adorno ao longo dos anos 40 e início dos 50 –, para a direita um novo existencial-teológico, para a esquerda um patético exemplar da metafísica da barata tonta.⁴⁵ Episódio longínquo lembrado porque seria de se supor que a leitura de Modesto partisse ao encontro do ensaio intempestivo de Antonio Candido pela via direta traçada por Günther Anders, no qual encontramos, com efeito, os primeiros elementos para armar o capítulo Kafka daquela metafísica da espera imaginada por Benjamin nos anos em que a premonição do pior já era a certeza do fascismo se instalando por toda parte. A saber: a bem conhecida (desde então) antipatia de Kafka pelo tempo fluente, que, de tão natural, nos trechos em que o escritor “quer denotar distâncias incomensuráveis de tempo, ele as traduz, o mais das vezes, por espaços incomensuráveis”, como nos enigmas das histórias de “Durante a construção da Muralha da China”, diante da qual, como se há de recordar, Antonio Candido situou a segunda de suas Esperas. Retido pelo pânico, o tempo paralisado chega a tal ponto que a vida não anda, de tão enroscada; só que ao contrário de parnasianos como Stefan George, a prevalência do pictural e do escultórico, que congela a frase na imagem, em detrimento das afinidades musicais que o romantismo inoculou na arte literária moderna e que se traduzem pelo dinamismo de um crescendo progressivo, é uma escolha que não surpreende em Kafka.

45. A primeira edição é de 1969, Perspectiva, São Paulo; a segunda, inteiramente revista e refundida, CosacNaify, São Paulo, 2007.

Pelo contrário, “o tétano do não-ir-adiante, é maldição” – e por aí ingressaríamos na antessala em que indefinidamente esperam os anti-heróis das fábulas kafkianas em consequência do estado de “chegada perpétua” em que se encontram. Sabemos sem dúvida o que o agrimensor espera: pura e simplesmente ser recebido na sociedade do Castelo, como se Kafka envolvesse com um toque de sátira metafísica o anseio de todo arrivista⁴⁶. Mas o amaldiçoado arrivista kafkiano é “aquele-que-não-chega-nunca” – na expressão paródica de Günther Anders, onde a vítima é o jargão heideggeriano –, e como tal, visto que sempre anda por aí, rondando num “mundo pavimentado de gritos de socorro”, ele é basicamente “o-que-chega-tarde”⁴⁷. “Nunca” e “tarde” se combinam numa versão do desfecho da espera de uma vida diante do Castelo: “quando K., o agrimensor, que se supõe ter sido chamado à aldeia mas jamais foi aceito por ela após tentativas indizíveis de legalizar seu *status*, isto é, sua pertinência ao lugar, está às portas da morte, recebe, afinal, a notícia de que, na verdade, não tem direito de viver ali, mas que, uma vez que está lá, a vontade é tolerá-lo”⁴⁸. Qualquer semelhança desse final, que ninguém consideraria feliz, embora “comparado com o que na realidade entrou, ainda parece bastante con-

46. A certa altura, depois de sugerir que a concepção de hierarquia em Kafka não difere em muito da apresentada por Freud em *Totem e tabu*, para o qual, “o tabu de um Rei”, por exemplo, “é tão forte para seus súditos porque a diferença social entre eles é enorme, mas o ministro pode ser um mediador inofensivo entre ambos”, Adorno afirma que isso ajuda a esclarecer tanto um complexo decisivo em Proust como o esnobismo – “como vontade de acalmar o medo do tabu pela aceitação entre os iniciados” –, como os mil expedientes tortuosos de K. para se aproximar de um alto funcionário como Klammm. Adorno, “Anotações sobre Kafka”, *Prismas* (São Paulo: Ática, 1998, pp.245-246).

47. Saltam aos olhos as aflições do Narrador da *Recherche* antes, durante e depois das recepções no “nobre faubourg”, com ou sem convite na mão, nunca saberá ao certo se foi ou não convidado.

48. Günther Anders, cit. p.76.

solador”, com a vida de espera e morte de Giovanni Drogo, graças ao reagrupamento de Antonio Candido, deixou de ser mero exercício de literatura comparada. No Século da Espera, cuja tentativa de identificação mal começamos, Kafka introduziu, no mesmíssimo período crítico cujas balizas demarcatórias conhecemos, um capítulo que tão cedo não saberemos decifrar. De qualquer modo, redefiniu-a, se Günther Anders tem razão, essa vida de espera – diante do Castelo, diante da Lei, etc. – como “um chegar a vida toda”, que é a sina desses anti-heróis que “não pertencem ao mundo”. “É justamente nessa excentricidade que consiste o realismo kafkiano. Pois para a maioria das pessoas de hoje em dia, o mundo – que, aliás, já se chamava fazia muito tempo ‘mundo exterior’ na teoria do conhecimento – tornou-se de fato ‘exterior’”⁴⁹. Há sem dúvida, igualmente por essas paragens sabiamente deformadas, uma Educação pela Espera, só que literalmente antiburguesa. Ainda Günther Anders: “ao passo que os romances do mundo burguês interpretam a incorporação progressiva no mundo como ‘educação’, o mundo, em Kafka, é descrito de fora, e a incorporação, como um malogro”. Antiburguesa seria dizer muito e já fora de hora. Àquela altura, por sobre a cabeça daqueles que esperam e nunca chegam, pairava um poder que sequer era ilustrado, nem “educava” – salvo disciplinar e punir –, muito menos incorporava: a máquina administrativa inescrutável contra a qual se debatem os que esperam, em pouco menos de uma década revelaria a que veio, como sabemos. Benjamin chamou este poder kafkiano, característico de patriarcas raivosos, de parasitário, e numa anotação das *Passagens* afirmou que “esperar e fazer esperar” é a for-

49. Idem *Ibidem*, p.31

ma mesma de existência de uma sociedade onde rapina a camarilha dos consumidores, como se referia à confraria dos mundanos cujas conspirações Proust costumava entregar de bandeja.⁵⁰

Mas como Antonio Candido não puxou por este fio, vamos ficando por aqui. Quanto a Modesto Carone, não tinha como não acompanhá-lo na “descrição crítica” daquela absurda (a palavra escapou) construção de uma muralha fragmentária. Construção de uma ruína virtual portanto. Como estava agora, quase vinte anos depois, reparando (desde quando?) na enigmática atualidade de “Quatro esperas”, da qual na hora ninguém cogitava, todos impressionados antes de mais nada com a novidade da proeza artística, Modesto achou que era o caso de assinalar e reconhecer no ensaio uma prova cabal da verdade da concepção kafkiana de Literatura, a saber, “um espelho que adianta, à maneira de um relógio”. Na sua sugestiva explicação dessa função profética exercida pela exposição a olho nu de nossas deformidades, uma tal visão antecipadora, característica da criação literária mais exigente, “convoca o leitor para uma percepção que existe mas não aflorou à consciência” (*mutatis mutandis*, Bloch não definiria melhor seu arsenal de categorias para enxergar através de e à frente do “escuro momento do presente”). Se assim é, qual percepção existente naquelas Quatro Esperas e que precisou de pelo menos duas décadas para aflorar à consciência? No prefácio da publicação em livro de 1993, surge então a menção ao sentimento que em nosso tempo se tornou frequente, às vezes obsessivo: mais uma vez “a expectativa de perigos

50. A menção ao ensaio de Benjamin sobre Kafka encontra-se no já citado ensaio de Adorno, p.252. O trecho das *Passagens* é mencionado por Susan Buck-Morss (cit. p.407). Ver ainda, do mesmo Benjamin, “Para um retrato de Proust”.

iminentes, quase sempre com suspeita de catástrofe”. Com o necessário grão de sal, Modesto não perde a deixa: pois é, sem um estoque mínimo de recursos paranoides, em nossos dias, podemos acrescentar, o presente continuará tanto mais escuro quanto mais blindado pela couraça de clichês da normalidade, preventiva é claro. Acelerando o passo, Modesto vai direto ao ponto, não considerando uma improvisação descabida caso intitulasse seu comentário “o mundo-catástrofe em quatro tempos”, com grifo e tudo.

Mas qual catástrofe afinal? Se for permitido me fazer um pouco de desentendido⁵¹. Um escritor um pouco mais

51. Como se faz (de desentendido) muito bem Marcelo Coelho em sua intervenção num dos ciclos organizados por Aduino Novaes, *Civilização e barbárie* (São Paulo: Companhia das Letras, 2004), “O imaginário da crise”, onde comenta, na dose certa da ironia, como se deve, os diagnósticos correlatos de crise da civilização ocidental e irrefreável avanço da barbárie que se multiplicaram na esteira do 11 de setembro, e mais sugestivo ainda, a convergência entre esquerda e direita que passaram a compartilhar o vocabulário do declínio, da decadência, do colapso etc. (cit. p.127). Sem dúvida, a ideia de progresso está em declínio, sobretudo entre os outrora “progressistas”, a começar pela falta de reacionários ao qual se opor, e os profetas da desgraça, em alta meteórica. Todavia o nervo da questão está no fato não menos singular de que essa reconversão se operou no campo onde menos se esperava, no dos “integrados”, esta a novidade de um tempo em que até o vocabulário do colapso se banalizou, precisamente o apocalipse dos integrados, já que os antissistêmicos de raiz sempre viram na máquina capitalista de acumulação uma bomba-relógio. No fundo esta síndrome vem de longe. Uma peça de museu como Lukács – uma peça do Museu da Revolução, é claro – já havia descrito uma formação reativa similar a essa conversão apocalíptica dos integrados, que nem por isso permaneciam menos confortavelmente integrados: é que sem renegar sua condição, desde meados do século XIX a burguesia passara com armas e bagagens para o campo da contrarrevolução que culminaria no fascismo – entendendo-se por “armas”, armas mesmo, corrida armamentista e guerra imperialista, e “bagagem”, a carga de dominação interna (sujeito) e externa (mundo) sem a qual não se esclareceria a terra sedenta de luz. Ato contínuo, instalaram-se no Grande Hotel Abismo, como Lukács batizou a morada desses novos seres de exceção: um elegante hotel *fin de siècle*, podemos imaginar (com auxílio, por exemplo, de todos os suntuosos hotéis semeados ao longo da obra de Thomas Mann, culminando é claro no Berghof da Montanha Mágica) provido de todos os melhoramentos da vida moderna, audaciosamente erguido à beira de um abismo, cuja contemplação diária, entre jantares esplêndidos e festivais de arte autônoma idem, só fazem aumentar “o gozo desse refinado confort” (Lukács, *El assalto a la razón*, México: Grialbo, 1968, p.201), na verdade “destruição” (*Zerstörung*) da razão, que os desafetos diziam ser a do próprio Lukács: de

reticente poderia lembrar que na Arte Poética dos Antigos “catástrofe na representação é o contrário da catástrofe na vida real. No palco, catástrofe é ‘reviravolta’ e, portanto, comunicação inesperada, *coup de théâtre*, é a comunicação que se restabelece pela ponte da emoção provocada no espectador com uma surpresa”⁵². É de acordo com esta acepção que se perde na noite grega dos tempos que Günther Anders (mais uma vez) chega a dizer que a rigor em Kafka não há catástrofe, neste sentido de evolução catástrofica conclusiva: assim, “a famosa cena da execução com que se fecha O processo poderia ter sido anexada logo após o capítulo de abertura”⁵³. Ou ainda, *mundo-catástrofe* em qual dos tempos? No do crítico, virada dos 80 para os 90 do século passado? No do comentador – assumidamente impregnado por Kafka, Beckett e Celan –, ao encerrar-se a primeira década do século XXI?⁵⁴ No tempo-intemporal

fato, um livro que vai se tornando horrível à medida que avança, deixando pelo caminho, no entanto, achados memoráveis sobre a pré-história mental do nazismo, mais ou menos o roteiro da *debâcle* em Thomas Mann. Embora aparentada, não é essa a convergência que verdadeiramente importa e assinala o novo tempo do mundo, a Era da Emergência que se abriu com o fim da trégua social extorquida pelo guarda-chuva nuclear. Quando este se fechou, esquerda e direita entraram de vez, cada qual com sua carga genética específica, no túnel das urgências, em torno das quais passaram a gravitar apocalípticos e integrados. Para uma primeira introdução ao argumento, Paulo Arantes, “Alarme de incêndio no gueto francês”, *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, n^{os} 17/18, Rio de Janeiro: Revam, 2010. Redação original de 2006, recolhido posteriormente no livro *O novo tempo do mundo* (ed. cit.).

52. Bernardo Carvalho, “A comunicação interrompida: estão apenas ensaiando”, em Arthur Nestrovski, Márcio Seligmann-Silva (orgs.), *Catástrofe e representação* (São Paulo: Escuta, 2000, p.239). Para esta mesma coletânea, não é irrelevante saber, pelo contrário, Modesto Carone contribuiu igualmente com um conto, “O natal do viúvo”, escrito, como anunciado em epígrafe, à maneira do Molloy, de Beckett, fundindo numa só peça representação e “catástrofe na vida real”.

53. Cit. p.73.

54. A curiosidade a respeito não tem nada de ociosa. O propósito de Antonio Candido não era em absoluto enciclopédico, tal seria. Mesmo assim, por que deixou de lado a mais escancarada “espera” do meio século seguinte, O Godot, de Beckett? Com certeza a lacuna não terá escapado a um comentador como

de cada uma das quatro obras reagrupadas pelo crítico? No poema de Cavafis, por exemplo, sem prejuízo da fatura literária que ainda impressiona, escrito nos primeiros anos do século XX, o Crítico é o primeiro a datá-lo, não só concordando com o tradutor do poema, José Paulo Paes, que o filia ao gosto simbolista pelos momentos crepusculares de resignação ante o inevitável, mas também com os intérpretes que destacam a voga de uma época em que “pervaga uma sutil atmosfera de dissolução”, ainda nas palavras do tradutor, assinalando a frequência de poemas em que templos se incendiam, hunos estão chegando, se multiplicam as situações de beco-sem-saída, a vertigem das ruínas pressagiadas, tempos de surda aspiração à morte, premonições de desastre – em suma, antevisões de horizontes que se fecham, uma vez passado o momento de esplendor, resume o Crítico, considerando que assim mesmo no “coral impessoalizado” de Cavafis, a “expectativa de pavor”, descrita friamente pelo poeta, que “se casava misteriosamente com a aspiração profunda à catástrofe”, tudo isso somado servirá muito bem de “introdução ao mundo das esperas angustiadas” que a seguir percorrerá nos três tempos restantes.

Resta a solução bárbara, ou melhor, sua frustração patética, pois nela reside a data real do poema, se estamos no rumo certo. É que a redenção trágica que só uma destruição completa traria chegaria em pouco tempo, os mesmos raios e trovões da guerra que quebram o feitiço da Montanha Mágica. De que outra maneira se poderia figurar a euforia delirante com que a humanidade acolheu

Modesto Carone, o primeiro a se voltar para a assustadora atualidade daquela obra-prima negligenciada. E no entanto, nenhuma pista. Não custaria especular.

o anúncio de que seus últimos dias haviam chegado?⁵⁵ Marchando em estado de graça para o matadouro naquele mês de agosto de 1914, para a multidão mobilizada o estouro da guerra bárbara entre impérios extenuados era uma libertação. E se havia uma sociedade desgastada ansiando por um final apocalíptico⁵⁶, era a do Império dos Habsburgos. Trótski estava em Viena naquelas semanas de fervor despertado pela antevisão da carnificina vindoura e também se perguntava pela origem e destino daquela energia esfuziante canalizada para o massacre mutuo. Segundo

55. Estou apenas citando, de resto literalmente, como gostaria o próprio Karl Kraus, sua “tragédia em cinco atos com prólogo e epílogo”, *Os últimos dias da humanidade*, um gigantesco mosaico de cenas cotidianas de Viena durante a Primeira Guerra, concebido para ser representado em dez noites consecutivas. Numa metrópole de dois milhões de almas – a mesma capital de Cacânia, o Império Austro-Húngaro satirizado por Musil no *Homem sem qualidades*, cuja narrativa justamente principia no mesmo dia do mês de agosto em que a guerra eclodiria um ano depois: uma outra enorme sala de espera –, e almas possuídas por um novo e alucinado senso da guerra, Karl Kraus pôs-se então a ouvir o som ao redor: “não há uma única voz à qual tivesse fechado os ouvidos”, dirá mais tarde Elias Canetti, que aliás, em matéria de “ouvido”, sabia do que estava falando: “estava possuído por cada um dos falares específicos da guerra, e os reproduzia com premência”, “O novo Karl Kraus”, *A consciência das palavras* (São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.255). E ao colocar assim entre aspas o seu tempo, como disse certa vez, o que ouviu Karl Kraus? Segundo Roberto Calasso, o mesmo murmúrio monumental da estupidez, a mesma cuja matéria bruta fulgurante atormentara os últimos anos de Flaubert. Metade dos *Últimos dias da humanidade* é composta de citações, uma coleção enciclopédica da bêtise triunfante em tempo de guerra, enquanto os oito volumes das “cópias” de Bouvard e Pecuchet representam um acervo equivalente para tempos de paz, que juntos formam o tecido contínuo de uma só guerra perpétua. Ver Roberto Calasso, “La guerra perpetua”, ensaio que acompanha a tradução italiana da “peça” *Gli ultimi giorni dell’ umanità* (Milão: Adelphi, 1980, vol.2, p.761). Sob um revestimento inocente e bem pensante, a bêtise é sem dúvida bárbara, o desencadear da guerra como um bálsamo, e a concomitante irrupção festiva da estupidez nas ruas, algo revelam daquela aspiração profunda que atravessa o poema didático de Cavafis, no qual Modesto reconhece a mesma cadência clara e limpa das “Perguntas de um operário que lê”, de Brecht. Numa palavra: o que seria de nós sem as trincheiras, elas seriam uma solução. E assim sendo, a guerra não acabará, diz uma “voz” na massa coral orquestrada por Karl Kraus.

56. De preferência “feliz”, esse apocalipse dissecado por Hermann Broch na Viena de Hofmannsthal. Ver *Création littéraire et connaissance* (Paris: Gallimard, 1966, pp.79-86).

conta em suas memórias, escritas mais de quinze anos depois, se perguntava o que afinal movia seus conhecidos do bairro, verdureiro, pedreiro, sapateiro, cocheiro, o que os impelia, dia após dia, a se aglomerar e manifestar na praça do Ministério da Guerra urrando de júbilo em meio a morras a todos os sérvios. Naquele momento de mobilização geral, todas as classes confundidas num só bloco, lavadeiras e ferroviários circulando à vontade nos bairros chiques em torno do Ring, cujos nativos, por sua vez, só podiam se congratular com a aquiescência daquela massa inaugurando sua nova condição de “material humano”, a guerra redimindo todos numa única ciranda de futuros linchadores – como logo estaria mostrando Karl Kraus –, tudo isso não obstante, continuava a cogitação de Trótski, aquele ombro a ombro na desgraça salvadora festejada em comum parecia no entanto aliviar o fardo de opressão que pesava no costado daqueles que a vida havia enganado e sufocava sob o fardo de uma “monotonia sem esperanças”: para esses pobres diabos, a declaração de guerra era recebida sim “como uma promessa”, como um bilhete de ingresso no “reino do novo e do extraordinário”, um reino de mudanças cada vez menos previsíveis, pior mesmo só a volta à “normalidade” anterior.⁵⁷ Assim, sob o olhar instruído de um veterano, olhar retrospectivo além do mais, pois Trótski escrevia já no exílio de uma “revolução traída” sobre aquelas jornadas de mobilização para uma guerra cujo alarido selvagem um outro ouvido já escutava nas rodinhas de opinião que se formaram assim que as ditas hostilidades foram declaradas, sob um tal olhar transparecia a reviravolta catastrófica de que há pouco falávamos, o sinal da virada, pela qual ansiava uma gera-

57. Trotsky, *Ma vie* (Paris: Gallimard/Folio, 1953/1973, pp.277-278).

ção que carregara nas costas uma carcaça imperial, e que depois de uma longa espera vivida na rigidez das hierarquias sociais agora desfeitas pelas expectativas niveladoras da guerra, entrevendo na indistinção inicial da hora do estampido embrutecedor, a catástrofe-inversão em que o mundo por um momento se reapresenta de ponta-cabeça, como parece ser o caso na primeira hora das revoluções. Pelo menos assim ensinava a experiência de um revolucionário educado por um século e meio de espera entre duas revoluções (a francesa e a russa), a saber: que o alinhamento festivo e popular inicial com o alto comando do massacre não anulava em definitivo as expectativas despertadas pelo momento de exceção que irrompia com a guerra – duas quebras da normalidade porém em escala ascendente.

Voltando à espera de Cavafis, que quer dizer, à sua presumida data real, o fim pela mão bárbara de uma guerra idem seria uma solução justamente por interpor um abismo entre o vazio crepuscular que se abria e o “reino do novo e do extraordinário” que surgiria de um caos redentor. Todavia aquele primeiro capítulo da Guerra Longa que foi o século XX apontava igualmente para a direção oposta, menos o fim próximo da pré-história da humanidade do que o seu contrário, como “ouviu” durante quatro anos Karl Kraus. Refletindo sobre aquela anomalia selvagem, que definiu o caráter distintivo da Primeira Grande Guerra em relação à Segunda – como sabemos, a primeira pariu o fascismo enquanto a segunda foi de fato ganha pelos que se dispuseram a abortar sua progressão –, Elias Canetti deve ter sem dúvida atinado com o vínculo sinistro entre poder e sobrevivência. Para resumir: “quem vai de bom grado para a guerra” – como foi o caso no verão europeu de 1914 –, “age com o sentimento de que regressará,

de que a guerra não o atingirá [...] quem vai de bom grado para a guerra o faz com confiança e essa confiança reside na esperança de que os mortos de ambos os lados, inclusive o seu, sejam os outros, e ele o sobrevivente. Assim, a guerra oferece, mesmo ao homem simples, que nos tempos de paz provavelmente não se tem em alta conta, a chance de um sentimento de poder, e justamente ali onde este sentimento tem sua raiz, ou seja, na sobrevivência que se acumulou [...] Algo do esplendor da invulnerabilidade irradia em torno de todo aquele que regressa são e salvo”.⁵⁸ Para resumir novamente, todo o poder destrutivo do *Führer* era o de um sobrevivente, que assim reconceituado – “a situação de sobrevivência constitui a situação central do poder” – lança uma outra luz sobre o sobrevivencialismo contemporâneo. Como vimos, não era bem esse o sentimento predominante nos moços brasileiros que voltaram da campanha da Itália, antecipado pela lírica de guerra de Drummond e decantado pela meditação de vida inteira de Antonio Candido.⁵⁹

Como já repassamos pelo menos os três primeiros “tempos” em que se repartiria o mundo-catástrofe redescoberto por Modesto Carone na Educação pela Espera segundo Antonio Candido – e creio que na suspensão inconcludente do último, encontraríamos a mesma guerra oculta, no caso, pelo recurso contínuo à elipse –, daria para concluir que dessa constante vizinhança entre guerra e espera – mais exatamente, *a guerra como horizonte*

58. Elias Canetti, “Poder e sobrevivência”, cit. p.34.

59. Algum pesquisador mais competente poderá com certeza localizar um recorte de jornal que deixei extraviar há talvez mais de dez anos, no qual se encontra um breve depoimento do nosso piloto de caça, Fernando Rocha, onde declara, sem nenhum senso mais frívolo do paradoxo, que voltara pacificado da guerra.

de espera – resulta uma fisionomia de época muito particular, cujo “tempo” já não é mais o nosso, sem prejuízo da atualidade do conjunto, que Modesto com razão considera assustadora, como lembrado várias vezes. Uma digressão, que desta vez irei evitar, poderia mostrar o quanto nos afastamos daquela matéria histórica em que os desastres irremediáveis só podiam ocorrer – ou nem mesmo sobrevir a redenção pela destruição – porque justamente se esperava. De volta uma última vez à Fortaleza, bastaria evocar a morte burocrática do soldado Lazzari ou a “grandeza estoica do sacrifício” do tenente Angustina, soldado raso e oficial, abatidos ambos pela cultura de uma máquina de guerra chamada Regimento, cujo auge se deu exatamente entre as guerras napoleônicas e as guerras totais do século XX, uma cultura heroica que um historiador militar não hesitou em chamar de espírito de matadouro: “os soldados ficavam silenciosos e inertes em fileiras para serem abatidos, às vezes durante horas; em Borodino, diz-se que os corpos de infantaria de Ostermann-Tolstoi ficaram diante do fogo à queima roupa da artilharia por duas horas, durante as quais o único movimento era a agitação das linhas provocada pelos corpos que caíam”.⁶⁰ Sem forçar muito a nota, seria o caso de dizer que o suicídio de Anna Karenina – negligenciada por Vronski, e por fim empurrada como um estorvo à medida em que a nostalgia do regimento suplantava uma paixão no fundo menor – juntou o desespero real à paródia involuntária dos soldados em Borodino diante da artilharia francesa.⁶¹ Do

60. John Keegan, *Uma história da guerra* (São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.26).

61. Segundo Keegan, toda a teoria de guerra de Clausewitz é tributária dessa organização social que é o Regimento, que ao longo do século XVIII vai se consolidando como uma instituição permanente, ganhando quartéis fixos

outro lado da ponte, na outra margem na qual nos encontramos agora, faz algum tempo que ingressamos no que começou a ser chamado de guerra pós-heroica⁶², justamente no início dos anos 90, a meio caminho da primeira Guerra do Golfo, as guerras de desintegração da Iugoslávia e a campanha de bombardeios da Sérvia sob o pretexto de resguardar minorias étnicas no Kosovo: àquela altura, graças a um desenvolvimento exponencial das forças destrutivas de precisão, por conta de uma alegada Revolução nos Assuntos Militares (RMA, na sigla em inglês), a geopolítica da guerra principiava a se confundir com um fantástico mercado da violência operado por profissionais e um sistema de metas de produção cujo foco central é a segurança desses mesmos operadores, expressa no ideal gestor da baixa-zero. Com isso as guerras tendem cada vez mais a ser, como já se disse, “instantâneas” – mesmo que se arrastem por uma década, caso do Afeganistão hoje, sua unidade temporal de medida são os assassinatos

em cidades de província e recrutando nas regiões circunvizinhas, oficiais nas côteries de famílias aristocráticas, soldados, para variar, dentre os meios pobres do lugar. Compreende-se que a vida de uma cidade girasse em torno de seu regimento, tornando-se ao fim e ao cabo uma verdadeira cidade-guarnição. Um século depois, toda a Europa estaria pontilhada por esse tipo de vila militar, algumas abrigando vários regimentos, continua Keegan, para arrematar nos dois pontos que nos interessam, o primeiro referente à comparação de há pouco, o segundo nos recolocando na pista dos vasos comunicantes históricos entre vida militar baseada em regimentos e “formação nacional”: “na pior das hipóteses, esses regimentos se pareciam com o de Vronski, que Tolstoi descreve como um clube de dândis comandados por oficiais ociosos e janotas que se preocupavam mais com seus cavalos que com seus soldados. Mas na melhor delas, esses regimentos tornavam-se ‘escolas da nação’, que estimulavam a temperança, o preparo físico e a proficiência nos estudos básicos elementares”, cit. p.31. Sem tirar nem pôr, na Fortaleza Bastiani, principalmente aprendia-se a esperar.

62. Por Edward Luttwak, num artigo da *Foreign Affairs* de 1995, vol.74, No 3. Refiro-me à circunstância mais geral dessa mudança de paradigma – como se dizia em tempos já remotos, fim dos anos 60, pelo menos no que concerne Thomas Kuhn – num outro estudo, “O novo tempo do mundo” (em: *O novo tempo do mundo*, cit.).

seletivos por meio de aviões robôs, os famigerados DRO-
NEs (novamente na sigla em inglês, mas arranjada para
dar na palavra “zangão”), rompendo assim o vínculo his-
tórico entre guerra moderna e tempo de espera como um
afeto de expectativa crucial em sociedades temporalmen-
te orientadas, como o são as baseadas no modo de produ-
ção capitalista.⁶³

63. No estudo mencionado em nota anterior, me apoio no comentário pelo já citado Stephen Kern (*The Culture of Time and Space: 1880-1918*) de uma pesquisa de Eugène Minkovski acerca do modo pela qual a experiência vivida do futuro como “expectativa” modificou-se na imobilização tempestuosa das trincheiras da Primeira Guerra Mundial. Foi essa reconstituição do tempo desmanchado na vida da trincheira que levou o autor a perceber nas *chaises-longues* enfileiradas no terraço do sanatório da Montanha Mágica uma figura premonitória do *front* que se avizinhava.

SEGUNDA

No caminho das Índias*

1.

Mudou a guerra – para ser ainda mais exato, mudou o “trabalho da guerra”¹ –, mudou o regime social da Espe-

* Este texto, sobre o filme de Manoel de Oliveira, *Cinema falado*, foi publicado com o título de “Variações sobre o tempo vivido nas dimensões do fim”, no livro de homenagem a Marcos Müller, *Negatividade e liberdade*. Campinas, Ed. Phi, 2017.

1. Segundo o mesmo John Keegan de há pouco, “o verdadeiro trabalho da guerra na época de Clausewitz era realmente de matadouro”, (cit. p.26). Esse trabalho é mais do que metafórico e certamente tem a ver com a instituição do Regimento destacada por Keegan: “o regimento não foi um elemento apenas novo, mas também revolucionário da vida europeia. Sua influência se tornou tão significativa quanto a das burocracias autônomas e autoridades fiscais equânimes e entrelaçou-se com elas” (cit. p.29). Há uma longa cadeia argumentativa historiográfica na qual se encaixa uma observação como esta, que se fecha em torno da noção de Revolução Militar, segundo consta formulada em meados dos anos 50 por Michael Roberts e desenvolvida posteriormente por Geoffrey Parker, entre outros, que associou a ascensão e consequente hegemonia mundial do Ocidente à sua capacidade de inovação militar permanente (Cf. Geoffrey Parker, *The Military Revolution*, Cambridge: Cambridge University Press, 1996, 2ª edição). A ideia básica, como se nota pela citação, e a semântica da palavra regimento, que o vincula ao conceito de governo, era a de que este último é menos o governo da guerra do que um derivado da organização material e financeira da guerra – parafraseando Foucault, tudo se passa como se a governamentalização do Estado proviesse primordialmente das metamorfoses na condução da guerra. Mas se for o caso de desmetaforizar ainda mais a expressão “trabalho da guerra”, posso apenas mencionar, sem maiores considerandos, um fecho materialista possível daquela cadeia argumentativa, ideia que Robert Kurz, até onde sei, não chegou a retomar e desenvolver, segundo a qual é precisamente essa Revolução Militar que antecede e explica a Revolução Industrial na origem do capitalismo: “a nova organização do próprio exército criou a mentalidade capitalista. Os antigos beligerantes agrários transformaram-se em ‘soldados’, ou seja, em pessoas que recebem o ‘soldo’. Eles foram os primeiros ‘assalariados’ modernos que tinham de reproduzir sua vida exclusivamente pela renda monetária e pelo consumo de mercadorias [...] A eles era indiferente quem matar, pois o soldo ‘interessava’; com isso,

ra, e suas frustrações correlatas. Mudaram também as catástrofes esperadas, bem-vindas ou não, depuradoras ou propriamente ditas, com seu cortejo duradouro de traumas indeléveis. Mas principalmente mudou o sentimento de mundo-catástrofe de Modesto Carone, ao atravessar essa linha divisória no tempo do mundo. Pensando bem, Modesto sempre esteve deste outro lado da ponte, faltaria apenas calibrar o progresso deste sentimento, desde as primeiras impressões de leitura nos anos 90 até o juízo final de 2009. Dando à maneira de dizer o que lhe é devido, chegamos, por assim dizer, ao *fim do mundo*, e em negrito, como se lê no comentário que está nos servindo de sismógrafo. É que depois de uma longa e ansiosa espera, os bárbaros de Cavafis finalmente chegaram – as datas variam, mas pelo exemplo escolhido por Modesto como evidência histórica e configuração artística desse limiar enfim transposto, podemos situar essa hora final em algum momento de uma mutação tal que o *terrorismo* – para dar um nome vulgar, ou vulgarizado até o osso, a uma constelação invulgar de surtos de violência politicamente cega (nem sempre) – tornou-se dimensão estrutural de um sistema global por isso mesmo autodestrutivo. E como o cenário do poema de Cavafis sugere algum lugar do Oriente Próximo helenístico onde uma civilização exaurida e esvaziada de sentido espera o choque destruidor com os povos mais enérgicos ou mais primitivos que selariam de vez o seu destino, era inevitável que uma imaginação literária como a de Modesto Carone, abalada pela visão espantosa do 11 de setembro, deslizesse para a fusão numa

eles se tornaram os primeiros representantes do ‘trabalho abstrato’ (Marx) no moderno sistema produtor de mercadorias”, “A origem destrutiva do capitalismo”, *Os últimos combates* (Petrópolis: Vozes, 1997, p.243).

só imagem de todos os personagens envolvidos² naquele acontecimento-monstro, como diria Pierre Nora³.

Não é mesmo fácil evitar a armadilha da interpretação espontânea do 11 de setembro como um ataque da barbárie contra a civilização, pois o ataque parece contemplar amplamente as acepções consagradas da palavra bárbaro, como alertou Francis Wolff: “massacre em massa (em tempo de paz) perpetrado por uma espécie de arcaico autossacrifício humano, animado por ódio inexprimível pela Cidade e pela Modernidade”. E que, no entanto, tampouco evitou a cilada simétrica, que se poderia chamar iluminista: “o ataque de 11 de setembro foi sim um ataque bárbaro, e por ser bárbaro é que exige uma resposta civilizada, pois é bárbaro, tanto na forma como no fundo, não por ser organizado por uma religião ou cultura bárbara, mas por ser organizado em nome da ideia do Bem absolu-

2. No caso, para ser mais preciso e trazer nossa meditação mais rente ao chão, os envolvidos na labiríntica reconquista contemporânea do Oriente Médio, que o veterano Robert Fisk, com mais de trinta anos de janela, e a maior parte do tempo baseado em Beirute, chamou de *A grande guerra pela civilização*, como estava escrito numa das medalhas ganhas por seu pai ao lutar nas trincheiras da França: “por causa de um disparo feito em uma cidade chamada Sarajevo da qual nunca havia ouvido falar” (São Paulo: Planeta, 2007).

3. Título de um artigo inaugural do historiador Pierre Nora, publicado em 1972, para assinalar o “retorno do acontecimento”, depois de toda uma época de exílio sob o peso do privilégio exclusivo da longa duração. Renascimento incompreensível sem o concurso amplificador dos meios de comunicação de massa na escala que se conhece a partir da televisão que se mundializava. Não nos esqueçamos que a lírica de guerra de Drummond, como lembrado, não seria o que foi sem as ondas do rádio, que a Segunda Guerra Mundial foi uma guerra sobretudo ouvida. Os exemplos de Nora ilustram bem o momento da virada, a Guerra dos Seis Dias, Maio de 68, a invasão de Praga etc.: os “meios”, acelerando exponencialmente a circulação da percepção da atualidade, fizeram da história uma agressão, tornando o acontecimento “monstruoso”. Cf. Pierre Nora, “Le retour de l'événement”, versão remanejada do artigo original de 1972, “L'événement monstre”, em: Jacques Le Goff, Pierre Nora (orgs.), *Faire de l'histoire* (Paris: Gallimard, 1974, vol.1, p.215). Para um comentário, em que o 11 de setembro figura menos como um divisor de águas do que como uma culminância, François Dosse, *Renaissance de l'événement* (Paris: PUF, 2010).

to”⁴. O que Modesto está dizendo é exatamente que essa resposta civilizada não está mais disponível. Daí o fim de linha, o mundo-catástrofe, no qual mal e mal vamos sobrevivendo, depois do fim da espera que já sabemos. Mas tampouco está disponível a solução imaginada pelo poeta com a chegada dos bárbaros. No modo porém como Modesto encaminha sua imagem do fim, tudo se passa como se a real chegada dos bárbaros ressuscitasse, na hora da própria morte, aquela civilização que sufocava, e agora que deslizou para a vala comum não só resplandece revigorada como nos faz recuar de horror diante dos bárbaros com os quais sonhávamos – não, é claro, à maneira que se diz terem os pobres e escravos de Roma recebido os invasores: nem uma lágrima derramada pelo infortúnio dos senhores arruinados⁵. Este último balanço de perdas e da-

4. Francis Wolff, “Quem é bárbaro?”, em Adauto Novaes (org.) *Civilização e barbárie*, cit. pp.25-43.

5. Está claro que Mike Davis foi buscar em G. E. M. De Sainte Croix, *The Class Struggle in the Ancient Greek World: From the Archaic Age to the Arab Conquest*, a citação de que carecia para fechar sua *Apologia dos bárbaros* (São Paulo: Boitempo, 2008, p.223): “outras fontes, ambas gregas e latinas, referem-se aos habitantes do Império Romano como realmente desejosos da chegada dos bárbaros”. Por que não? Assim como Antonio Candido recorreu a Arnold Toynbee para melhor destacar a atmosfera particular daquela primeira Espera, em cuja filosofia da história “os chamados bárbaros são definidos como ‘proletariado externo’, oriundo de culturas menos refinadas e cobiçando as riquezas da civilização. Quando o ‘proletariado externo’ faz pressão de fora, se houver pressão simultânea exercida de dentro pelo ‘proletariado interno’ (as camadas inferiores oprimidas), configura-se um dos fatores que provocam o fim de uma civilização”, *O discurso e a cidade* (cit. p.158). Antes de passar à ressalva do Crítico – não era bem essa a conjuntura do poema de Cavafis –, uma observação não tão assim de passagem. A reputação de Toynbee, enorme no seu tempo, agora está no chão, ou coisa pior, e no entanto, mal encerrada a Guerra Fria, a avalanche de comentários, dos disparatados aos sobriamente documentados, comparando o novo poder unipolar americano ao Império Romano, ou simplesmente a um arquétipo histórico denominado Império *sans phrase*, invariavelmente em algum momento requeentam essa velha marmitta dos bárbaros na fronteira, somados aos da fronteira interior, sem excluir a ideia recorrente e correlata de Decadência, que assombra a imaginação letrada e política europeia desde os tempos do *Declínio e queda do Império Romano*, de Edward Gibbon – que aliás forneceu várias epígrafes para a citada coletânea

nos não é literal embora me pareça fiel a todo o espírito do comentário que abre justamente com uma breve e decisiva evocação de *Um filme falado* (2003), de Manoel de Oliveira, que justificaria e ilustraria, com a ênfase enxuta requerida, sua interpretação das Quatro Esperas de Antonio Candido como uma apresentação em quatro tempos do mundo-catástrofe.

Nascido em 1908, Manoel de Oliveira é outro cidadão cem por cento século XX, com vaga garantida em nossa pequena galeria de personagens resumo-de-época. O filme narra a viagem de uma professora portuguesa de história – viagem que Modesto não hesita em pôr na conta das odisseias – que vai de navio, com a filha pequena po-

de Mike Davis. Vamos à correção de rota na leitura de Antonio Candido: no poema, “a pressão interna é provavelmente exercida pelo cansaço e a descrença, que geram a perda da razão de ser. Por isso o Estado maduro demais não sabe como resolver os seus problemas, e obscuramente, com temor misturado de esperança, aspira ao surgimento da pressão externa, que desencadeará o processo de destruição eventual como alternativa para o beco-sem-saída. A ironia corrosiva de Cavafis está na decepção paradoxal causada pela notícia de que a cidade está salva” (Antonio Candido, *Ibidem*). Prolonguei até este ponto a citação para destacar melhor a não menos paradoxal inversão de expectativas sugerida pela tentativa de atualização das Quatro Esperas empreendida por Modesto Carone. Do lado de cá onde já nos instalamos para sobreviver, a bem dizer “depois do fim do mundo” – no ótimo título de Marildo Menegat (Rio de Janeiro: Relume, 2003) que pode ser lido com uma introdução à Economia Política da Barbárie a caminho –, o sarcasmo da notícia de que a cidade está salva soaria tardiamente progressista, ironia de esquerda em suma, perdida no tempo. Seria de efeito nulo um poema de mesmo corte irônico, igualmente concebido num equivalente de época das esperas agoniadas, e que arriscasse sua sorte literária no anticlímax de uma notícia semelhante: a Era do Terror se encerrou, a civilização está salva, e mais, revigorada pela inclusão dos bárbaros de todas as fronteiras, interiores e exteriores. Onde e qual a expectativa frustrada? Sobretudo porque é esse mesmo o discurso que se ouve e se espera ouvir todos os dias, e no qual ninguém acredita, aliás sem maiores états d’âme. De fato, o subtexto que se ouve soa mais ou menos assim: embora a guerra ao terror por definição não tenha fim, estamos vencendo, e por isso a civilização está salva, só que ameaçada, daí a guerra, que estamos vencendo. O tempo de espera nesse circuito da segurança perene agora é outro. É nele que circula a tentativa defasada de atualização que estamos acompanhando. Daí o escorregão no leite derramado. Passemos então à imagem do fim escolhida por Modesto.

rém perguntadeira, para a Índia, saindo de Lisboa, com escalas didáticas por cidades mediterrâneas carregadas de capítulos históricos pacientemente explicados a uma criança que pergunta sem cessar à maneira de um falso ingênuo de Brecht, não vendo nada de naturalmente óbvio ou obviamente natural em vulcões, sereias, pirâmides, mouros belicosos e muitos outros etc., estando entre estes uma pergunta sobre o significado da palavra civilização e, diante das pirâmides do Egito, se ela, civilização, também precisou de escravos. A esta última pergunta da Joanhinha, sendo a mãe professora de história, sua fé de ofício fala mais alto, tudo menos o pecado mortal do anacronismo. Faraós violando a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e seus descendentes levados ao Tribunal Penal Internacional –, mesmo assim não escapa de um ligeiro tributo à sabedoria das nações: “o homem não é perfeito e comete erros”. Sob a capa da ingenuidade estilizada, passa no entanto o contrabando do processo civilizatório avançando, mesmo aos trancos e barrancos. Em Istambul, por exemplo, a menina perguntara, quinhentos e quarenta e oito anos depois da queda de Constantinopla, se os cristãos ainda combatiam os mouros. Quebrando mais uma vez a convenção de inocência, como exige a lei do gênero *naïf* adotado pelo filme, a mãe responde que não, porém voz e expressão facial dão a entender que talvez sim, mas que tampouco seria o caso de tomar ao pé da letra as alegações estapafúrdias que correm o mundo acerca de um novo choque armado de civilizações etc. Os mencionados 548 anos são a conta exata dos anos que separaram a inauguração oficial da Idade Moderna do início da viagem da Joanhinha e sua mãe Rosa Maria, cuja data consta logo no primeiro plano do filme no porto de Lisboa: julho de 2001, não sei se 11 mas de qualquer modo dois me-

ses antes do ataque às torres gêmeas. Escrevendo sobre o filme – aliás muito bem e na justa medida das alusões e advertências semeadas ao longo da obra –, Leyla Perrone-Moisés observa que outra pergunta “ingênua” fica no ar: mãe, o que é terrorismo?⁶ Seria o caso de acrescentar que

6. Leyla Perrone-Moisés, “A idade média de agora”, em: Álvaro Machado (org.), *Manoel de Oliveira* (São Paulo: CosacNaify/Mostra, 2005, p.114). O título do artigo é sugerido por uma das perguntas supostamente inocentes da menina: “mãe, em que idade média estamos agora?”. Seria uma ofensa à inteligência artística de Manoel de Oliveira, imaginá-lo rompendo a cadência dubitativa de todo o filme e encarregar os atrapalhos da menina Joaninha com os artifícios historiográficos de dar algum recado sobre as “trevas” do presente. Mas nunca se sabe – afinal o homem não é perfeito e comete erros, não é mesmo? Como também não sabemos se o recado não terá sido o oposto, e seu alvo a florada de textos apocalípticos sobre a suposta Nova Idade Média em que o mundo estaria ingressando através dos buracos negros regressivos da também suposta globalização. Uma incompreensão pueril do atual estado do mundo. Para um apanhado satírico desse gênero de instruções-para-todos-os-sobreviventes-do-ocaso-do-Occidente ver, por exemplo, Paolo Rossi, *Naufrágios sem espectadores: a ideia de progresso* (São Paulo: Unesp, 1996). No entanto, a autora ela mesma se descuida e avança o sinal, atribuindo a Manoel de Oliveira a intenção clara e reta de mostrar que estaríamos refazendo hoje a descoberta anunciada por Valéry, mal encerrada a hecatombe de 1914-1918, na frase famosa de abertura do ensaio sobre a Crise do Espírito: “nós, civilizações, sabemos agora que somos mortais”. É possível até que tenha razão, e que a Idade Média de agora anunciada pela Joaninha esteja mesmo no centro do filme – o qual pode não ser perfeito e, como o homem, cometer erros. Seja como for, não será demais lembrar que com aquela frase histórica, sobretudo da parte de um escritor que se entediava com os acontecimentos, Valéry ofuscou meio mundo, pelo menos a legião dos leitores contemporâneos e pósteros que logo se esqueceram dos parágrafos subsequentes, recentemente relidos em sua chave sarcástica de origem por Marcelo Coelho, instruído por seu turno pela lição do Paolo Rossi, há pouco citado, acerca da enjoativa recorrência destas visões de fim de mundo. Primeiro Valéry, depois o crítico: “Élam, Nínive, Babilônia eram belos nomes vagos, e a ruína total desses mundos tinha para nós tão pouca significação quanto a própria existência deles. Mas França, Inglaterra, Rússia... eis também outros belos nomes... e nós vemos agora que o abismo da história é suficientemente grande para todo mundo”. Agora nosso crítico: “há um crescendo discursivo nessa enumeração, uma espécie de *frisson*, um suspense na gradativa concretização da catástrofe, como se a própria frase fosse um avião aos poucos se aproximando de um alvo a ser atingido. A ameaça detectada se transfere para o corpo da frase, quase que numa identificação com o agressor. Com efeito, há sinais no texto, a meu ver, de que o alarme de Valéry está singularmente temperado por uma comemoração”. Marcelo Coelho, “O imaginário da crise” (cit. p.134-135). Não deixa de ter sua graça um Valéry terrorista, que os havia na França, e como, nos tempos em que frequentava Mallarmé, ele mesmo a ponto de explodir mais de uma vez. É claro que a nota incendiária não se sustenta por mais de uma página e logo ressurgue o pas-

tal pergunta só teria cabimento narrativo se fosse feita já no bote salva-vidas, olhos bem arregalados pela formidável explosão que o diretor decidiu não nos mostrar, muito menos comentar, e induzida por alguma menção adulta da palavra que tampouco ninguém pronuncia mas estará nas manchetes do dia seguinte. Todavia, minutos antes do fim, senão a palavra ela mesma alguma variante sussurrada aos ouvidos do comandante entraria em cena no último lance dramático de um filme correndo por um trilho de amenidades sem maiores ou nenhum sobressalto⁷. O anúncio das bombas e a ordem de abandonar o navio prestes a explodir são dados no entanto no mesmo registro por onde corria o filme – que é tudo menos um filme-catástrofe padrão, desnecessário dizer, o da mais perfeita cortesia: nunca um aviso de incêndio, além do mais tão extremo, foi dado assim como quem pede desculpas pelo transtorno fora de hora, pois se estava à mesa jantando, ou melhor conversando, num daqueles jantares ecumênicos em que todos se entendem falando em sua própria língua, até um

sadista esclarecido, porém inconformado com os anos de convulsão política e estética que antecederam a explosão da “guerra cubista” de Gertrude Stein: não seria uma especulação ociosa assinalar que uma semelhante “crise do espírito”, assim mesmo bifronte, fazia girar a cabeça de Mohammed Atta – pelo menos na opinião de T. J. Clark e seus amigos do coletivo Retort. Cf. *Afflicted Powers: Capital and Spectacle in a New Age of War* (Londres: Verso, 2005, capítulo 6, “Modernity and Terror”). De qualquer modo, e por aqui ficamos, trágico ou ridículo, o barquinho sem nome de Manoel de Oliveira também “descerá ao fundo inexorável dos séculos”, ajustando-se ao belo eufemismo de Valéry para vala comum da história.

7. Para ser exato, o comandante comunica sim às senhoras da mesa (entre elas Joanhina ao lado da mãe) que “terroristas”, na escala de Aden, colocaram bombas-relógio no navio e que não haverá tempo de desativá-las, daí a ordem de abandonar o barco, mas tudo em inglês, pausadamente e à meia voz. Rosa Maria resume em duas palavras para a menina, cuja inquietação é uma só: mas se afundarmos, quem cuidará da minha boneca? (Aliás, muçulmana, comprada no souk de Aden pelo comandante como presente para a portuguesa, cuja linguagem compreende graças a uma temporada no Brasil, uma via real para incluir mãe e filha no amplexo da cortesia de alto bordo que singulariza o personagem).

inverossímil grego ao lado dos previsíveis e plausíveis ingleses, francês e italiano. A alegoria, de tão evidente, chega até a ser tema de conversa, uma Babel que deu certo num mundo dirigido por mulheres, aliás uma delas é uma mulher de negócios. Enfim, quase uma composição de *tâble d'hôte* também por um fio, tiradas de *café de commerce*, e no entanto a mão leve de Manoel de Oliveira salva tudo *in extremis*, muito embora deixe a impressão de que “tudo é tratado com certa displicência, como mera conversa de salão que se dissipa em galanteios”⁸. Sem dúvida, mas a canção grega interpretada a pedido do comandante, sobre uma laranjeira destruída pelos ventos do norte, no momento mesmo em que pressentimos nela uma verdadeira canção de réquiem que o sinal de alarme interromperá⁹, recolherá todos estes trastes de uma civilidade que de tão irreal beira a afetação – mas é apenas teatro, aliás “um filme falado” –, numa “síntese superior”, como diria um desavisado dos tempos da Dialética, que enfim só deu o ar de sua graça no instante de ir ao fundo.

A mão leve de Manoel de Oliveira é a do tacto. A começar pela enorme cautela requerida para narrar o que seria a última viagem de Vasco da Gama, desta vez pelo atalho do Canal de Suez. A questão do método escolhido – a troca de perguntas e respostas entre a menina Joaniha e quem mais passasse por perto desde que imbuído da mesma afabilidade didática – foi antes de tudo uma questão de tacto. Como narrar a “triste história dos homens” senão pisando em ovos, como se diz, renunciando à crueza

8. Na opinião de Leyla Perrone (cit. p.113). Ao que parece, o próprio diretor teria pedido aos atores que recriassem uma conveniente atmosfera de “vulgar conversa à mesa”. Cf. Manoel de Oliveira (cit. p.233).

9. Outra observação de Leyla Perrone.

dos fatos brutos?¹⁰ Como Manoel de Oliveira sabe muito bem quem construiu a Tebas de Sete Portas desvia o foco narrativo, menos para o teor “ingênuo” de perguntas e respostas, e mais, para a infatigável disposição explicativa da mãe-professora. Essa a cortesia do filme – sua também infalível civilidade-pedagógica – para com os futuros naufragos em efigie que o assistem. Esse o nervo do processo civilizatório que abortará no terror sem palavras do último plano. Catástrofe para a qual um filme tão falado não tem nome. Nisto é um filme substantivamente apolítico na única acepção politicamente aceitável para o termo: diante de uma reviravolta dessas, “somos pessoas sem respostas”¹¹. Por essas e outras, não vou desatinar e cometer a suprema descortesia, ou melhor, demonstrar tamanha falta de tacto histórico, justamente – a ponto de pedir-lhe contas a respeito das sucessivas ondas de expansão ultramarina do capitalismo europeu, desde a audácia pioneira e matreira d’El Rei D. João , primeiro do nome, que o fez desembarcar, derrotar seus defensores mouros e subjugar Ceuta em 1415, ocupando-a até 1580, quando passou para o domínio espanhol, sob o qual permanece até hoje. Acontece que o cineasta encontrou no roteiro essa primeira e monumental pedra no caminho, o que fazer? Sem que lhe fosse perguntado, Rosa Maria, apontando

10. Como o cavalheiro que, ao entrar na toailete masculina de um restaurante, dá de frente com uma mulher despida: ao invés do indefectível Pardon, Madame, também fecha ato contínuo a porta, porém com um imperturbável e convicto Pardon, Monsieur. Esta a diferença, explica Delphine Seyrig ao seu jovem e ansioso amante de um dia, entre um homem polido (o primeiro) e um homem de tacto, no filme *Baisers volés*, de François Truffaut.

11. Na definição precisa de Oskar Negt e Alexander Kluge: “nas questões importantes, que dizem respeito às arrancadas históricas e da vida, somos intrinsecamente apolíticos, ou, para usarmos uma expressão de Hegel e de Hölderlin, somos pessoas sem resposta”. *O que há de político na política?* (São Paulo: Unesp, 1999, p.25).

para a outra margem do Estreito de Gibraltar, disse à Jo-aninha que para aquele lado estava Ceuta e que os portugueses a conquistaram porque os seus naturais tinham o mau costume de hostilizar as embarcações, portuguesas e outras, que acostavam. Pardon Monsieur, e fechemos a porta.¹² Tampouco apelarei para o sempre disponível tabuleiro da geopolítica, embora, ao menos desta vez, verdadeiro em seus próprios termos – por mais tresloucadamente assassinos e estrategicamente irrelevantes, os ataques, suicidas ou não, integram uma infundável cadeia de *blowbacks* violentos que respondem, na coluna dos custos e danos colaterais, à expansão do domínio europeu de ultramar iniciado em 1415, como lembrado¹³ –, pois,

12. E não foi pouca coisa. Não por acaso, o historiador David Abernethy abre seu livro sobre os impérios europeus ultramarinos justamente com a conquista portuguesa de Ceuta, que considera um “turning point in world history” em mais de um aspecto, sobretudo ao demonstrar, graças ao primeiro estado-nação europeu, como se poderia empregar a mobilização de recursos naturais e energia humana por uma jurisdição política centralizada e etnicamente homogênea para “projetar o poder de Estado além-mar”. Como se sabe, o Rei João e seu filho Henrique, o Navegador, fizeram escola. Assim que monarcas e burocratas europeus submeteram sua nobreza e contornaram a tutela da Igreja de Roma, se lançaram pelo mesmo caminho do poder naval para poder alcançar poder territorial, ao incluir pela primeira vez regiões de outros continentes em seus domínios, os quais, ao se expandirem, na forma de “impérios” geradores de recursos externos à disposição das autoridades centrais, aceleraram o inédito processo europeu de “statebuilding”, um sistema de rivalidades, concorrência e guerra, funcionando num peculiar regime bipolar metrópole-periferia. O capitalismo nasceu dessa extroversão ao longo da qual “regiões inteiras eram diretamente incorporadas, numa espécie de ‘cercamento global’, na forma de impérios ultramarinos”, *The Dynamics of Global Dominance* (New Haven: Yale University Press, 2000). As ondas sucessivas de expansões e contrações desse universo explosivo finalmente engoliram o nosso aconchegante barquinho de boas maneiras e paciente difusão das luzes (um dos marcadores da narração, além da quilha rompendo o mar, são os mastros iluminados à distância como em noite de São João), que teve a infelicidade de zarpar no momento em que o último daqueles impérios se aprestava para estender suas fronteiras até Cabul.

13. Um dos primeiros a reunir material histórico para armar este argumento, que depois se generalizou até se tornar uma evidência, foi Chalmers Johnson, *Blowback: The Costs and Consequences of American Empire* (Nova York: Owl Books, 2000).

diante da grande *A soma e o resto*, filmada por Manoel de Oliveira, seria como lavrar um boletim de ocorrência na delegacia mais próxima. Decididamente não é por aí, muito menos o realejo profundíssimo, como diria Mario de Andrade, das grandes perguntas, agora que nós, civilizações, estamos outra vez descobrindo que somos mortais etc. De onde viemos? Para onde vamos? Também etc. Nem uma coisa nem outra terá despertado a imaginação de Modesto Carone leitor das *Quatros Esperas*.

Repassemos alguns dos inúmeros sinais de advertência sabiamente plantados no filme. O primeiro deles é a cerimônia de adeus que se anuncia pela demasia posada dos lenços abanando à beira do cais em Lisboa, e que se repetirá em cada embarque das viajantes escolhidas a dedo para outro cerimonial, o a mesa do comandante, de rigor em qualquer cruzeiro que se preze. Nos despedimos, portanto é hora de arrumar a casa e deixar a mesa posta, como recomenda o poeta das pequenas coisas. Disso se encarregará a inusitada função materna e pedagógica da professora Rosa Maria, explicando a uma criança, que se instrui por meio do exemplo ao vivo como pregava Rousseau, episódios de uma improvável Educação Histórica da Humanidade – se à maneira de Herder e congêneres, pouco importa. O aviso de incêndio por vir é que nos despedimos educando uma criança, e como vimos, com uma urbanidade na qual deveria se exprimir antes um auge do que um fim de linha. Na primeira escala, os sinais são trocados novamente. A conversa com o pescador no porto de Marselha – no mesmo registro do entendimento propiciado pela distância cheia de tacto, de um lado a sóbria curiosidade da professora estrangeira se exprimindo num francês impecável de Aliança Francesa, de outro, a verve rústica num carregadíssimo francês meridional –,

e logo depois com a Rosinha sobre a chegada da civilização grega àquele mesmo sítio outrora inóspito, transcorre alternando com a imagem aflita do cachorrinho Farrusca (espada velha e enferrujada, seguindo o Houaiss), atado ao barco do pescador por uma correia de comprimento calculado na justa medida para simular um afogamento, toda vez que a marola afasta o barco do cais para de novo aproximá-lo aliviando a tensão da corda que o arrastava para a água. A palavra é forte e sabemos que o Pentágono arregimentou um batalhão de juristas para provar legalmente que a simulação de afogamento não é tortura embora milagrosamente até os mais tarimbados jihadistas confessem, aliás qualquer coisa. E também não é menos verdadeiro que conhecendo seu dono, com quem viaja todos os dias para o trabalho da pesca, Farrusca sabe que aquilo é apenas um truque e se diverte fingindo que está apavorado. Como entre tormento e jogo nunca se saberá a diferença, resta o sinal claro e conciso como as explicações de Rosa Maria: na triste situação de ser puxado para o mar, Farrusca “resiste como pode ao naufrágio”¹⁴. O preságio do agoniado porém simpático Farrusca retorna na visita à “casa do poeta” em Pompeia. *Cave canem*: “tenha medo do cão, tenha medo pelo cão [...] não parece possível nem, na verdade, muito útil detalhar as angústias de *Um filme falado*”, notou outro observador atento da cena cultural contemporânea que, como Manoel de Oliveira, e com certeza Modesto Carone ao interpolar esta quinta e última espera em seu comentário, também teme pela civilização, “enquanto ameaças terríveis se ramificam em sinais obscuros e o mal se infiltra por caminhos sem no-

14. Como notou, outra vez, Leyla Perrone, a cujas observações ainda voltaremos mais adiante.

me”¹⁵. E por aí vamos – passando pelos escaravelhos egípcios – até a laranjeira destruída pelos ventos do Norte. Os sinais se multiplicam para avisar que a Educação pela Espera de outros tempos foi substituída por um cerimonial, uma simples conversa de despedida.

2.

Se há uma espera nessa última viagem de Vasco da Gama – pois há ainda uma outra espera, encoberta, logo rifada, como adiante se verá –, nela já não se manifesta mais nenhuma expectativa em cuja frustração contínua germine o anúncio precursor da chegada do grande momento. Ou melhor, existir existe, porém sob a forma protocolar de um assunto de conversação, estimulado pela galanteria de um cavalheiro exercendo seu ofício de comandante de navio. Sem dúvida, o mundo seria bem melhor, acolhedor e pacífico se prevalecessem as vozes daquelas mulheres que se entendem em todas as línguas de cultura. Não diria que este devaneio não conte na economia do filme, pois assinala que a máquina do mundo está avariada, mas sim a graça singela do achado da transparência mútua das línguas, com o grego voltando à condição de língua franca como no mundo helênico. Se alguém sem o menor senso de noção – por exemplo, um exaltado da comunidade política de amanhã, personificado pela União Europeia de hoje – enaltecesse aquele momento de graça

15. Jorge Coli, *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 15 de maio de 2005, recolhido no citado volume sobre Manoel de Oliveira, p. 234. Leyla Perrone-Moisés retoma igualmente essa correspondência de sinais, acrescentando todavia o novo tema, que voltará mais a frente, o da proteção, afinal o cão (feroz?) estava lá para proteger a casa.

meio duvidosa porém cativante como uma situação ideal de fala, como se dizia nos tempos em que um presumido novo padrão “comunicativo” de medida despontava como o único herdeiro de antigas energias utópicas exauridas, para variar erraria em tudo, salvo no acerto involuntário, que não poderia sequer imaginar, muito menos perceber, que uma tal situação só poderia ocorrer numa circunstância como aquela, quer dizer, antes do fim do mundo, se a visão de Modesto Carone procede. Se houve mesmo Civilização, quando muito saberemos na hora final, e somente através de uma conversação plena de *savoir vivre* e envernizada por séculos de *bienséance*, varrendo assim para debaixo do tapete a poeira dos custos de tudo aquilo. Se nos tempos das expectativas abertas, o importante era aprender a esperar, hoje em que a partida vai chegando ao fim, o importante é lustrar numa última demão a civilidade preservada num estojo vazio, enquanto se espera o *second strike*.

Me explico. Até onde sei, a fórmula encantatória *second strike* remonta às fantasias do pensamento dito estratégico dos tempos da Guerra Fria. Para ser exato, *second-strike-capability* (por vezes, também *capacity*) e da lavra dos magos da RAND Corporation. Segundo Bernard Brodie, os Wohlstetter (Roberta e Albert) e consortes, contrariando o entendimento estabelecido acerca das origens políticas e sociais das guerras modernas, no presente estágio de desenvolvimento das armas nucleares de destruição em massa, a segurança nacional impunha uma outra compreensão, cuja pretensa sofisticação intelectual não excluía uma forte dose de senso comum: guerras basicamente começariam por acidente (ou acidentes em cadeia,

como na sucessão de ordens e contraordens num sistema de gatilhos planejados para serem irreversíveis que culminaram na explosão “acidental” de um conflito mundial em 1914. Entendê-las, evitá-las, ou mesmo precipitá-las, dependia de se aprender a prevenir acidentes; mas também eram fruto de uma agressão furtiva, urdida em silêncio e desfechada de surpresa – estava aí o desastre de Pearl Harbour, devido à obtusa incapacidade da inteligência militar convencional de decifrar sinais, pois a guerra, antes de tudo, diz respeito a sinais enviados, recebidos e adequadamente lidos: nos meses que antecederam o ataque de 1941, a comunidade de segurança simplesmente não percebeu, muito menos compreendeu ou os reconheceu como tais, os sinais de que alguma coisa de tremendo estava a caminho. Começa a soar familiar, não? Pois continuemos. Se só um acidente e a malignidade encoberta de um agressor provocam uma guerra, a crença de que uma inequívoca superioridade aérea somada às armas nucleares destruiriam o inimigo seria o caminho mais certo para a hecatombe, que só poderia ser contornada se o inimigo, que por sua vez também já aprendera a decifrar mensagens, fosse dissuadido a atacar em primeiro lugar, tal a ameaça que a simples posse de um dispositivo nuclear representava. Daí se seguia naturalmente a doutrina do *second-strike-capability*: o inimigo só desistiria de atacar primeiro se pairasse sobre ele a ameaça convincente de que uma resposta devastadora anularia os efeitos da iniciativa insana, novamente graças aos sinais previamente enviados de que um segundo arsenal ador-

mecido e inatingido despertaria ato contínuo¹⁶. Tal ênfase na surpresa afastou aqueles intelectuais da guerra do interesse político usual pela análise de tendências operantes na preparação de um futuro próximo e projetou-os na visão de um futuro longínquo e ameaçador, amarrando-os porém a uma espécie de imediato absoluto, ao domínio dos ataques de surpresa, das crises inesperadas, do acidente irreparável. Em suma, não se poderia definir melhor um estado de alerta permanente, que logo extrapolaria o âmbito exclusivo da prontidão militar – e sobretudo, que sobreviveria, na forma de uma emergência perene e generalizada, ao próprio fim da Guerra Fria. Dez anos depois da autodissolução da União Soviética – mas não do risco do cataclisma nuclear acidental – veio o 11 de setembro – sem surpresa, acompanhado por uma torrente de recriminações acerca de sinais premonitórios não decifrados a tempo – e na esteira do choque sem precedentes –, a não ser, era óbvio, Pearl Harbour – uma ressurreição de mão trocada da doutrina do *second strike*. A *capability* para a segunda rodada estava agora do outro lado, bem como a dissuasão baseada na certeza da destruição mútua assegurada ganhara uma outra e mais brutal evidência: num ataque suicida, era esse mesmo o objetivo perseguido. De uma guerra a outra, no entanto, do Comunismo Nuclear ao Terrorismo virtualmente nuclear (outro fantasma), não só mudou a natureza do inimigo, bem como o tipo de ameaça e a sua correspondente dissuasão por uma

16. Cf. Bruce Kurklick, *Blind Oracles: Intellectuals and War from Keenan to Kissinger* (Princeton: Princeton University Press, 2006, pp.58-60).

outra ameaça equivalente, mas mudou também o tempo da guerra, e mudando o tempo da guerra, mudou o tempo da espera. Na sua primeira acepção estratégica o *second strike* só faria sentido se fosse uma resposta imediata, e como tal antecipada e confirmada pela inibição do ataque. Agora, o ataque já ocorreu e espera-se um segundo, porém do mesmo lado. É e não é o *second strike* de antes. A poeira ainda não havia baixado e a metáfora já estava no ar, cristalizando naquela fórmula da língua da guerra anterior, com a diferença crucial indicada – para quando o próximo ataque?

Aqui estamos nós à espera do segundo ataque, à espera dos bárbaros em suma. Uma outra Espera, se não for insistir demais. Pois é nesse intervalo indefinidamente prorrogado – a segunda edição dos mega atentados ainda não saiu, e espera-se, do lado dos poderes emergenciais que governam o mundo, que não saia tão cedo – que se instalou e continua a se multiplicar, a constelação de “exceções” que orbitam preventivamente num sem-número de dispositivos de governo dessa mesma espera na insegurança. Uma breve amostra. A série de artigos publicados na primeira hora pelo jurista Bruce Ackerman, abalado pelos atentados mas não menos apreensivo com a progressão dos plenos poderes exigidos pelo Executivo americano para fazer face a uma emergência sem fim – pois o terrorismo seria um risco estrutural e não um perigo pontual (nos dois sentidos) –, depois sistematizados num livro em que propunha uma Constituição de emergência – em princípio para conter a expansão daqueles plenos poderes através do expediente paradoxal de normatizá-los dentro de certos limites etc. –, girava precisamente em torno de

uma expectativa de novo tipo: *Before the Next Attack*¹⁷, numa palavra, recorrente no corpo do texto, como preservar nossas garantias constitucionais enquanto esperamos, e nos preparamos agressivamente, *the second strike*.

Há mais nesta Espera que assinala toda uma ruptura de época. Refiro-me à visão iluminada do cartunista Art Spiegelman, que também na primeira hora, por assim dizer, elevou aquele informe pressentimento coletivo ao plano do conceito, como diria Hegel – ou melhor, ao plano da imagem exata –, “na forma de uma prancha em grande escala à altura da nova normalidade, como o próprio artista batizou o período de anomalias e aberrações recém inaugurada, figurada na faixa superior do *cartoon* por uma tira em que a família americana diante da TV aparece sucessivamente aterrorizada pela Al-Qaeda e pelo seu próprio governo. Pois Art Spiegelman foi buscar a fonte que explicaria a metáfora do século XXI numa tira inocente do fim do século XIX, um tipo de *sketch* de *vaudeville* ilustrando um dito popular qualquer, no caso a sentença ‘jogando o outro sapato’. Sem poder resumir a *gag*, vai o arremate, a prefiguração do horizonte rebaixado pela expectativa unidimensional do *second strike*: ‘jogue a outra p... de sapato pra gente poder dormir’¹⁸. Dito isso, num estudo de 2006¹⁹, ficara no ar o sistema de analogias e descontinuidades que

17. New Haven: Yale UP, 2006.

18. Cf. Art Spiegelman, *À sombra das torres ausentes* (São Paulo: Companhia das Letras, 2004). O trecho entre aspas foi extraído do ensaio citado na nota seguinte.

19. Paulo Arantes, “Alarme de incêndio no gueto francês”, republicado posteriormente em *O novo tempo do mundo*, cit.

estamos repassando: “seria o caso de reconhecer, na impaciência de retomar o sono interrompido pelo primeiro sapato lançado ao chão no silêncio da madrugada, o que já foi noutra circunstância diagnosticado como *mal contida aspiração à catástrofe*”? (Grifo meu.)

À vista de nossas idas e vindas ao redor das Esperas de ontem e de hoje, uma resposta apropriada poderia ser: “nem sequer”, como Jean Galard resumiu a banalização do apocalipse segundo Jean Baudrillard. “Em suas fúnebres descrições do mundo contemporâneo, um acréscimo calamitoso sempre nos espera sob a forma paradoxal da atenuação: não importa o que tenhamos, o pior é que a realidade não será ‘nem sequer’ o que poderíamos temer, e sim algo de atenuado, evanescente. Suas descrições não são nem sequer sombrias, poderíamos dizer por mimetismo [...] Essa experiência geral do desaparecimento de que todos somos testemunhas [...] não poderia, por princípio, ser vivida por nós de modo dramático [...] pois estamos aquém da nostalgia, do desejo de sentido e do *pathos* do desencanto. Nada mais pode advir que tenha força dramática ou poder trágico, não só porque todo eventual radicalismo seria imediatamente neutralizado, absorvido na inércia da indiferença, mas porque já nem sequer há palco onde possa sobrevir o que seja. Escândalos da injustiça, do terrorismo cego ou da repressão bruta, ‘tudo isso vem se anular na tela da televisão’. Jean Baudrillard já escrevia tais palavras há vinte e cinco anos, o contemporâneo pode durar muito tempo”²⁰. Art Spiegelman

20. Jean Galard, *Beleza exorbitante* (São Paulo: UNESP, 2012, pp.91-92, tradução Iraci Poleti).

também soube disso – basta reler sua novela gráfica *Maus*, a história de sobreviventes do Holocausto –, tanto assim que a longa espera lhe deu vontade de escrever um livro: “ainda acredito que o mundo está acabando mas concordo que ele parece estar acabando mais devagar do que um dia acreditei...”²¹. Não é cinismo – ou ainda a mais batida pecha de nihilismo –, mas tacto. Dentre as manchetes que figuram na colagem de Art Spiegelman, várias anunciavam que um “novo ataque é questão de tempo”. Com efeito. Porém, curvado sobre a prancheta em seu estúdio, “esperando que joguem AQUELE OUTRO SAPATO!”, não seria nenhuma extravagância, ligando as duas pontas, no caso seus dois livros, imaginá-lo pensando com seus botões: e se o tempo de espera do *second strike* tivesse mesmo se encerrado com a implosão condensada num único ponto catastrófico em Manhattan, e um tempo de espera entreaberto lá atrás com um *real first strike* (para padronizar a terminologia em si mesma bárbara), o arquipélago Auschwitz encimado pelo cogumelo de Hiroshima? Seria mesmo o caso de rever todas as nossas contas, ou melhor, contagem?

Mesmo, ou sobretudo, no último round da luta de classes – antes da primeira objeção: é pela camada de verniz que recobrirá as atrocidades da hora final que reconheceremos os restos mortais da ordem antagônica que imperou desde a origem –, a prova dos nove será uma questão de tacto. Pelo menos é o ponto de vista do filme, que assim se livra do ônus de advogar uma causa não só perdida como duvidosa. Quando se arrisca uma representação

21. *Ibidem.* p.2.

– cinematográfica, por exemplo, como é o caso agora – do fim do mundo, a dificuldade maior consiste na escolha da penúltima imagem²². Como sabemos, Manoel de Oliveira escolheu as maneiras à mesa e uma canção. Sabe-se que também houve acompanhamento musical enquanto o Titanic afundava lentamente num mar calmo e gélido sob um céu estrelado, os músicos com água pelos tornozelos: lição de fleugma cósmica, e de classe, sem falar na branca elegância minimalista do iceberg. No que concerne à primeira classe, o poema de Hans Magnus Enzensberger nos assegura que afundou num polido silêncio: “Nenhuma contenda, nenhum bate-boca. Diálogos à meia voz. / Primeiro o senhor, faço questão. Um beijo nas crianças. Não tomem friagem”²³. Enquanto havia vagas para os poucos escolhidos dentre os muito chamados: depois vieram os gritos, diz o poeta, e o débil consolo de que em breve a luta de todos contra todos seria estatizada – fora do poema o

22. A observação é de Michaël Föessel, *Après la fin du monde: critique de la raison apocalyptique* (Paris: Seuil, 2012, pp.195-196), a propósito da cena que precede o choque do astro errante com a Terra no *Melancholia* (2011), de Von Trier: a espera do fim pelas duas irmãs e uma criança num “abrigo” derisório de galhos mal trançados, “cabana mágica” ideada pela irmã depressiva (e tudo mais que daí se segue) para confortar o menino. NB: a coincidência de títulos entre o já citado livro de Marildo Menegat sobre a crise da modernidade da barbárie (na acepção marxista do termo barbárie, mais exatamente adorniano) e este último é exatamente isso, coincidência. Por outro lado, Marildo escreveu o seu obviamente de costas para a ressurgência contemporânea da obsessão apocalíptica nos mais diversos domínios, ao passo que Michaël Föessel se volta justamente para esse novo sintoma de época que nos obriga a viver exatamente “depois do fim do mundo”, a saber, por que tanta pressa em ver terminar um mundo que já perdemos – e desde que o capital triunfou sobre o trabalho, entre outras circunstâncias. Nestes termos já não se trata mais de mera coincidência, como trataremos de ver, antes que o mundo acabe.

23. Hans Magnus Enzensberger, *O naufrágio do Titanic. Uma comédia*, tradução de João Marcos M. de Macedo (São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.61). O original é de 1978 e para variar não se pode perder de vista a data de um poema. Rascunhado em Havana em 1969, reescrito na Berlim da Guerra Fria em 1977. Naquela época, o Naufrágio ainda era outro, embora o início do fim seja sempre discreto, como se lê logo no Canto Primeiro.

afundamento do insubmersível foi em abril de 1912. Ao contrário da explosão que mandou pelos ares o discreto vaporzinho do Filme Falado, no Titanic, “o impacto foi leve como uma pluma” (Canto Segundo), em ambos porém um sexto sentido abafou o escândalo, nisto o antepassado superando em zelo seu decalque de uma época em que acidente e atentado já não se distinguem mais: “nenhuma sirene, nenhuma campainha de alarme, só um discreto bater à porta da cabine, uma tossidela no salão de fumo”. Descendo à terceira classe, onde, como sempre, as pessoas são as primeiras a dar-se conta, onde ninguém precisa explicar que a primeira classe vem primeiro, um agitador de ocasião (“chegou a hora, botem abaixo os tabiques, atirem os canalhas ao mar junto com suas malas, cães e lacaios”) gesticula em vão, a gente da terceira classe, todos eles imigrantes, “permanecia quieta na escuridão, tirava calmamente suas boinas da cabeça e o escutava” – com a polidez dos esfolados, seria o caso de acrescentar, se não fosse comprometer a linha de defesa do poema. Seja como for, seu adeus à classe operária que vai ao fundo não deixa de alinhar o mau jeito do grito de guerra convocando à luta final, ou sua dramática falta de tacto, com a cortesia da atenção desentendida que lhe davam: “abriam espaço, escutavam-no, respeitosos, e aguardavam o momento de afogar-se” (Canto Quinto). Questão de classe também.

Tudo se passa como se à *firmeza* na morte preconizada por Montaigne, e lembrada por Antonio Candido ao encerrar a Terceira Espera, a de Giovanni Drogo, pudéssemos juntar, com as ressalvas de praxe, a *fineza* – que não faltou nem mesmo no trágico mal-entendido que acabamos de testemunhar. Dito isso, podemos errar um pouco pelo domínio familiar da decadência ro-

mana, para nos certificarmos outra vez que as esperas são efetivamente outras, mas agora em companhia de Gilda de Mello e Souza analisando o *Satyricon*, de Fellini. Depois de lembrar que o tema da decadência – sendo inevitável o termo romano de comparação – não é novo no cineasta, central por exemplo na *Dolce Vita*, para começar pelo ponto mais alto, dona Gilda volta-se para o duplo suicídio do casal romano, cuja limpeza destaca-se “contra o pano de fundo de anormalidade e horror”. Eis o trecho, com pequenos cortes: “o rosto é limpo, o gesto orgânico e quase hierático de tão simples. A cena despojada e silenciosa [...] Uma série de gestos preparatórios – a libertação dos escravos, a despedida dos filhos, as últimas recomendações – antecedem o gesto final e preparam o espaço da morte. Quando o sangue já corre das veias abertas, o homem e a mulher ainda se comunicam, um fala, o outro escuta, depois a morte apaga tudo”²⁴. Se é para prosseguir nas linhagens remotas, sem falar noutras afinidades, não estaremos forçando muito a nota evocando a morte enregelada do tenente Agustina cujo exemplo de desaparego e firmeza só se entende plenamente quando devolvido à corrente milenar da tradição estoica à qual pertence, especialmente seu capítulo romano. Mas aqui, embora à contracorrente da avalanche, são romanos da decadência e sua cerimônia de adeus, ainda que consumando a tradição do “suicídio refletido”, ocorre num momento de *débâcle* geral, sendo além do mais aquele casal de homem e mulher que conversam enquanto o sangue corre – ou

24. Gilda de Mello e Souza, “Fellini e a decadência”, *Exercícios de leitura* (São Paulo: Duas Cidades, 1980, p.142).

o barco afunda –, o resumo conclusivo da vida privada sob o Império, quer dizer uma vida privada como último refúgio, mas regida pelo ideal do autocontrole, que implica no limite a força de dispor da própria vida e reconhecer seu direito soberano sobre ela²⁵. Variando a dose de ficção, consta que cenas semelhantes se deram nalgumas cabines de luxo do Titanic, as veias abertas da primeira classe substituídas pelas águas glaciais do Atlântico Norte, subindo lentamente um camarote após o outro.²⁶

[Como outrora seus ancestrais, no primeiro ato de liquidação do Antigo Regime sob o Terror, perderam a cabeça, mas não a linha, de classe, claro, por uma questão que Paulo Emílio considerou de *politesse*, ao fazer uma recapitulação do tema para uso de seus conterrâneos que não alcançavam compreender o que estava em jogo no filme de Louis Malle, *Les amants*: “Podemos começar pela análise da polidez francesa. A *politesse*, como qualquer outro código de boa educação, foi originariamente um instrumento para facilitar as relações humanas, esse mecanismo não só acompanhou o processo de refinamento da vida social na França, mas tornou-se a sua mais alta expressão. A *politesse* transformou-se em fonte de prazer delicado para quem a exercia e a recebia. Um exercício, um jogo cada vez mais sutil, que atingiu o apogeu quando pra-

25. Como se pode ler no capítulo de Paul Veyne sobre o Império Romano em Ph. Ariès e G. Duby (orgs.), *História da vida privada*, vol.I, Do Império Romano ao ano mil (São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.218).

26. Para um balanço da literatura a respeito dos afortunados que na última hora morreram “as gentlemen”, a resenha da literatura do centenário por Thomas Laqueur, “Why name a ship after a defeated race” (*London Review of Books*, 24 de janeiro de 2013).

ticado pela aristocracia francesa do século XVIII. Essa classe condensava um estilo de vida que muito dos seus membros souberam conservar até na hora da guilhotina”²⁷.] Obviamente um oceano de histórias separa uma vila romana do tempo de Petrônio do camarote de um transatlântico de luxo bem como a interminável Decadência do Império Romano, do igualmente recorrente anúncio do Declínio do Ocidente, mas o filme de Fellini e o poema de Enzensberger são rigorosamente contemporâneos, provenientes inclusive da mesma época em que o tempo do mundo começou a mudar – para voltarmos ao nosso trilho – e com ele, os rituais do saber-viver no mundo que vai terminando a prestações.

Como o tacto é antes de tudo uma questão de classe, e de classes que ora se chocam, ora se interpenetram, denunciará sempre uma hora histórica socialmente precisa. Sendo assim, se invertermos o raciocínio pela demonstração de civilidade proporcionada pelo *Filme falado*, saberemos que horas são no relógio do fim do mundo-catóstrofe, na fórmula sintética que a releitura das Quatro Esperas inspirou a Modesto Carone. Numa entrada das *Minima Moralia*, Adorno considera que a hora e a vez do tacto chegou no momento em que o indivíduo burguês se livrou da opressão absolutista²⁸. Na verdade, o tacto seria fruto de um compromisso entre a ordem empreendedora nascente e códigos residuais de conduta que o Antigo Re-

27. “Os amantes ultrajados (V)”, (20/03/1960), em Paulo Emílio, *Crítica de cinema no Suplemento Literário* (Rio de Janeiro: Paz e Terra/Embrafilme, 1982, vol.II, pp.183-184).

28. Adorno, *Minima Moralia* (São Paulo: Ática, 1993, \$16, pp.29-30, tradução Luiz Bicca).

gime foi deixando para trás na sua relutante trajetória de queda. Um compromisso, portanto, entre as velhas e as novas classes privilegiadas. Privadas de seu fundamento econômico e de sua correspondente carga de violência, as regras da cortesia aristocrática ganharam assim uma sobrevida nem estreitamente burguesa muito menos ameaçadoramente hierárquica. O tacto evoluiria nesse limbo de modo a tornar suportável a vida no interior de grupos privilegiados. Nesse empate paradoxal entre liberalidade e absolutismo – prossegue Adorno – de que resultou o nascimento histórico do tacto, Goethe, “que tinha plena consciência da iminente impossibilidade de toda relação humana no interior da sociedade industrial nascente, teria identificado o expediente salvador entre os seres humanos alienados”, os quais, para preservar sua humanidade, ou o que dela restava diante da atrofia que o novo curso do mundo lhes reservava, renunciavam “à plena intimidade, à paixão e à felicidade ininterrupta”. Ambos expressão de uma autolimitação, para Goethe tacto e humanidade ao fim e ao cabo se confundiam numa única e última barreira de contenção. Pouco mais de um século depois dos romances goetheanos de formação, o dique já havia se rompido, a convivência humana tornara-se decididamente impossível, uma existência tanto mais insuportável quanto a tábua de salvação representada pelo tacto emancipado da convenção cerimonial falhara em sua missão histórica de orientar-se somente pela qualidade específica de cada relação humana. Trocando em miúdos, eis a que ponto chegamos: “perguntar como alguém está, algo que não é mais um mandamento da educação nem é esperado, torna-se uma espécie de sondagem ou uma agressão; o silêncio acerca de assuntos delicados torna-se indiferença vazia a partir do momento em que nenhuma regra indica

aquilo que convém ou não convém falar”²⁹. Mas por quais caminhos chegamos a esse ponto Adorno não explica, pois se restringe a demonstrar a inconsistência lógica do constructo imaginado por Goethe, que atribui ao tacto uma função paradoxal, conciliar “a pretensão não confirmada de uma convenção e a prevenção rebelde do indivíduo”, burguês, bem entendido, afinal se trata de uma transação de um século ou mais entre duas camadas privilegiadas que se passavam o bastão da dominação – o que poderia ser uma prova de tacto no meio operário ou camponês não passaria pela cabeça de ninguém por motivo óbvio de disparate sociológico.

Embora haja dúvidas razoáveis a respeito de um século XIX burguês-industrial sucedendo a um Antigo Regime defunto, sobrevivendo apenas do comércio de indulgências, o *trade Mark* da distinção literalmente comprado a preço de ouro pelo esnobismo burguês. Não fosse efetivamente real e dinâmica a persistência do Antigo Regime, Proust teria escrito no vazio – o que está bem longe de ser o caso, embora tenha escrito sobre o vazio, o que é diferente. Tais dúvidas foram sistematicamente semeadas por Arno Mayer, a cuja tese sobre a simbiose ativa entre a antiga ordem europeia

29. Diz o ditado que mesmo com o tempo ruim, todo mundo dá bom dia. Como também se diz, no extremo oposto dos automatismos que fazem a roda do mundo girar, que apenas os hipocondríacos não fingem a dor que deveras sentem e dizem o que de fato querem dizer quando perguntam pela saúde de alguém, como se só fora do eixo da normalidade (seja lá o que isto queira dizer) a regra do tacto verdadeiramente se realizasse, o caminho perfeito entre uma prescrição vazia e uma presteza anormal em compartilhar sintomas. Entre seres alienados pelo sofrimento social, o tacto é realmente um expediente salvador, e na acepção enfática deste último termo, estando as coisas pela hora da morte. Ver: Hilary Mattel, “What is going on in there?”, *London Review of Books*, Vol. 31 nº 21, 5 de novembro de 2009, resenha de *Tormented Hope: Nine Hypochondriac Lives*, de Brian Dillon.

e a modernização capitalista – que a primeira, “assimilou, retardou, neutralizou e subjogou” –, acabamos de recorrer³⁰. Se o aburguesamento da aristocracia é uma história contada pela metade, bem como o simétrico enobrecimento da burguesia, a expressão “reação burguesa” adquire um significado bem diverso, e historicamente preciso, do clichê progressista acerca de um obstáculo superável no meio de um caminho ascensional. Por essas e por outras, a burguesia simplesmente não se rendeu ao fascismo, ainda segundo o senso comum progressista. Sendo assim, remontando da ralé ao *high life*, reencontraríamos a mesma simbiose ativa – aliás, a fórmula é de Schumpeter, como lembrada por Arno Mayer – soldando num só bloco as duas metades componentes do tacto, que deixariam de selar o compromisso fadado ao malogro assinalado por Adorno, sendo antes o segredo do sucesso duradouro de um ornamento da ordem. Uma máquina de guerra portanto, e como tal, recruta, disciplina, comanda e destrói. Até ontem ativa, hoje ainda não chegamos a estudá-la – quer dizer, no decorrer do estágio presente de nosso argumento. Mais precisamente, estamos nos referindo agora ao sistema da polidez, como noutros tempos Roland Barthes se referiu ao sistema da Moda, igualmente coercitivo como o outro, resta saber se mais ou menos inclusivos, além de parcialmente se recobrirem. Para testar a atualidade (de anteontem, no caso) do sistema francês da *politesse* voltemos ao já citado artigo de Paulo Emílio em defesa do filme de Louis Malle, *Les amants*. Como se há

30. Arno Mayer, *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime* (São Paulo: Companhia das Letras, 1987).

de recordar, registramos sua recapitulação da polidez francesa como um estilo de vida aristocrático cujo espírito a guilhotina também cortara. Mais à frente, já nas mãos daquelas camadas simbióticas de há pouco, sem deixar em nenhum momento de ser funcional, já não facilitava mais as relações humanas, muito menos constituía uma fonte de prazer, mas “permanecera viva e atuante assumindo um tom ácido e contundente, arma para distanciar os seres e, eventualmente, ferir” (estraguei um pouco o original). Numa palavra, “de fino coroamento para o prazer de existir, a *politesse* ficou reduzida a um intercâmbio de infelicidades”. Nesse estado iremos reencontrá-la no círculo que estrangula Jeanne, a personagem central do filme, cujo esnobismo amador lhe facilita ainda mais a tarefa de cooptação: o marido *grand bourgeois*, o amante aristocrata e a amiga grã-fina de véspera, todos com encontro marcado num jantar catastrófico, mas agora no sentido mundano. Um acesso interminável de riso a salvará. O filme não advoga a causa da má educação – confrontado com o similar contemporâneo, é até recatado –, mas toma posição na linha de frente contra a *politesse*. É graças ao encontro com o personagem nem tão estranho assim no ninho – um arqueólogo que lhe dera carona depois da pane do carro, moço de família que no entanto detesta sua parentela de aristocratas endinheirados – que Jeanne escapará ao seu destino de zumbi, fuzilando ato contínuo com o *fourrive* que se disse, marido, amante e companhia. Aos olhos de Paulo Emílio, estouro e libertação são deflagrados justamente pela ausência de *politesse* de seu companheiro de fuga, na qual teria adivinhado “o sinal de novos tempos e da possibilidade da salva-

ção”. Podemos entender ao pé da letra (histórica) aquele sinal. O filme foi lançado em 1958. Aquele ataque frontal à fortaleza da *politesse* anunciava a *divine surprise* dos acontecimentos de Maio de 68. Poucas semanas antes da explosão, um colunista (sempre eles), no jornal *Le Monde*, constatava, sem saber que aquela miopia o imortalizaria, que a França se entediava³¹ – como a *Bovary* de Louis Malle.

A reação de hostilidade ao tacto era questão de tempo, sempre da parte do indivíduo burguês que se imaginando livre e solitário, só responde por si mesmo: “certa espécie de cortesia, ao invés de fazer com que se sintam tratados como seres humanos, desperta antes neles uma noção do estado desumano em que se encontram, e aquele que é cortês corre o risco de ser tomado por descortês porque faz uso da cortesia como um privilégio ultrapassado”. Ainda Adorno. E por aí chegamos ao fim da linha, o tacto emancipado, puramente individual como uma legislação inteiramente *ad hoc*, converte-se em deslavada mentira. Tanto quanto a sua subversão, em favor daquela espontaneidade a que Goethe renunciara em nome da humanidade possível numa sociedade impossível: “a abolição das convenções, a título de ornamento ultrapassado, inútil e exterior, apenas confirma o que há de mais superficial: uma vida de dominação imediata”. A equação goetheana de compromisso se desmembra e não temos mais lado ao qual correr, “apenas mais um indício de como se tornou impossível a convivência humana nas circunstâncias atuais”. Há todo um mundo que se desmoronou e se recom-

31. Pierre Viansson-Ponté, “Quand la France s’ennuie”, *Le Monde*, 15 de março de 1968.

põe em chave deteriorada nestas “circunstâncias atuais”, de cujos escombros as *Minima Moralia* são o inventário, enfim a hora histórica em que Adorno anuncia que o ciclo do polido compromisso goetheano havia chegado ao fim, o desfecho paradoxalmente distópico de uma guerra catastrófica que no entanto havia, pelo menos militarmente, derrotado o fascismo – como desde então, seríamos regularmente salvos por um triz – não foi assim na Crise dos Mísseis de 1962? Pelo menos McNamara dixit. Será preciso começar a desconfiar desse “por um triz”³².

32. Embora de rodapé, há uma nota especificamente nacional nessas presentes “circunstâncias atuais”, a circunstância norte-americana nas quais vivia aquele desgarrado mandarim alemão de esquerda, uma sociedade tão desprovida de tacto que o havia funcionalizado como um mecanismo de avaliação e recrutamento de vencedores, sob o pretexto de aparência igualitária, de que é preciso “defrontar-se com o indivíduo enquanto tal sem quaisquer preâmbulos”. Mal comparando, Sérgio Buarque redescobriu naturalmente a redefinição goetheana de tacto (ou polidez: deixemos de lado por um momento a distinção, relemburada por Truffaut e dita com graça incomparável por Delphine Seyrig, entre tact e politesse) contra o pano de fundo da simpática porém execrável contribuição brasileira à civilização – sim, ela mesma, à procura de uma passagem para a Índia –, a famigerada “cordialidade”, cujas virtudes tão gabadas – lhaneza no trato, hospitalidade, generosidade – nada têm a ver com o que se entende por civilidade, ou simples boas maneiras. Vale a pena citar o passo, e não só para saber do que estamos falando: “na civilidade há qualquer coisa de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e sentenças [...] nenhum povo está mais distante dessa noção ritualista da vida do que o brasileiro. Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez”, sendo a polidez, antes de tudo, “uma organização de defesa ante a sociedade”, e precisamente por se deter “na parte exterior, epidérmica do indivíduo”, servirá de “peça de resistência”, equivalendo a “um disfarce que permitirá a cada qual preservar intactas sua sensibilidade e suas emoções [...] armado dessa máscara, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social. E, efetivamente, a polidez implica uma presença contínua e soberana do indivíduo”, grifado, *Raízes do Brasil* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1967, pp.160-161). Goethe e Adorno não poderiam dizer melhor quanto ao expediente salvador concebido para manter à distância uma ordem social de meter medo, o mesmo capitalismo que lá ainda engatinhava, por aqui já funcionava a todo vapor de mãos dadas com o trabalho escravo de populações deportadas, ficando porém no ar os descompassos de sempre quando passamos da metrópole (que nunca foi nossa, além de tardia no seu próprio núcleo de origem) à sua expansão periférica: onde mesmo o tacto como formação de compromisso na terra do homem cordial, estando ordem patriarcal-escravista e nexos econômico capitalista de tal modo entrançados um no outro? Enquanto na terra do espírito do capitalismo quimicamente puro – onde o legado absolutista da

Não sei se algum dia Adorno voltou ao assunto, o que sabemos é que foi literalmente atropelado pela “dialética do tacto”, (nem com ele, nem sem ele, a existência se tornará mais ou menos insuportável), que julgara zerada vinte e cinco anos antes. Depois de meses de escaramuças com os seus próprios estudantes rebelados nos idos de 68 e arredores, a desumanidade da falta de tacto (é claro que nos termos já rebaixados por um compromisso como ele mesmo analisara no programa de sobrevivência na alienação segundo Goethe) desabou-lhe sobre a cabeça, e talvez no coração, pois um enfarte fulminou-o pouco tempo depois, na forma de três valquírias, uma delas com os seios nus, que irrompendo em plena aula, rodeiam-no à volta da cátedra, e ainda por cima fazem fotografar a cena insólita: “Submeter-me ao ridículo e atijar contra mim três mocinhas fantasiadas de hippies! Achei isso abominável.”³³ Primeira reação, a injustiça ideológica flagrante: “justo comigo, que sempre me voltei contra toda repressão erótica e contra tabus sexuais!”. Segunda, a ignomínia da injúria, para dar um outro nome ao abominável que viu em todo aquele circo. Terceira, o juízo sobre o seu caráter repressivo: “o efeito hilariante que consegue com isso no fundo não passava da reação do burguesão com seu riso néscio quando vê uma garota com seios nus. Na-

etiqueta? –, o toque europeu da polidez remanescente como mero resguardo passava por afetação ou prepotência igualmente risível, ficamos imaginando onde a real polidez poderia escapar do contágio da peste cordial que irmana na informalidade senhores e esbulhados. Nessas horas, é preciso lembrar que Antonio Candido encontrou-a, e num grau superlativo de elaborada naturalidade, na cultura caipira dos Parceiros do Rio Bonito (São Paulo: Duas Cidades, 3ª edição, 1975), e justamente porque foram deixados para trás no tempo, constituindo uma espécie de fidalguia à parte, a dos despossuídos e apartados. Obviamente extinguiu-se.

33. Última entrevista concedida à revista alemã *Der Spiegel* nº 19, em 1969, traduzida por Gabriel Cohn e publicada no suplemento *Mais!* da *Folha de São Paulo* em 31 de agosto de 2003, p.7.

turalmente essa imbecilidade era calculada”³⁴. Retiremos do repertório por um momento a finada “dialética do tacto” – nem impolidez, nem mesmo incivilidade extrema, ou qualquer outro equivalente que contraponha brutalidade e amenidade ou urbanidade no trato, parecem ter algum cabimento naquele atropelamento. Mas quem empurrava assim o professor Adorno para o centro do picadeiro? A resposta faz tempo estava no ar, e apanhada no ar livre da Califórnia, livre e distante da Europa devastada pela guerra: no juízo de Adorno e Horkheimer, logo nas primeiras páginas da *Dialética do Esclarecimento*, a humanidade está afundando numa “nova espécie de barbárie”, mesmo depois da derrota do fascismo. As raparigas-flor (*Blumenmädchen*) que escarneciam da pureza de Parsifal – e a solene vulgaridade de Wagner por certo facilitava a compreensão do quadro – seriam então a vanguarda retroversa dos novos bárbaros? Com a novidade de que agora à horda primitiva vinha se juntar a fina flor do movimento estudantil alemão em ebulição. Mas quando a nata de uma juventude estudiosa barbariza, no que devemos pensar senão numa ameaçadora e tremenda falha na... Educação? Este o nó no qual se enredou Adorno nos últimos anos de sua vida. Àquela altura, em meados dos memoráveis anos 60, Adorno julgava que a questão mais urgente da educação era contribuir para uma campanha de “desbarbarização”³⁵. Explicando-se a respeito

34. Para um sobrevoo sobre o debate de fundo naqueles últimos meses de um desencontro histórico entre Teoria Crítica e Esquerda Extraparlamentar, as últimas cartas da correspondência entre Adorno e Marcuse (abril/julho de 1969), na tradução de Isabel Loureiro, revista *praga*, nº 3 (São Paulo: Hucitec, 1997).

35. Ver a respeito, além da palestra bem conhecida na Rádio de Hessen (1965), “Educação após Auschwitz”, as conversas radiofônicas de Adorno com o diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais da Sociedade Max Planck, Helmut Becker, reunidas na tradução brasileira organizada por Wolfgang Maar, *Educação e emancipação* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995). A referência de agora

– o neologismo lembra muito a palavra de ordem aliada “desnazificar”, lançada durante o período de ocupação no imediato pós-guerra –, Adorno redefine a barbárie por um descompasso evolutivo, a saber, que, “estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação à sua própria civilização”. Iríamos longe se fôssemos escavar todos os sedimentos depositados sob esta reformulação, não por mera curiosidade arqueológica, mas até para fazer justiça ao curto circuito operado logo a seguir por Adorno.³⁶ Que não é assim tão evidente, pois de uma defasagem entre forças produtivas externas e internas, saltamos para uma irrupção da pulsão de morte em pessoas “tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo”, o que obviamente só faz aumentar o “perigo de que toda a civilização venha a explodir, aliás uma tendência imanente que a caracteriza”, daí a “urgência” (desde então...) de se reordenar “todos os outros objetivos educacionais por esta prioridade”. Seu interlocutor não deixará barato, embora esteja igualmente de acordo quanto ao papel da educação em evitar o pior: o senhor acha mesmo que “uma pessoa em todos os sentidos compensada, temperada, esclarecida, livre de agressões e, portanto, não motivada à capacidade de agressão, constitui em si um produto almejavél da sociedade”? E mais: se exagerarmos a ênfase na desbarbarização, não estaremos contribuindo para evitar a mudança na sociedade, rarefazer ainda mais uma atmosfera hostil a mudanças – ou ainda, prosseguir, o que o senhor pensa das autoridades

é o debate de 14 de abril de 1968, “A educação contra a barbárie”, cit. p.155.

36. Para tanto remeto ao sistema de referências armado, por exemplo, no livro já citado de Marildo Menegat, *Depois do fim do mundo*, pp.152-158.

da municipalidade de Bremen, que taxaram de bárbaras as manifestações violentas dos estudantes secundaristas contra o aumento das tarifas do transporte público, etc. Dando uma no cravo, outra na ferradura, as respostas de Adorno – que seria interessante confrontar com as reflexões de Hannah Arendt acerca da violência na correspondente turbulência americana em torno dos direitos civis durante a guerra no Vietnã – costumam axiomas da política clássica dos tempos da luta de classes, porém não mais do que reminiscências, já que a “tendência objetiva” voltou-se contra a causa da emancipação, e enumeração de providências singelas destinadas a cortar pela raiz a formação de personalidades autoritárias e manipuladoras. Resumindo: de modo algum minha convicção de que “a tentativa de superar a barbárie é decisiva para a sobrevivência da humanidade” deverá ser confundida com um “elogio à moderação” ou uma restrição aos afetos políticos fortes, e admito mesmo que na luta contra a barbárie “existe um momento de revolta que poderia ele próprio ser designado como bárbaro”, e como nos encontramos todos no “contexto de culpabilidade do próprio sistema, ninguém estará inteiramente livre de traços de barbárie”; quanto aos estudantes de Bremen, considero execrável demagogia as alegações das autoridades, e assim sendo compreendo e aplaudo a atitude daqueles rapazes e moças que “não permitiram que lhes fosse retirada a espontaneidade, que não se converteram em obedientes instrumentos da ordem vigente”; e mais, vejo-me obrigado, por mais que me desagrade, a definir numa direção mais precisa minha suspeita de que “a barbárie existe em toda parte em que há uma regressão à violência física primitiva, sem que haja uma vinculação transparente com objetivos racionais na sociedade”, em suma, a violência

não pode sem mais nem menos ser considerada como barbárie. Uma linha clássica sem dúvida³⁷.

Mas onde ficou a defasagem evolutiva de que partimos? Na constatação, mais sugerida do que enunciada, de que os fins transparentes e humanos, em torno dos quais cristaliza a ação política refletida, perderam seu caráter de evidência. O que fazer? Contrapor-se ao trivial variado porém assustador dos atos inequivocamente violadores que pavimentam o caminho de uma real *educação para a barbárie*. “Creio que quando um time [sic] de fora vence e é ofendido e agredido no estádio ou quando um grupo presumido de bons cidadãos agride estudantes ainda que só mediante palavras, podemos apreender de um modo radical, a partir desses exemplos tão atuais, a diferença entre o que é e o que não é barbárie [...] com a educação contra a barbárie, no fundo, não pretendo nada além de que o último adolescente do campo se envergonhe quando, por exemplo, agride um colega com rudeza ou se comporte de modo brutal com uma moça”. Numa palavra: é preciso “desacostumar as pessoas a darem cotoveladas,

37. Breve amostra, apenas para respirar o ar de outros tempos, em que pais de família esclarecidos refletiam sobre a legitimidade e os limites da baderna. “Becker – O senhor diria, se entendo bem, que, por exemplo, não é barbárie a demonstração de jovens ou adultos baseados em considerações racionais, ainda que rompa os limites da legalidade? Mas que é barbárie, por outro lado, a intervenção exagerada e objetivamente desnecessária da polícia numa situação dessas? Adorno – Certamente penso assim. Se examinarmos mais de perto os acontecimentos que ocorrem atualmente na rebelião estudantil, então descobrimos que de modo algum se trata nesse caso de erupções primitivas de violência, mas em geral de modos de agir politicamente refletidos. Se, neste caso, esta reflexão é correta ou equivocada não precisa ser discutido agora. Becker – Entretanto, em minha opinião, as reflexões por si só não garantem um parâmetro frente à existência da barbárie [...]. As reflexões e a racionalidade por si não constituem provas contra a barbárie. Adorno – Mas eu não disse isso – e eu sou um pai de família cuidadoso – me referi também em nossa discussão a reflexões sobre fins transparentes e humanos, e não reflexões em abstrato [...] As reflexões precisam portanto ser transparentes em sua finalidade humana”. “Educação contra a barbárie”, Op. cit. p.160. [Nota redigida em meados de fevereiro de 2013, mais exatamente no dia 15].

pois cotoveladas constituem sem dúvida uma expressão da barbárie”. Com efeito, como a dúvida paira no ar na Rádio Hessen, o cuidadoso “pai de família” Theodor Adorno é obrigado a enfatizar: a função de esclarecimento, preconizada como prioridade neste combate de retaguarda destinado a despertar a aversão pela violência, não se confunde de maneira nenhuma com um projeto de conversão de todos os homens em seres inofensivos e passivos, sobretudo porque essa passividade inofensiva ela mesma é o caldo de cultura onde fermenta a barbárie, na medida em que está pronta para contemplar o horror e se omitir no momento decisivo. – Um mês depois seria Maio em Paris. Mais um ano, a Cavalgada das Valquírias, sem falar na presença da polícia no sacrossanto Instituto, cujo dossiê à vista do exposto, seria desnecessário reabrir. Poucas semanas e o filósofo estaria morto. O que teria pensado da deriva armada da rebelião estudantil, de cuja brasa dormida despertariam os grupos de ação direta? Haveria lugar ainda, como respondeu ao mesmo Helmut Becker, para invocar as exceções, para recorrer à dialética quando em certas circunstâncias a antibarbárie requer a barbárie? Dificilmente, e por motivo de intransparência quanto aos fins, nem humanos nem socialmente racionais, podemos presumir sem medo de injustiça. Malogro total da política de desbarbarização pelo esclarecimento? E assim sendo, a vulgaridade das valquírias anunciava o colapso da civilização na forma do terrorismo vindouro? Ou pelo contrário, a compreensão bem posterior do terrorismo da ação direta, como degenerescência dos movimentos sociais nascidos décadas atrás³⁸, lançaria uma outra

38. Ver, por exemplo, Michel Wieviorka, *Sociétés et terrorismes* (Paris: Fayard, 1988).

luz retroativa mais sombria sobre aquela antiga galáxia de insolências juvenis? Qual o caminho percorrido, da grosseria pesada, das cotoveladas políticas distribuídas a torto e a direito, ao atentado? De qualquer modo, caso sobrevivesse à incompreensão que o fulminara, Adorno certamente não escaparia do fogo cruzado ideológico do período seguinte, pois era de fato um estranho em todos os ninhos. É que empregou acertadamente na hora errada um *passé-partout* altamente duvidoso como “barbárie” e seus derivados. Durante um quarto de século remou contra a corrente falando de barbárie – e não a esmo, apoiado numa sorte de metacrítica da economia política argumentável. Quando do consenso à esquerda e à direita girava em torno do fordismo hegemônico do pleno emprego pacificador, do Welfare idem etc., chamou de bárbara uma sociedade que se via a si mesma no ponto culminante da civilização, malgrado o acidente nazista de percurso, do qual aliás nem se falava mais, a história era só promessa e nenhuma ameaça e até a Guerra Fria havia sido normalizada como coexistência pacífica etc. etc. E quando os novos bárbaros chegaram para valer – variando apenas a genealogia das espécies –, o sinal de alarme foi acionado justamente em nome daquele mesmo auge civilizatório cuja miragem inteiramente administrada o filósofo passara a vida desmontando peça por peça. Rediviva, a lição de Adorno, obscurecida pela obsessão miúda com os microssistemas da vida danificada pela corrupção do tacto e sua correspondente profilaxia meramente pedagógica (é verdade que o assunto era educação), diria mais ou menos o seguinte: as bombas-relógio colocadas na escala de Aden deveriam ter sido desativadas quando verdadeiramente foram acionadas durante os Trinta Anos Gloriosos, porém fui escarnecido em vida por fazer o inventário nostálgico

dos sinais precursores do *second strike*. Agora que ele foi desferido, a tranca na porta arrombada, para mal dos seus pecados, é um decalque de minhas pequenas formas-diagnóstico como manual de sobrevida elegante. Uma última peripécia na dialética póstuma do tacto antes de voltarmos ao nosso *filme polidamente falado* – que não é polido por inclinação natural mas como um contraveneno escolhido por deliberação artística. Relembremos – para recomençar – que no filme de Louis Malle também se falava muito e polidamente. E que sua protagonista Jeanne sufocava de tédio sob a carapaça da *politesse* de um marido-urso e um amante ridículo como um marquês de Molière. E também que seu acesso de riso no ano em que o general De Gaulle chegava ao poder, ainda ressoaria amplificado dez anos depois na chuva de pedras de Maio sobre professores, policiais, patrões e *bienséance*. Sei que o riso de massa raramente é libertário e no entanto, outra vez “por um triz”... – naqueles últimos combates, o vazio de poder foi real e durou longas horas até hoje inexplicavelmente perdidas. Também se recordou que na mesma semana em que Nanterre principiava a se agitar, Viansson-Ponté declarava nas páginas do *Le Monde* que a França se entediava mas não se perguntava de onde brotava aquele descomunal bocejo.³⁹ Havia crescimento e pleno emprego em dimensões superlativas, suficiente para demonstrar que a aposta na crise é uma aposta preguiçosa, que o abismo

39. Vira no entanto muita coisa, e longe. Por exemplo, “que o verdadeiro objetivo da política não é administrar o menos mal possível [...] mas conduzir o povo, atribuir-lhe novos horizontes, suscitar ímpetos, mesmo a custa de alguns empurrões [...] O ardor e a imaginação são tão indispensáveis quanto o bem-estar e a imaginação”. O trecho é citado no capítulo sobre 68 na biografia de Sartre por Annie Cohen-Solal, *Sartre 1905-1980*, Porto Alegre: LPM, 1986, p.580. Mesmo descontada a retórica, uma linguagem de outro planeta dificilmente compreensível no atual, em que se gerencia expectativas decrescentes, ou absolutamente nenhuma.

pode se abrir em poucas horas sob os pés de um sistema baseado num arbitrário encobridor de nascença: por que é assim? A justificação do injustificável é um cerimonial entre outros, cujo girar em falso um nada pode pôr abaixo. Dois anos depois de um casal de amantes ter furado o bloqueio daquele sistema centenário de intercâmbio de infelicidades – voltaremos adiante à idade deste intercâmbio igualmente baseado no contato de duas epidermes e na troca de duas fantasias como diria Chamfort –, o cineasta Jean Rouch e o sociólogo Edgard Morin saíram a campo num documentário perguntando aos parisienses: “Você é feliz?”⁴⁰ Ao contrário dos dias de hoje, que correm sob um céu baixo e pesado⁴¹, em que a sucessão de desgraças econômicas normalizou a crise como um estado de coisas permanente, e sondagem após sondagem de opinião revelam no entanto países campeões de felicidade – todo mundo cumprindo com o dever de ser feliz –, na França de 1960 ninguém parecia ser feliz, ou melhor, não é que a infelicidade fosse o sentimento predominante, o que havia mesmo era tédio, muito tédio, que irradiava como uma espécie de baixo contínuo de toda aquela bem cimentada sociedade salarial. Ao contrário do presumido conforto na alienação, que consternava os frankfurtianos, a monotonia incurável do trabalho, sobre o fundo da qual eclon-

40. Jean Rouch, Edgard Morin, *Crônica de um verão*, 1960 (Videofilme, 2008). Faixa comentada por Eduardo Escorel, Eduardo Coutinho e Carlos Alberto Mattos. Na sinopse dos editores brasileiros: “o que tem início com uma simples enquête logo se transforma num ambicioso e imprevisível retrato de um grupo heterogêneo de estudantes, operários e imigrantes [...] Em seguida os realizadores registram a reação deles à projeção do material filmado”.

41. Estou traíndo o espírito e a letra de um comentário de Pascal Bruckner sobre a descoberta moderna da “monotonia” – “a forragem onde o feliz gado humano está deitado”, segundo Mallarmé, citado em epígrafe –, a banalidade que se segue ao recesso de um Além sublimador dos aspectos menos brilhantes da existência terrestre. Ver do autor, *A euforia perpétua: ensaios sobre o dever de felicidade* (São Paulo: Difel, 2002, p.83).

dirá a maior greve de massa de que se tem notícia numa sociedade industrial afluyente do pós-guerra. Num resumo revelador⁴²: “fora do trabalho, é como se não tivessem o que fazer, e, lá, o que têm a fazer é insuportável”. Juntando as pontas – do bocejo ao chão de fábrica cuja cadência aperta os miolos –, não seria surpresa, ou melhor, foi sim, uma revelação que, rachando de alto a baixo o edifício da subordinação pelo assalariamento e todos os correlatos sociais e culturais da mesma divisão entre concepção e execução, comando e aquiescência, também botou de pernas para o ar o inteiro sistema francês da *politesse*, que ao desmoronar deixou a descoberto pela primeira vez, pelo menos para o senso comum das ruas, sua segunda e nada frívola natureza de policiamento social.

Assistiu-se então a uma verdadeira maré de insolência plebeia, da qual se perdera até a memória – e se voltaria a perder poucos anos depois, desfigurada e sufocada. O sarcasmo ancestral de um Georges Brassens, por exemplo, condensado de secular insubmissão desbocada, conheceu uma segunda e luminosa juventude. Assim como o

42. De Marcelo Coelho, comentando o vídeo de *Crônica de um verão*, e de cujas observações me beneficei nas linhas anteriores. Como os cineastas há pouco citados, Marcelo Coelho também identifica naquele verão de 1960 os sinais precursores de Maio: “companheirismo, utopia e quebra de rotina” (Folha de São Paulo, 7 de maio de 2008, p. E 8). Para variar, a nota abusada fecha esta outra crônica de um outro maio 40 anos depois: “voltam para casa, estão sozinhos. Quando a TV chegou para a maioria acho que provavelmente tudo se aquietou: era a imaginação (não a deles) que estava no poder”. Não creio ser impertinente se acrescentar, sem discordar quanto ao peso do chumbo que a indústria cultural botou nas asas da imaginação popular, que essa pedra tumular para ser assentada exigiu mais de uma década da mais intratável luta de classes, a ponto de se desestruturar setores inteiros da produção, sem falar no supremo engodo de massas que daí se seguiu, a reconversão da embriaguez na ressaca gestonária do trabalho dito flexível. Com a falsificação dos impulsos antiprodutivistas e antiautoritários originais, entre outras maquiagens da intensificação do trabalho, nelas incluído o mito de sua extinção por redundância, ficou então mais convincente a alegação de que a indústria cultural, e nela o seu ramo dito criativo, se tornara o paradigma da produção.

abre-te-sésamo “contestação”, que por certo não poderia rimar com nenhuma autoridade, muito menos com a das boas maneiras. É, portanto, com a maior naturalidade, e aliás sem maiores explicações, tratando das relações entre política e polidez da França, do século XVI ao século XX, que um historiador, ao inventariar a variada aclimação da noção bem codificada de *savoir vivre* durante o período republicano, intercala sua evolução entre duas datas limites, o fim ignominioso do Segundo Império e a Proclamação da República (1870) e... 1968.⁴³ Quem diria Maio de 68 um “marco” na história da *politesse* francesa. Por certo um marco na escalada do desrespeito, depois de uma era dourada retomada em 1918 (sic). A novidade não está na trivial evidência de que o código binário do sistema da polidez – delicado/grosseiro, distinto/vulgar, adequado/duvidoso, graça/desajeitado, refinado/rústico etc. – recobre antagonismos sociais facilmente identificáveis, bem como o propósito de civilizar e legalizar a classe operária desde que essa entrou ruidosamente em cena – justamente tratada de beduínos pela Guarda Nacional nas jornadas sangrentas de junho de 1848. Mas no fato insólito de se considerar a mais completa subversão da ordem estabelecida um ato de suprema falta de educação!⁴⁴ Tanto era assim – a Revolução pensada como um assalto ao Palácio de Inverno da polidez – que, um ano antes dos Acontecimentos, o “situacionista” Raoul de Vaneigem, publicava, a título de manifesto da revolução a caminho, não um panfleto de economia política mas sim um Tratado de Boas

43. Robert Muchembled, *La société policée* (Paris: Seuil, 1998, capítulo 6).

44. Na visão retrospectiva de Régine Dhoquois, organizadora de um livro sobre a polidez (*A polidez*, Porto Alegre: L&PM, 1993). O original francês é de 1991, exatos dez anos após a ascensão de Mitterrand, quando então a polidez já era de novo uma virtude restaurada na sua função social apaziguadora.

Maneiras às avessas, pelo menos no título, um arremedo da literatura da polidez – *Traité du savoir vivre à l’usage des jeunes générations*⁴⁵ – em que declarava guerra, com alarido e furor, aos “organizadores do tédio”. Dentre eles executivos, gerentes, patrões em geral etc., insolentemente desacatados e sequestrados nas fábricas ocupadas ao longo dos anos 70, como se pode ver no *Tout va bien* (1972), de Godard, entre outros retratos daqueles tempos em que também se sonhou perigosamente.

Mas como também há uma dialética da falta de tacto, podemos começar a datar o refluxo da divina surpresa de 68 a partir do momento em que os maus modos se tornaram uma espécie de ponto de honra militante. Daí a escalada da afronta à grosseria rasa, do *revival* dos escândalos surrealistas à cavalgada das valquírias. Vimos o estrago que esta última tropelia causou no ativismo iluminista de Adorno: o esforço de “desbarbarização” mais uma vez abortaria. Maio – que aliás nem mesmo atravessara o limiar da Revolução e seu cortejo de “fúrias” – estava irreconhecível. E sendo este o caso – uma primavera que murchara –, quer dizer, na qual deveria ter brotado, germinando no subsolo de todo aquele desacato gigantesco, quem sabe um inédito *savoir-vivre* pisoteado na hora da revanche. A *Conversation Piece* (1974)⁴⁶, de Visconti, é um relato desta descoberta quando os jogos já estavam feitos, e perdidos. Numa Itália convulsionada por uma onda de greves e conflitos como jamais se vira, convertida no

45. Paris: Gallimard/Folio, 1967/1992. Os muros e paredes de Maio foram cobertos por várias frases fulgurantes daquele ataque mortal à mera reprodução da sobrevida: “não queremos saber de um mundo em que a garantia de não morrer de fome deve ser trocada pela certeza de morrer de tédio”. Desse mundo escapou a personagem de Louis Malle, não sendo inverossímil imaginar os dois amantes descalçando as ruas na Noite das Barricadas.

46. Na versão brasileira, *Violência e Paixão* – vá lá saber porquê...

primeiro grande laboratório europeu das novas legislações de exceção, uma guerra particular entre organismos de segurança e grupos armados, o compromisso histórico entre comunistas e democristãos fortemente desafiado pela “autonomia” dos *emarginati* em desespero de causa, o conjunto envolvido por conspirações mafiosas, maçonaria, empresários golpistas e militares propriamente ditos etc. – contra esse pano de fundo de turbulência que não se vê mas se advinha, Visconti surpreendeu, no ambiente restrito de um interior romano de velho refinamento burguês, a evolução de um grupo cuja composição anômala – uma aristocrata tão estonteantemente elegante no vestir quanto vulgarmente odiosa na falta de modos e caráter, seu jovem amante *entretenu* e por esta razão alvo do desprezo de todos, que no entanto com ele enturmam (a filha e seu *fidanzato* moço de família, igualmente milionário e golpista) nos mesmos hábitos transgressivos autorizados pela difusão grã-fina da contracultura da década anterior – anunciava, aos olhos atônitos do proprietário do local (coleccionador de uma certa pintura de gênero inglesa do século XVIII, as *conversation pieces* do título), a chegada dos novos bárbaros da próxima temporada da perene decadência romana. A novidade é o ingrediente meia oitocida daquela família monstruosa constelada de pequenas vilezas – e o fascínio que tal morbidez exerce sobre o erudito que sente sua própria morte se aproximar. Só que Visconti tira a conclusão menos esperada. Sob a atormentada e afetadamente cínica autodesmoralização de Konrad – que presumimos sem muito erro se tratar de antigo agitador nalguma escola de arte perdida na Alemanha, que de tropeço em cabeçada tornou-se não só piolho de grã-fino como infiltrado da polícia em círculos golpistas em troca de vistas grossas para suas pequenas traficâncias e

virações afins. O “professor”, que a rigor o adota, vai aos poucos recolhendo os destroços das *expectations* (não há outra palavra) que só a primavera de 68 poderia ter despertado. Tudo somado, *sous les pavés* talvez a delicadeza ingênua que o fez perder a juventude como agregado de luxo dos “organizadores do tédio”, que ao fim e ao cabo sempre vencem. O bate-boca final entre gente educada, uns para a torpeza de classe, o outro para a insolência do parasita em fim de carreira – que precede o suicídio de Konrad – terá sido a última batalha dos idos de Maio. Uma batalha perdida, é claro, mas se Visconti tem razão, ainda uma batalha, quem diria, pela “desbarbarização”. Nela incluídos os meios bárbaros das *Blumenmädchen* que assediaram um outro “professor”. E se assim é, a inesperada afirmação contraintuitiva de Gilles Lipovetsky, passa a correr por uma outra pista não menos verdadeira embora insólita: “a originalidade de Maio é a sua espantosa civilidade”⁴⁷.

É bom esfregar os olhos: não que o acerto seja involuntário, é que vai na direção oposta da retratada até aqui, na qual podem muito bem conviver os dois extremos do deboche aos quais reagem Adorno e Visconti, e assinala a ruptura dos tempos que estão nos interessando identificar, agora que a polidez está de volta e de novo como último recurso em situações de fim de mundo. A inédita reabilitação de Maio de 68 como espetáculo de civilidade decorre do fato momentoso de que pela primeira vez, depois de Dois Séculos de Espera – e precisamente da Revolução, entre outras expectativas de sociedades orientadas para o futuro –, a Revolução deixou de ser temida, e sua era declarada encerrada, pouco importa no momento as

47. Gilles Lipovetsky, *L'ère du vide: essais sur l'individualisme contemporain* (Paris: Gallimard, 1983, pp.244-245).

possíveis evidências em contrário, pois, contra um sentimento do mundo cristalizado em argumento de época não há fatos. Trocado em miúdos da conjuntura francesa: depois de uma década de rescaldo do incêndio de 68 e a brasa dormida da política de confronto e desacato mergulhada em sono eterno, justamente recém-inaugurada a “era do vazio” em que transcorreria os anos 80, a esquerda francesa finalmente chegou ao poder – com uma defasagem de vinte anos, o cenário se repetiria no Brasil, seja dito de passagem, quando mais não seja por ser esta a hora histórica do comentário de Modesto Carone sobre as esperas que já não são mais as suas, não obstante a atualidade do espelho que lhe serve de retrovisor. Não é que Maio tenha sido uma Revolução sem Revolução, não é esta evidência à direita e à esquerda que se celebra, mas o fato auspicioso de que a luta de classes tenha se institucionalizado num grau ainda mais elevado de sublimação, levando-se em conta sua legalização anterior pelo Estado Social. Num levante cool sem baixas nos dois lados do *front*, muito menos surtos de fúria, como nos tempos da guilhotina ou dos pelotões de fuzilamento nos últimos dias de desespero da Comuna, o que começa então a se enaltecer, de resto sem precisar pesar a mão na maquiagem, é o renascimento do bate-boca de classe como um verdadeiro teatro de rua na sua acepção mais enfática, e no meio da cena, quem diria, a reaparição meteórica das várias “máscaras” da vida levada em público – sem falar no degelo retórico, na língua solta do insulto político reinventado em nova chave, mais a inundação de *graffiti* e assemelhados que se sabe. Voltando ao diagnóstico de Lipovetsky – mal começada a Era Mitterrand de consensos e coabitações –, a requalificação das jornadas de Maio como exaltante demonstração de civilidade, ao absolver suas violências variadas e numero-

sas – botava-se para quebrar a três por dois, de vidraças a reitores, de carros a chefetes, em suma, mais ou menos o futuro cardápio dos motins nas *banlieues* –, tinha um alvo preciso e execrável, o terrorismo dos retardatários e irredutíveis, gesticulando freneticamente em meio à indiferença geral, seguindo um *script* de guerra de classes num momento de fadiga e involução das cristações que alimentaram as incivilidades de 68, que as havia, e como, o lado B do assalto ao *fair play* dos ganhadores de sempre no jogo político, prontamente relevado assim que um mal maior surgiu no horizonte. Mas não assumiu ato contínuo as dimensões epidêmicas de hoje, nem a matriz política é a mesma, longe disso. Se então até a suprema insolência do mundo posto de pernas para o ar, mesmo por uma revolução que recuou na undécima hora foi sublimada como civilidade, é porque, na antecâmara dos tremores apocalípticos que hoje afligem os integrados, um outro grande medo se apresentou soldando novamente o molde que assimilaria refinamento superior da *politesse* a um contrato social de novo tipo. Mais um passo ou dois e retornaremos à mesa do comandante Malkovitch, aliás Walesa.⁴⁸

Recapitulemos, com as simplificações de praxe. A reabilitação programática e consensual da Polidez como uma virtude cívica indispensável – e desde então, incluída no rol das civilidades incontornáveis – sugere, como um característico arremate de época, que desde 1989 respiramos uma inconfundível atmosfera de Restauração. Antes de passarmos às analogias históricas mais arriscadas e superficiais – mas o que há de mais epidérmico e

48. O ator John Malkovitch é de fato filho de imigrantes poloneses, e como tal se apresenta, e na condição de personagem de si mesmo, se oferece o sobrenome Walesa, que dispensa maiores comentários, pois não seria a hora de reabrir o dossiê Solidariedade.

intangível do que as boas maneiras “restauradas”? –, por exemplo, entre os rituais do Congresso de Viena e a verdadeira Época de Festas que foram as primeiras edições do Fórum Econômico de Davos, reconsideremos por este prisma comparativo o miolo geopolítico que uma tal capaça protetora e polida de civilidades viria recobrir. Quando depois da Guerra do Golfo (1991), e concomitante dissolução oficial da União Soviética, a chamada comunidade internacional declarou que, ao passar desde então a “intervir” em nome da “segurança humana”⁴⁹, ingressara finalmente na era cosmopolita do direito das gentes, como preconizado pela Filosofia das Luzes e seus epígonos contemporâneos⁵⁰, Danilo Zolo foi dos primeiros a reconhecer nesse desenho de governo mundial o modelo redivivo da Santa Aliança: uma paz armada contra qualquer veleidade de mudança social⁵¹. O termo de comparação ficou por aí, até que Perry Anderson retomasse o fio. Mais ou menos o seguinte: na primeira Restauração, uma concertação de cinco grandes Estados europeus (Inglaterra, Rússia, Áustria, Prússia e França) impôs “uma ordem contrarrevolucionária comum contra as massas, cuja insurgência as havia aterrorizado nos levantes da Revolução Francesa e nas subsequentes mobilizações da gran-

49. Não empreguei a esmo a expressão segurança humana, à qual Frédéric Gros deu um significado “biopolítico”, com o qual, mais à frente, deveremos nos confrontar, se quisermos mesmo entender o que vem por aí. Para uma primeira aproximação, ver a conclusão de *États de violence: essai sur la fin de la guerre* (Paris: Gallimard, 2006), e o último capítulo do recente *Le principe sécurité* (Paris: Gallimard, 2012).

50. Os “military philosophers”, como os chamou Perry Anderson, *New Left Review*, nº 31, 2005 – no caso, Habermas, Bobbio e Rawls.

51. Danilo Zolo, *Cosmopolis: Prospects for World Government* (Cambridge: Polity, 1997, capítulo 1). Para um breve comentário, Paulo Arantes, “Notícias de uma guerra cosmopolita”, *Extinção* (São Paulo: Boitempo, 2007, pp.84-87).

de *armée* de Napoleão”; hoje, como nos anos 1820, “após a derrota do grande ciclo de revoluções que marcariam o século XX, trata-se de uma nova época de Restauração”, cujo objetivo porém não é mais a manutenção de uma paz contrarrevolucionária, sendo remoto o perigo de grandes levantes sociais como na Europa da primeira Restauração pois, até onde a vista alcança, os movimentos de trabalhadores por toda parte continuam em refluxo e não parecem prestes a recuperar seu ímpeto⁵². A chave da atual concertação restauradora⁵³ deve ser, portanto, outra – não é que falte turbulência política, mas o confronto com a ordem estabelecida tem agora várias outras procedências, como o Islã radical –, ainda segundo Perry, tal chave é econômica e se resume à defesa da norma capitalista como tal. Não vem ao caso agora, mas quando se fala de Estado de Exceção ou Emergência como novo paradigma de governo, é exatamente disso que se trata. Mas é claro que assim se amplia o escopo desta “hegemonia transnacional do capital”, para além da compreensão economicista rasa da perene emergência econômica sob a qual vivemos, aliás de crise em crise⁵⁴. To-

52. Perry Anderson, “Algumas notas históricas sobre hegemonia”, *Margem Esquerda* n.14, 2010.

53. Desta vez entre Estados Unidos, Europa, Japão, Rússia e China. Enquanto “a Concertação das Potências do início do século XIX foi pensada para defender o acordo de Restauração do Congresso de Viena, garantindo que grandes guerras não poderiam deslanchar levantes sociais e que tumultos políticos poderiam ser rapidamente resolvidos, com intervenção armada para além das fronteiras, se necessário, caso o acordo fosse quebrado”, a “Concertação das Potências do início do século XXI seguramente segue essas tarefas mas não são a prioridade como eram para sua predecessora. O risco de conflitos militares entre elas se tornou uma perspectiva remota, e o perigo de grandes levantes sociais é muito menor do que na Europa da Restauração, onde seguiu agudo, o exemplo revolucionário de 1789 servindo de inflamação em 1820-1821, 1830 e 1848” (Perry Anderson, *Ibidem*. p.115).

54. Em termos e nuances decisivas à parte, claro. Para um bom encaminhamento da questão, Gilberto Bercovici, *Soberania e constituição* (São Paulo: Quartier Latin, 2008).

davia, analogias geopolíticas à parte, e que realmente impressionam⁵⁵, resta acrescentar que Restauração, e antes de tudo o sentimento histórico do mundo que ela sugere, deve por certo ultrapassar esse arranjo peculiar de uma hegemonia compartilhada, a ponto de falar à imaginação de quem sufoca sob esse céu antipolítico baixo e pesado. Mas como Julien Sorel no salão do Hôtel de La Mole? Este o ponto, ao qual voltaremos logo a seguir. E que Alain Badiou, ao tentar por sua vez dar um nome aos últimos vinte anos do século passado, parece não levar muito em conta, como se vivêssemos à sombra de um *juste milieu* artificial, um artefato fabricado pelo medo que nos condena a viver sob o signo da “renúncia, da resignação, do mal menor da moderação”⁵⁶. Pois Restauração – desde sua matriz histórica original, a vida nos círculos superiores parisienses, dominada pelo medo de que se repetissem as catástrofes de 1793 – é isso mesmo, medo de que o “real” irrompa quando alguma imprudente iconoclastia política abra as portas do inferno.

A segunda Restauração sob a qual viveríamos, portanto, é um desses momentos históricos em que se declara impossíveis e abomináveis as revoluções – e natural, as-

55. Tanto assim que o decano dos “realistas”, Hans Morgenthau, já havia dedicado uma inteira seção ao modelo da Santa Aliança ao tratar das formas de governo internacional que se projetam ao término das grandes guerras mundiais. Por isso – com a desenvoltura característica da escola realista neste gênero de literatura de chancelaria –, chega a condicionar um eventual sucesso das Nações Unidas à “continuada unidade” dos membros permanentes do Conselho de Segurança: “segundo o esquema da Carta, esses cinco membros são como o núcleo de uma federação mundial, uma Santa Aliança dentro de uma outra Santa Aliança”, *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz* (São Paulo: Imprensa Oficial/Ed. UNB, 2003, p.871). Não por acaso esta *boutade* de Morgenthau foi a deixa de que precisava Danilo Zolo para re-
por em sua “real” perspectiva o atual cosmopolitismo de guerra.

56. Alain Badiou, *O século*, op. cit. p.56.

sim como excelente, a superioridade dos ricos⁵⁷. Só que as revoluções impossíveis e abomináveis “nem sequer” – como diria Baudrillard – são hoje imagináveis, mesmo na sua eventual abominação⁵⁸. Num artigo recente e altamente controverso – um conjunto de notas e digressões históricas em que especula acerca da eventual fisionomia, não de uma esquerda do futuro, com a qual afinal todos sonham desde que a história se temporalizou e a revolução se converteu num conceito de expectativa máxima⁵⁹, mas de uma esquerda para a qual não haja mais, nunca mais, lugar (programático) para o futuro – T. J. Clark, diante da dificuldade, ao que parece insuperável, de se pensar a crise de agora, quer dizer o elo atual de uma cadeia ininterrupta de várias décadas de crise, também se pergunta se o que estamos vivendo desde 1989 não pode ser comparado à Europa depois de Waterloo, ao momento da Restauração e da Santa Aliança, quer dizer, a um momento de “aparente imobilidade histórico-mundial”, não obstante uma vigorosa reconstelação das forças produtivas⁶⁰. Mas os termos de comparação agora são outros e não indicam necessariamente um ponto final. Pois aquele interregno de aparente

57. Idem *Ibidem*, p.49. Não vou é claro a esta altura me enredar no “real” segundo Badiou, que de resto remonta, como se sabe, à tópica lacaniana.

58. À certa altura dos anos 70, no auge da conversão ético-metafísica dos maoístas parisienses, mais conhecidos como Novos Filósofos, Foucault teria dito, já não lembro mais se numa entrevista ou resenhando em termos ditirâmbicos o livro de André Glucksman sobre os Mestres-pensadores, que a questão já não era mais saber se a revolução ainda era possível, mas desejável.

59. Essas e outras noções integram o repertório de categorias históricas concebidas por Reinhart Koselleck para explicar, entre outras grandes viradas, o nascimento de algo como um tempo moderno, historicamente falando é claro. Cf. *Futuro passado* (Rio de Janeiro: Contraponto/PUC RJ, 2006). Para um primeiro comentário, e digressões correspondentes, Paulo Arantes, “O novo tempo do mundo”, (cit.).

60. T. J. Clark, “For a Left with no Future”, *New Left Review*, n.74, mar/abr 2012, pp.55-56.

congelamento entre 1815 e 1848 revelou-se mais adiante, quando o dique que protegia o anacronismo do Antigo Regime restaurado se rompeu, um momento entre dois paradigmas – prossegue T. J. Clark, sem se dar inteiramente conta de que está comprometendo sua hipótese no *future*. Se é verdade que chegara ao fim o grande arco do Iluminismo histórico, por outro lado, “sob a superfície polida da Restauração, os elementos de uma nova visão imantavam uns aos outros, invisíveis no entanto sob a sombra de Matternich, Ingres e o último Coleridge”, mas sobretudo irreconhecíveis naquilo que viriam a ser quando cristalizaram numa “forma de oposição”. É nisso, conclui, não sem paradoxo, que a Europa de Castlereagh se assemelha ao nosso mundo: todo um discurso e um conjunto de pressuposições emancipatórias derretem como neve ao sol, e não é nada certo que não tornemos a nos deparar com os elementos de uma outra linguagem, em meio ao “espetáculo generalizado da política congelada e da brutalidade econômica, mais o usual entusiasmo pelo último *gadget*”. Pensando bem, a Restauração seria a mais arriscada das comparações. E no entanto, sentimos no ar do tempo que deve ser assim mesmo.

Voltemos então à mencionada superfície polida da Restauração. Isto é, voltemos ao enfado sob o qual fervia o sangue de Julien Sorel no Hôtel de La Mole, tal como reconstituído no capítulo magistral de Auerbach⁶¹. Secretário de um grande senhor da Restauração, o marquês de La Mole, nem por isso um homem menos inteligente e cortês, o jovem herói de *O vermelho e o negro*, tão ambicioso quanto politicamente apaixonado pela carreira titanesca

61. Erich Auerbach, *Mimesis: il realismo nella letteratura occidentale* (Torino: Einaudi, 1956, vol.II, pp.220-233 e sqq.).

de Napoleão, choca-se e irrita-se durante os jantares do marquês aos quais sua condição de secretário subalterno obriga a comparecer. Choca-se, com o aparato completo da politesse restaurada: daí o tédio que alega não suportar, a monotonia que o obriga a lutar contra o bocejo e o sono. Ocorre que aquele tédio não era o de sempre, mas de um tipo novo – por onde principia a interpretação de Auerbach, que passo a acompanhar. O tédio em questão, junto com as maneiras requentadas que o destilam, não nasce de pessoas obtusas, pelo contrário, os frequentadores habituais do salão do marquês são em geral gente cultivada, brilhante e agradável. Aquela tédio era um tédio ele também restaurado, ou melhor, ele escorria da posição em falso da própria Restauração, pois os salões do Antigo Regime antes da guerra eram tudo menos entediantes, cuja escandalosa audácia decorria precisamente da inconsciência dos perigos que sua desenvoltura desencadearia contra a sua própria existência. Nos salões da Restauração, pelo contrário, evitava-se o mau gosto de falar daquilo que interessava, e como se isso não bastasse, esses reais homens de gosto, empregavam todo o seu tacto para não comprometer, ou se comprometer, aquele mesmo ritual. Desse novo empate paradoxal, transpirava porém enfado e sonolência, só que agora o Grande Medo, que aliás fora recíproco no face a face da ralé e seus senhores, estava na memória de todos. E portanto, à espera ansiosa de uma explosão a qualquer momento sob a qual velava todo o aparato da Santa Aliança – das expedições militares punitivas à reinvenção da alta polícia⁶², passando é cla-

62. É só repassar a sucessão de *affaires tenebreuses* em Balzac, o sistema de vasos comunicantes entre a alta sociedade da Restauração e as maquinações paralelas da polícia política e as transfusões desta com a *pègre* que mais adiante alimentaria a tropa de choque de Luís Napoleão.

ro pelo tédio polido dos salões restaurados. Antes de nos voltarmos para o extremo cuidado contemporâneo com os imperativos de emergência da civilidade, não custaria recordar mais uma vez que o tédio, quando igualmente difundido, desde o seu núcleo irradiador, nas altas esferas, pode muito bem ser princípio de tempestade – como no capítulo seguinte, o tédio ameaçador da Paris do Segundo Império que Benjamin situou entre dois massacres, os de junho de 48 e o dos versalheses enfurecidos novamente pelo Grande Medo. Mas sempre o tédio peculiar que impregna o sistema da polidez decorrente de todo *rappel à l'ordre*. Como será lembrado a golpes de matraca depois de Maio de 68. “La France s’ennuie”, o enorme bocejo profético de Viansson-Ponté, parece suceder em linha direta da cena na biblioteca do Hôtel de La Mole⁶³ – mas não seria bem um depoimento a favor das barricadas do Quartier Latin lembrar que o espectro de Julien Sorel rondava por aquelas paragens⁶⁴. A insolência de 68 é o desacato furioso da pasmaceira da modernização gaullista – o General ele mesmo, encerrada a Guerra da Argélia, costumava dizer que se aborrecia com a política pois não havia mais nada de heroico a fazer⁶⁵ –, à qual se segue, um ensaio geral da

63. Há todo um capítulo esperando ser escrito a respeito daquele tédio precursor de Maio. Jean-Pierre Le Goff iniciou-o, lembrando justamente da definição de Véronique Nahoum-Grappe, segundo o qual o tédio sempre indica o tempo social que está fazendo, *Mai 1968: l’héritage impossible* (Paris: La Découverte, 1998, p.37). Onde o tédio se instala nestes moldes, é um horizonte de expectativas que se abre. E o gatilho, como sabemos, é a falta de tacto, orientada pelo barômetro errado.

64. O filme de Woody Allen, *Match Point* (2005), poderia muito bem ser revisito por esse ângulo, claro que sem guilhotina e ambições bem sucedidas abaixo de zero. O ponto para o protagonista – um escrachado decalque de Jean Sorel e seu émulo russo Raskolnikof – é ser bem “avaliado” de acordo com o retorno dos sucessivos investimentos no seu “capital humano”, e por aí conquistando a adesão desatenta do espectador.

65. Anedota recontada por Jean-Pierre Le Goff, op. cit. p.30.

Restauração que se instalaria de vez depois da Queda, anunciadas já em junho de 68 com a vitória da Reação, elegendo um outro Parlamento do Medo.

Desde então assistimos ao disparate histórico de uma contrarrevolução preventiva deflagrada na ausência de qualquer ameaça real de alguma toupeira revolucionária abrindo seu caminho pelos subterrâneos da ordem. Esse, aliás, o paradoxo assinalado em primeira mão por Marcuse no início dos anos 70⁶⁶. A polidez restaurada na linha de frente da ordem, ameaçada não se sabe bem por que nem por quem, nasce justamente desse descompasso, e portanto como um ritual (novamente) para exorcizar o medo e medo provocado por um novo e crescente sentimento de insegurança que aos poucos se converte num paradigma de governo. Sob o nome de civilidade, a *politesse* restaurada como contraveneno é um prolongamento da política por outros meios, mas de uma “política despolitizada”⁶⁷. A narrativa é bem conhecida, duas palavras bastarão. O contragolpe da reestruturação produtiva – deslocando mundialmente os elos relevantes das cadeias produtivas com os recursos da reviravolta gerencial-digital etc., concebida para este efeito e não o contrário –, destinado a quebrar a espinha do crescente poder social (mas não revolucionário) da classe trabalhadora do núcleo orgânico, ao surtir o efeito desejado, produziu um efeito colateral com o qual ninguém contava: já era tarde quando se redescobriu a dimensão pacificadora da luta de classes como luta institucionalmente sublimada pelo reconhecimento social do campo subordinado pela relação assimétrica do assalariamento; como obviamente não interessa nem

66. Herbert Marcuse, *Contre-révolution et revolte* (Paris: Seuil, 1973).

67. Na expressão de Wang Hui, citada por Perry Anderson, *op. cit.*

é possível voltar atrás (nem os prejudicados tem a força para tanto, isto é, para voltar a serem explorados como nos bons velhos tempos), resta a fuga para frente de parte a parte, à medida em que se envenena a grande ferida narcísica aberta pela crise da estagflação nas prósperas sociedades do Atlântico Norte: que se descobrem da noite para o dia nem igualitárias, nem coesas e muito menos pacíficas, tudo levando a crer que o processo civilizador cuja anatomia promissora Norbert Elias concluíra justamente no ano mesmo em que Hitler invadira a Polônia, mudara de mão e iniciara sua curva descendente⁶⁸. Estava aberta a temporada das incivildades, à cuja escalada, numa época de alternativas rifadas, responderia uma demanda equivalente no zelo civilizador – “desbarbarizador”, diria o outro⁶⁹. Pelos anos das primeiras publicações relevantes, podemos até dar a data (francesa, por certo) de inauguração dessa nova e aguda suscetibilidade para os atos de incivildade percebidas desde então como algo

68. Ver Loïc Waquant, “O retorno do recalcado: violência urbana, raça e dualização em três sociedades avançadas”, ANPOCS 1993, recolhido na coletânea do autor organizada por Luiz César de Queiroz Ribeiro, *Os condenados da cidade* (Rio de Janeiro: Revam, 2001). Para uma outra variante dessa mesma narrativa, aliás variante limítrofe pois a antiga centralidade da categoria do trabalho na explicação sociológica foi substituída pela violência, com o sinal trocado, é evidente, pois se trata da figuração contemporânea do mal absoluto, ver Michel Wieviorka, por exemplo, entre outros títulos, “O novo paradigma da violência”, *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, São Paulo, 9(1), maio de 1997, pp.5-41.

69. Para o “tempo das incivildades”, o último capítulo de Robert Muchembled, *La société policée*, op. cit., um inventário clássico que começa sempre pela constatação da atrofia do confronto regrado de classes e culmina na contracultura incendiária das *banlieues* recorrentemente amotinadas etc. Uma fratura – social, intergeracional etc. – impede que os descartados se reconheçam nos veteranos formados no tempo do pleno emprego, do Estado forte, “da luta de classes ativa e da polidez imposta pelas diversas instâncias de socialização”, op. cit. pp.297-298. Ver ainda Hugues Lagrange, *La civilité à l'épreuve* (Paris: PUF, 1995); Denis Duclos, *De la civilité: comment les sociétés appriivoisent la puissance* (Paris: La Découverte, 1993); Sebastien Roché, *Le sentiment d'insécurité* (Paris: PUF, 1993).

endêmico: meados dos anos 80, um pouco mais. Quanto à hora histórica, são outros quinhentos, sobretudo por se tratar da nossa – e trocaríamos seis por meia dúzia se nos aferrarmos a rótulos que de tão inquestionavelmente evocados perderam os dentes: colapso da modernização, ou colapso da pacificação, ou da civilização dos costumes. O fato é que a boia de salvação da polidez é um atestado eloquente, pelo inusitado do apelo, de uma, ou melhor, da ruptura de época em que nosso tempo se encapsulou. Eis o pacote (sempre francês) que se desfez: o sentimento de insegurança pessoal aumenta à medida em que as convenções públicas da luta de classes se desmancham por déficit na adesão coletiva, isto é nacional, ao Estado, social no caso, que por sua vez tutela o autocontrole pulsional dos seus cidadãos. Trocando em miúdos: fazia tempo não só que as classes laboriosas haviam deixado de ser perigosas mas que a civilidade plebeia do trabalhador reconhecido na sua integridade de cidadão de pleno direito passava por exemplar, e não só aos olhos de comunistas em período eleitoral. Tudo se passa como se o auge fordista multiplicasse os dispositivos de politesse, da família (e sua respectiva “polícia”) à usina, cuja gravitação de conjunto, por sua vez, teria arrematado todo o processo de pacificação dos costumes, que dada as peculiaridades da centralização francesa, repousava sobre uma não menos singular convergência: de um lado, impulsionado pela cristalização de uma sociedade salarial⁷⁰, a dita “pacificação dos costumes repousava sobre uma forte adesão às exigências morais nascidas da polidez”, por outro, “as mensagens difundidas

70. Na acepção que lhe deu, por exemplo, Robert Castel, *As metamorfoses da questão social* (Petrópolis: Vozes, 1998).

pela esfera pública eram de fato apaziguadoras”⁷¹. Noutros termos, o sistema da polidez passara a integrar todo o sistema (republicano, vá lá) de segurança pública. Por seu turno, ancorada esta última nas duas colunas básicas da sociedade, a integridade corporal e a inviolabilidade do domicílio: mantida a primeira à distância dos outros corpos pelos códigos de polidez, judiciário e polícia vigiavam quanto à proteção de um e outro, corpo e domicílio. Faz assim sentido que a maré percebida de incivildades se apresente de início como um ameaçador som ao redor, odores não menos intoleráveis que determinadas atitudes desagradáveis em público, agressões identificadas como tais por concernirem essencialmente a relação com o corpo e o domicílio.⁷² Essa a via real por onde principia a escalada descivilizadora⁷³. Sendo assim o sistema da polidez uma extensão do princípio de segurança pública, compreende-se que um ato dito de violência política cega seja percebido antes de tudo como um atentado aos fundamentos da civilidade. E esta última, em consequência, mobilizada com ânimo securitário. Como nos sentimos todos à beira de um descomunal desastre, as boas maneiras, ao apaziguar – como outrora a alta cultura –, ganham um pouco mais de tempo, como quem dilata prazos⁷⁴.

71. Robert Muchembled, op. cit. p.314.

72. Cf. Idem Ibidem.

73. Novamente uma questão de classe, como mostra Loïc Waquant analisando a despacificação da vida diária no gueto negro americano, uma reversão daquelas tendências que Norbert Elias identificou como civilização dos costumes e cuja causa principal deve ser buscada numa ação-omissão deliberada de um Estado empenhado na fabricação do mito de uma *underclass* intratável e portanto alvo preferencial do direito penal do inimigo e sua correspondente onda punitiva. Ver por exemplo, “Descivilização e demonização”, em Loïc Waquant, *As duas faces do gueto* (São Paulo: Boitempo, 2008).

74. Como voltaremos ao argumento, limito-me a citar uma caracterização do ponto a que chegamos: “a segurança é conseguir se manter à beira do desastre.

O sinal de alarme quando soa é quase sempre ouvido como um apelo à civilidade. Bastam duas amostras. Lá para o fim dos anos 80, uma professora de direito, deitada ao sol de uma praia francesa, observa seus companheiros de infortúnio: uma ilha de sossego cercada de grosseria por todos os lados, das mais brandas às mais boçais. Nativos e turistas, cada um se destacava por algum insolente ou indiferente desrespeito. Devaneio de uma veranista cujas duas semanas de férias se arruínam: sonha acordada com “belas jovens, loiras, altas, esbeltas e diáfanas, pedalando preguiçosamente bicicletas cor-de-rosa chegando à praia e com um adorável sorriso”... aplicam multas. Sonhava em suma com uma “polícia de impolidez”⁷⁵. Um jato de areia acompanhado de uma palavra de zombaria, trazendo-a de volta para a realidade, desperta o seu bom senso jurídico. Não, nenhuma sanção pode transformar em multa um esbarrão intencional no metrô, a resposta atravessada de um plantonista no hospital etc. Embora se encontrem no terreno comum do dever-ser, prossegue nossa autora, tudo separa esses dois sistemas de normas que são o Direito e a Polidez. Os manuais de cortesia não obrigam, não emanam de nenhuma autoridade reconhecida, não há jurisprudência que permita interpretar as diversas maneiras de cumprimentar – e por aí vamos, sempre pelo caminho da razoabilidade. E no entanto, fala mais alto e mais fundo – verdadeira assinatura do tempo – o sonho acordado com uma sociedade polida e policia-

A segurança determina essa temporalidade do prazo, do ‘tempo que resta’ – como no quítinete de São Paulo. A segurança é: ainda um pouco, sempre igual. A segurança reconduz, persevera, insiste”, Frédéric Gros, *Le principe sécurité*, op. cit. p.237.

75. Cujo trabalho no rescaldo de Maio podemos imaginar. Régine Dhoquois, “Sob contrato”, em *A polidez*, op. cit. p.103.

da, com uma reversibilidade das normas, jurídicas e de polidez, que não se pode, é claro, enunciar, tão somente aspirar como um ideal, justamente, de civilização. A maré que trouxe de volta a autoridade ideológica do Direito – conforme refluía a percepção dos conflitos e desigualdades abafados pela panaceia dos contratos –, trouxe junto a invocação encantatória da civilidade, a obrigação de ser polido em qualquer circunstância – sendo as de hoje praticamente impossíveis. Estado de Direito e Civilidade seriam a rigor intercambiáveis, irmanados no propósito comum de sancionar todo e qualquer desvio na sociedade consensual em que ingressamos – não por acaso os espaços de rejeição social são sempre concomitantemente espaços de não-direito e de incivildades selvagens⁷⁶. Como sabemos, o famigerado e crescente sentimento de insegurança atual tem a ver com a imperiosa necessidade de contenção da expansão desses espaços, que hoje se confundem com o mundo para além das “linhas globais de amizade”, como se dizia nos primórdios da expansão ultramarina do capitalismo europeu⁷⁷. E este sentimento

76. A mesma Régine Dhoquois, de cujo artigo abusei um pouco, também se pergunta: “como ser polido em circunstâncias em que ser considerado um ser humano já é difícil?”. Ou ainda, antecipando as questões do “assédio” que madrugavam no mundo do trabalho: “de que meios dispõe o empregado para sancionar a falta de consideração todavia frequente por parte de seu superior na hierarquia? Nenhum, exceto a demissão ou... o insulto, que justificaria a exoneração!” (Op. cit., p.110). Todavia Maio ficou para trás, menos a antiga convicção de que relações de produção fundadas na exploração também devem correr pelo trilho da observância da mais exuberante escola nacional de polidez. É quando recomeça a parolagem da “educação para a cidadania” – e o alerta vem da nossa autora, depois de reparar que a autocomplacência na redescoberta dos “direitos humanos” também estava indo longe demais.

77. Até onde sei o primeiro a se referir a tais linhas globais foi Carl Schmitt, em *O nomos da terra* (1950). As novas “linhas globais” são hoje transnacionais, cortando por dentro das sociedades redescritas pelo prisma obsessivo da violência. Assim, segundo o mesmo artigo de Wieviorka, citado em nota anterior, “o caso da França é impressionante, e talvez mesmo excepcional, pois a violência invade os meios de comunicação e a opinião pública, quer se trate dos

– que caracteriza as sociedades de hoje como comunidades imaginadas de insegurança⁷⁸ – tornou-se a prova dos nove da civilidade. Quando se formar, e organizar em rede, uma associação das vítimas da falta de tacto, perceberemos enfim que o apelo à polidez terá conhecido a mesma sina dos direitos humanos, que não chegaram às comunidades do medo que hoje formamos, “sob a forma de igualdade, felicidade e liberdade, mas sim de culpabilização, penalização e punição, integrando um movimento mundial de obsessão punitiva crescente”⁷⁹. Mais uma vez: não é nem de longe o caso do nosso filme falado, mas é inegável que se trata a seu modo de um filme-catástrofe e que a conversa é tanto mais cheia de tacto porquanto paira sobre todos a sensação de trocar gentilezas à beira de um mar de inseguranças.

subúrbios e bairros de *relégation*, da escola pública, dos meios de transporte, das incivildades que alimentam essencialmente o sentimento de insegurança, ou o terrorismo islâmico, cujas expressões mais recentes permitem fundir em um mesmo sentimento a imagem de uma ameaça interna, social, juvenil e urbana, e a de uma ameaça vida de fora, religiosa e árabe”, op. cit. p.10. Faltou interrogar a hora e o lugar histórico da constelação que subiu aos céus: uma sociedade corroída pela metástase da violência e (de novo) o devaneio da segurança garantida *in extremis* por uma polícia das incivildades – uma alternativa que Adorno, nisto mais convencional, não cogitara, embora, muito mais drástico, estivesse convencido de que a tendência imanente da civilização baseada no valor era mesmo explodir.

78. Mais exatamente, “comunidades do medo”, na expressão original de Jacques Rancière, “O princípio da insegurança”, Folha de São Paulo, 21 de setembro, 2003, caderno Mais!, p. 3. Para um comentário explicativo, Paulo Arantes, “Alarme de incêndio no gueto francês”, loc. cit.

79. Helena Singer, “Direitos humanos e volúpia punitiva”, Dossiê Direitos Humanos no Limiar do Século XXI/Revista USP. “O debate em torno dos valores de liberdade, felicidade e igualdade está se restringindo ao tema da penalização que é, fundamentalmente, conservador. Assim, a luta pela igualdade racial centraliza-se em torno da penalização da discriminação; a luta pela igualdade sexual busca, além dessa mesma penalização, também a criminalização de um conjunto de práticas, agora denominadas ‘assédio sexual’ [...]”. A autora se refere ao desembarque desastroso dos Direitos Humanos no Brasil – mas não só, a onda punitiva que trouxe até a praia aquela derradeira mensagem na garrafa é sem dúvida mundial, e de época: como estamos vendo, nosso último e encurtado horizonte de expectativa.

A segunda amostra também foi colhida na cena francesa contemporânea. Por ter sido uma sociedade nacional de nascença, antagonismos de classe incluídos, é nela que irá se desenrolar, na sua maior intensidade dramática, a percepção de um desastre em curso, a desagregação do mítico “viver junto” republicano. Sabemos também que o dique da coesão social – que segundo a lenda republicana repousava desde sempre sobre ligações de civilidade – rompeu-se paradoxalmente por força do debilitamento do conflito de classes herdado da era industrial, por assim dizer “melado” por uma massa avulsa de indivíduos que “se viram” na mais completa adversidade, e o que é mais assustador nessa mutação da massa organizada em massa não organizada (para falar como Freud), é sob o império do medo que se vê empurrada para a destrutividade coletiva, própria de estados de violência, no varejo e no atacado. Cujas emergências (nos dois sentidos) é então esconjurada por apelos recorrentes a uma nova geração de civilidades pacificadoras. Só que desta vez, a tábua de salvação do processo civilizador viria do próprio mundo do trabalho desbaratado pela contrarrevolução gerencial: a civilidade do viver junto virá do trabalho vivo “desgerenciado”, ou não virá. Simplificando ao máximo, é o que se depreende dos últimos estudos de Christophe Dejours e colaboradores⁸⁰. Numa palavra, os teóricos (e consultores...) da assim chamada psicodinâmica das situações de trabalho, consideram possível reverter, aqui e agora, “no coração da cidadela capitalista liberal”, o movimento sinistro que um livro anterior, *Souffrance en France* (1998), identificara

80. Particularmente, *Trabalho vivo* (Brasília: Paralelo 15, 2012, dois volumes) e *Conjurer la violence* (Paris: Payot, 2007), este último um relatório coletivo coordenado por Dejours no âmbito dos estudos preparatórios para a elaboração do Plano Violência e Saúde.

de forma inapelável: o zelo no trabalho – quer dizer aquela liberdade de mobilizar inteligência e afetos na transposição do fosso que separa o trabalho prescrito do trabalho real –, conduzindo sua organização coletiva à banalização da injustiça social, exportando para o conjunto da sociedade a violência gerada nos laboratórios de crueldade em que o mundo destrozado do trabalho se converteu. A demonstração terrível era de que só o zelo do trabalho vivo, movido pelo reconhecimento social que por sua vez o alimenta, pode produzir o pior dos mundos possíveis⁸¹. Mas como o desastre atual impulsionado pela virada gestonária é recente (sic), ainda é possível reencontrar sob a brasa dormida do medo a face luminosa do zelo. Reorganizado pela cooperação redescoberta como fonte de civilidade, é no trabalho que se refará o aprendizado social a respeito da “dignidade do outro, a cautela, a entreajudada, a solidariedade, a implicação nos espaços de liberação e a apren-

81. Foi assim com a máquina nazista de extermínio – no caso, dos judeus da Europa –, que simplesmente não seria nada sem essa terrível capacidade de agenciar milhares de seres humanos e extrair deles uma paradoxal coordenação e cooperação de inteligências e subjetividades singulares: nada mais nada menos do que “trabalho”, da malha ferroviária de deportação à química fina das câmaras de gás passando pelas proezas gestonárias na formação de um cadastro dos atendidos pelos serviços de seleção e eliminação. Recordo que o golpe de vista de Christophe Dejours, amparado na ampla revisão da literatura sobre a Shoah, pelo prisma do “trabalho atroz”, empreendida por Joseph Torrente – consistiu em fugir do amálgama trivial entre o sistema nazi de violência e o descalabro dito (erroneamente) “totalitário” do capitalismo de hoje, demonstrando que só agora, decifrado o sistema de “colaboração” na desgraça econômica e na miséria psíquica em que se transmutou o zelo livremente consentido com que se dissemina a “sujeira” no trabalho das empresas de última geração, terá sido possível finalmente entender o que foi o verdadeiro “trabalho do mal” operado pelo Terceiro Reich. Que a iluminação seja retrospectiva, sugere a que ponto chegamos – o que se consegue extrair de homens comuns que trabalham zelosamente porém devidamente insensibilizados por tais expedientes e armadilhas defensivas. Cf. Paulo Arantes, “Sale boulot”, *Tempo Social*, 23(1), junho de 2011, recolhido depois no livro *O novo tempo do mundo* (São Paulo: Boitempo, 2014).

dizagem dos princípios mesmos da democracia”⁸². Veneno e remédio, como se dizia nos tempos em que os desconstrucionistas reviravam a farmácia de Platão. Chamado a conjurar a violência em nossa hora final – que por isso mesmo pode sinalizar um recomeço –, e chamado de volta à sua antiga centralidade pelo viés do sofrimento social, que ora agrava, ora transfigura e supera, o trabalho, ou melhor, o fato de trabalhar⁸³, representando assim uma real força pacificadora, vem a ser igualmente a derradeira fonte de civilidade disponível, e mais, uma “outra civilidade”, diversa da combatida e frágil civilidade freudiana ancorada nos recalques e sublimações que se sabe. Mais um passo e a civilidade de contenção da violência e promoção da saúde (etc. etc.) por meio do viver-junto no trabalho se tornará objeto de “políticas públicas”⁸⁴. Não surpreende, ou por outra, é altamente revelador do atual curso do mundo, e de sua refração ao longo do estágio mais recente na evolução da Teoria Crítica, que a campanha iluminista de Adorno emende uma geração depois, e sob o mesmo signo da urgência, nas providências dos teóricos e operadores da mais estimulante teoria crítica do trabalho hoje, que se voltam *in extremis* para a demanda de empresas

82. Christophe Dejours, *Trabalho vivo*, ed. cit. vol. II, p.209.

83. Para este olhar clínico, nascido da observação dos processos de luta dos homens e das mulheres para preservarem seu equilíbrio mental na maré adversa dos constrangimentos patogênicos exercidos pela organização do trabalho, este último não se apresenta nem encapsulado numa relação social específica, a relação salarial, muito menos como mero “emprego” ou função produtiva, mas significa “o fato de trabalhar: os gestos, o saber-fazer, o engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir a diferentes situações, é o poder de sentir, de pensar, inventar etc.”, Ch. Dejours, *Trabalho vivo*, ed. cit. vol.II, p.24.

84. “Os experimentos em curso, mesmo se coroados de sucesso, não terão grande incidência na cidadela se não forem acompanhados de políticas públicas”, Idem *Ibidem*, p.209. Grifo meu, pois não há o que não caiba hoje no seio bíblico das Políticas Públicas. Decididamente nunca nos “governamos” tanto.

assustadas com a carnificina desatada em suas engrenagens, como uma geração antes apelava ao aparato educacional de um Estado de Direito restaurado depois da derrota militar do nazismo. Tampouco é fruto do acaso, seja dito de passagem, que o último Foucault tenha cogitado, sem entrar em maiores detalhes, uma “governamentalidade” de esquerda, e que esta mesma esquerda estaria devendo, ao final de uma série histórica de horrores decalcados de outras racionalidades governamentais: liberais, burocráticas etc.⁸⁵. Vá saber como seria concebida essa governamentalidade alternativa – e alternativa, entre outras hipóteses, à fusão monstruosa de governo político dos homens e a administração das coisas; seja como for, já a própria redescoberta das tecnologias antigas e modernas de “governo de si”, sugere que cedo ou tarde, uma tal reconstrução prospectiva se enredaria na tarefa, digamos, minimalista, de recomposição dos cacos da civilidade. Com o sinal de alarme soando, as pessoas passariam a “cuidar” de si e dos outros.

“Numerosos elementos dessa análise são frutos de investigações, pesquisas e intervenções conduzidas no campo das empresas, dos quais alguns já fizeram suas provas. Isso deve ser sublinhado, experimentos em escala real são possíveis no coração da cidadela capitalista liberal. São ainda limitados e permanecem todavia horizontais e pontuais. Respondem a demandas de empresas privadas, o que sugere que em detrimento da unanimidade aparente do patronato e dos Esta-

85. Michael Foucault, *Naissance de la biopolitique* (Paris: Gallimard, 2004, aula de 31 de janeiro de 1979). Para um comentário à altura ver a conclusão de Pierre Dardot e Christian Laval, *La nouvelle raison du monde: un essai sur la société néolibérale* (Paris: La Découverte/Poche, 2010).

dos nacionais, certos dirigentes estão mais divididos do que pode parecer e oferecem seu aval a experimentos que seguem na contracorrente do pensamento dominante [...] Reverter o sentido da evolução atual em matéria de organização do trabalho passa pela vontade de retomar o controle sobre as ciências da gestão. Menos para expulsá-las ou suprimi-las do que para reorientar os seus pressupostos intelectuais e o espírito de seu encaminhamento. Retomar a condução sobre as ciências da gestão significa reintroduzir a perspectiva das ciências do trabalho na direção das empresas, acordando-lhe o estatuto de referência decisiva para justificar as novas escolhas organizacionais a serem feitas”⁸⁶. É possível que essa dimensão afirmativa da psicodinâmica das situações de trabalho constitua um risco inerente à natureza mesma da “clínica” – no caso, “clínica da cooperação” –, sobretudo quando empenhada em desativar as fontes patogênicas da “cooperação defensiva”, inspirada pelo “medo” decorrente das “distorções” gerencialmente calculadas para reforçar a denegação do “real do trabalho”, como se diz nessa literatura. Geralmente associada à denegação do sofrimento na relação com o trabalho, essa denegação do “real do trabalho” é base de uma “distorção comunicacional” que por sua vez configura toda uma estratégia gerencial centrada no mito do “fator humano” como causa de todos os desvios – devidamente e encarniçadamente sancionados – da organização “prescrita” do trabalho⁸⁷. A clínica obviamente vai na direção contrária, por considerar “o trabalho or-

86. Christophe Dejours, *Trabalho vivo*, ed. cit., vol. II, p.208.

87. Cf. *Souffrance en France*, ed. cit., p.74.

dinário uma oportunidade de formação, entre os elementos de um coletivo, dos elos que não são apenas de regulação quanto à eficiência do trabalho, mas presidem também a reestruturação do viver junto e da comunicação orientada rumo ao entendimento”⁸⁸. Dejours é o primeiro a assinalar a ironia desse rodeio todo em torno da teoria do *agir comunicativo*, concebida justamente para banir do diagnóstico das patologias contemporâneas a centralidade do trabalho que a clínica no entanto procura confirmar pelo filtro do sofrimento social. Como se esse quiproquó não bastasse – e estamos no encalço das forças suscetíveis de desestruturação das ligações de civilidade que o fato de trabalhar por si só propicia –, ao virar uma página num livro da socióloga Eva Illouz sobre a mobilização capitalista dos afetos – entendendo por afeto, “a energia interna que nos impele a agir” –, nos deparamos com o seguinte lembrete: “os sociólogos estão tão acostumados a associar a ‘comunicação’ a Habermas, que se esqueceram que já fazia três ou quatro décadas que a ideia e o ideal cultural de comunicação circulavam na literatura sobre administração e na cultura popular. A ideia terapêutica de ‘comunicação’ passou a designar os atributos afetivos, linguísticos e, em última instância, pessoais do bom administrador e membro competente da empresa”.⁸⁹ O herdeiro Axel Honneth também entra na dança quando a literatura se esmera nas providências destinadas a prevenir conflitos e criar “cadeias de cooperação”. Uma delas é a técnica

88. Trabalho vivo, Vol. II, cit. p.52.

89. Páginas 30-31 da tradução brasileira que recebeu o título estapafúrdio de *O amor nos tempos do capitalismo* (Rio de Janeiro: Zahar, 2011).

da “escuta ativa” – segundo o filósofo, escutar o outro permite que o indivíduo gere o que chama de “reconhecimento”, a compreensão positiva que as pessoas têm delas mesmas, uma vez que a autoimagem depende da possibilidade do indivíduo ser continuamente respaldado pelos outros. Até aqui o filósofo, agora o comentário, aliás amistoso, da socióloga Eva Illouz: “A ‘comunicação’ instala técnicas e mecanismos de ‘reconhecimento social’, criando normas e técnicas para aceitação, validação e reconhecimento dos sentimentos alheios [...] A comunicação, portanto, é um repertório cultural que pretende fomentar a cooperação, prevenir ou resolver conflitos e respaldar o sentimento de individualidade e identidade. Em outras palavras, ao mesmo tempo que as interações sociais no trabalho exigem cada vez mais que o eu exerça sua interioridade autêntica (sob a forma de sentimentos e necessidades), o credo terapêutico instala um mecanismo de reconhecimento social mediante o qual o eu assim exposto possa ser protegido. Portanto a comunicação é um modo de definir uma forma de sociabilidade no qual um senso sempre precário do eu deve ser preservado. Com isso, a comunicação define uma nova forma de competência social em que o manejo afetivo e linguístico do eu visa estabelecer padrões de reconhecimento social”⁹⁰. Prolonguei a citação até o ponto em que o “capitalismo afetivo” – que tornou emocional o eu econômico e atrelou os afetos à ação instrumental –, ao incitar as pessoas a “serem afáveis” ao se verem pelos olhos de terceiros graças ao mecanismo do reconhecimento social – como se viu, e se a

90. Idem *Ibidem*, p.35.

autora tem razão, um dispositivo em que não apenas qualificações, mas “pessoas inteiras” são envolvidas e avaliadas no processo de trabalho –, também alega ao seu favor um cuidado novo e muito especial com um ser vulnerável e carecido de proteção, o que nos devolve ao patamar atual da civilidade como último recurso. Só que, no contexto, a maré adversa cresce – até à explosão, *burn out* no caso – graças a um outro curto-circuito, o da avaliação.⁹¹ Assim, o mesmo dispositivo que comunica e reconhece também avalia, e, ao avaliar, também seleciona e elimina.

Todavia, vamos antecipando, a última palavra sobre o “capitalismo emocional” ainda não foi dita. Precisaremos descer aos seus porões. Por exemplo, em companhia de Arlie Hochschild, entrevistando babás filipinas e mães indianas de aluguel. Em ambos os casos, a figura arquetípica do trabalhador homem, ligado em tempo integral à produção, foi substituída por uma outra moldura, na qual se enquadra a trabalhadora, mulher, móvel, mas ligada desta vez aos serviços.⁹² Essa moldura é a de uma “tragédia estrutural” a da trabalhadora migrante, cuja atividade não é mais uma tarefa física na esfera da produção mas “o trabalho emocional de cuidar de pessoas. Uma parte desse trabalho emocional é enfrentar as dilacerantes rupturas na sua relação com a própria família e consigo mesmo. E essa face oculta dessa trabalhadora emocio-

91. Ver a respeito, Yves Charles Zarka, “L'évaluation: un pouvoir supposé savoir”, Paris, Cités, 2009-1, n.37 pp. 113 a 123.

92. Cf. da autora, “Nos bastidores do livre mercado local: babás e mães de aluguel” em, Helena Hirata e Nadya Araujo Guimarães. *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do “care”* (São Paulo: Atlas, 2012, pp.185-198).

nal reflete os enormes custos da vida em um mercado totalmente livre”. Desta vez longe dos Campos, essa a vida *nua* (uma outra) em um mundo de puro mercado. Esse o pesadelo. Nenhuma polícia, nenhum carcereiro, nenhuma coerção física. “Apenas governos que conduzem sob circunstâncias horrendas as escolhas que os indivíduos fazem ‘livremente’, como faz a trabalhadora migrante ao abandonar seus filhos, ou mãe de aluguel ao gestar um filho alheio em troca de dinheiro. Neste instante estamos diante de um mundo vazio, um mundo de pessoas sem qualquer apoio e que vão realizando escolhas aparentemente ‘livres’”. Vazio porém povoados por um “exército da sombra” – como se dizia nos tempos da Ocupação e do regime de Vichy –, composto por uma legião de babás, cuidadoras (*auxiliaires de la vie* – “nua” novamente?), faxineiras, ajudantes familiares etc., “relegado aos bastidores de um mundo da *performance*, que os quer ignorar”⁹³. Pois é essa “visão de subalternos, de negros, mulheres...” que irá se contrapor à pantomima do “reconhecimento” encenada no topo da pirâmide do capitalismo emocional. Do ponto de vista gestorário-concorrencial prevalecente, o real “envolvimento” (outra palavra só lâmina e de dois gumes) é um mistério a ser explorado, persistindo ou não o enigma: um trabalho que não pode ser medido – e por isso mesmo intensificável quanto se queira – e no entanto ainda pode ter sentido e “valor” para a pessoa que o realiza? Daí a brutalização que as condena à blindagem defensiva na indiferença. Recomeçando o ciclo do tra-

93. Pascale Molinier, “Ética e trabalho do *care*”, em Helena Hirata e Nadya Guimarães, *op. cit.* p.42.

balho atroz contra o pano de fundo da “indiferença dos privilegiados”, ou a aleatória “gratidão” dos clientes. Em qualquer circunstância – geralmente horrendas, como lembrado pelas autoras –, o script dos afetos positivos deve permanecer em prontidão para o que der e vier. A hipótese estratégica é a de que o mundo das classes confortáveis e bem “cuidadas” simplesmente não funcionaria sem o trabalho do *care*, de sorte que o jogo no capitalismo emocional não está inteiramente perdido. Resta saber se é este o elo mais fraco, ou o mais forte, de uma outra cadeia de cooperações.

3.

Foi quando o mundo se descobriu *vulnerável*. A bem dizer, de uma hora para a outra, um sentimento primordial se apresentou como novidade, e uma novidade redentora, a revelação mais ou menos recente, ou pelo menos com a idade da expansão global da economia de serviços, de que afinal “somos todos vulneráveis e necessitamos de cuidado, em algum momento de nossas vidas, e somos portanto, e ao mesmo tempo, provedores e beneficiários de *care*, ao longo da história de nossas vidas” – como se diz na apresentação da obra coletiva sobre o trabalho de *care* de que há pouco falávamos⁹⁴. Passemos então a uma cena,

94. Helena Hirata e Nadya Guimarães, op. cit., p.2. Além é claro, como sublinhado pelas autoras, da “tendência ao rápido desenvolvimento do envelhecimento das populações dos países industrializados que requer do Estado, do mercado e das famílias soluções para o cuidado dos idosos dependentes”, situação à qual se soma “o fenômeno da entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, nos últimos decênios em praticamente todos os países do mundo”.

descrita e analisada por Pascale Molinier, neste mesmo livro sobre o “mundo vulnerável”, redescoberto e politizado no estudo pioneiro de Joan Tronto⁹⁵. Será preciso dar a cena por extenso, narrada em 1991 pelo escritor Hervé Guibert, doente e contaminado pelo HIV, num momento em que a vida de um soropositivo estava mesmo pela hora da morte, como o “mundo vulnerável” de hoje:

“Outro dia, entrando naquele café da rua Alésia, onde há dez anos bebo de vez em quando alguma coisa no balcão apesar da frieza, senão da antipatia que os garçons me reservam, tropecei no degrau ao empurrar a porta e fui ao chão de joelhos diante dos clientes sentados às suas mesas e que não foram capazes de ajudar-me a levantar. Aquele brusco instante durou uma eternidade: todos estavam estupefatos ao ver aquele homem jovem arrasado, de joelhos, sem ferimento aparente mas misteriosamente paralisado. Não houve troca de palavras, não precisei pedir ajuda a ninguém, um dos dois garçons que sempre considerava um inimigo aproximou-se de mim, tomou-me em seus braços para me recolocar em pé, *como se fosse a coisa mais natural do mundo* [grifo meu, PA]. Eu evitava cruzar os olhares dos outros clientes e o outro garçom, no outro balcão, perguntou-me: ‘um café pro senhor?’. Sou profundamente grato a esses dois garçons, de quem não gostava e que para mim me detestavam, por terem reagido tão espontaneamente e tão delicadamente, *sem a menor palavra inútil* [grifo meu]”.

95. *Un monde vulnerable*, título da tradução francesa (Paris: La Découverte, 2009), de *Moral Boundaries: A Political Argument for na Ethic of Care* (1993), de Joan Tronto. O artigo de Pascale Molinier é o mesmo da penúltima nota, “Ética e trabalho do care”.

Uma situação exemplar de *care* em sua acepção mais enfática, sobretudo por transcorrer num cenário de trabalho, longe portanto da visão redutora do cuidado terapêutico como algo meramente curativo⁹⁶. Por outro lado, revendo a cena, ou melhor, imaginando a cena – o garçom até então julgado hostil ou distante, e que provavelmente continuará assim depois do episódio, nunca saberemos ao certo, que recolocava em pé aquele homem portador de todos os estigmas de uma doença assustadora, “como se fosse a coisa mais natural do mundo” –, nela reverbera, noutra vertiginoso relance, a tirada do personagem do filme de Truffault, acerca da diferença imperceptível porém essencial entre polidez e tacto, sendo que, no caso deste último, surpreender uma mulher inteiramente despida num toalete masculino também é encarado como a coisa mais natural do mundo, como atesta o “Pardon Monsieur” que lhe recobre o sexo com a discrição dos vau-devilles onde, por definição do gênero, nada se sabe mas tudo se vê, e vice-versa. Malgrado a distância incomensurável entre os dois gestos – e ao primeiro é preciso ain-

96. Que no entanto também é o caso, pois se trata de um homem doente, que no seu “protocolo compassional” narra igualmente suas relações com os médicos, distinguindo entre a solicitude sentimental e exagerada de uns, e a aparente rispidez daqueles que apostam na dessensibilização da relação médico-paciente, cuja função defensiva não lhe passa despercebida, sobretudo como blindagem assentada entretanto em pequenas atenções que o mantêm, completa Molinier, “este jovem em corpo de ancião, do lado dos vivos, numa rede de relações comuns e não do lado daqueles ‘jovens cadáveres de olhar em brasa’ que ele cruza no hospital, apavorados com a própria imagem, e a quem se faz sentir o horror que suscitam nos outros e o inevitável de sua morte próxima”. É este trabalho de ressignificação em situações terminais que nos interessa destacar nos cuidados de reparação que recaem sob a rubrica genérica do *care*. Nem as “tranquilizações de que se cercavam os romanos do Baixo Império que eram antes de tudo, como observou Paul Veyne, no capítulo citado da *História da vida privada* (I, p.218), “preocupação com a segurança, à custa de certa diminuição da envergadura do eu”, nem companheirismo hiperbólico como se vê nas dúzias de filmes acerca das barreiras e preconceitos de classe vencidos e curados pelos serviços do cuidado, sobretudo quando prestados por atores carismáticos.

da acrescentar o oferecimento do café como a um cliente recém-chegado ao balcão em condições normais –, não se pode deixar de reconhecer o admirável tacto demonstrado pela ação coordenada dos dois garçons, bem como, não custa insistir, a hora histórica nova que lhes devolveia aquele expediente salvador das relações entre seres humanos alienados, no qual há dois séculos Goethe confiara em desespero de causa. Seguindo a definição de uma outra especialista, Pascale Molinier identifica na alta coreografia da vida cotidiana de dois trabalhadores do inconfundível universo dos cafés parisienses – “um homem vai ao chão e a resposta dos garçons é adequada às suas necessidades *sem que ele necessite pedir auxílio* [grifo no original]” –, identifica naquela “atitude atenciosa e desapegada, na hora certa” (quase uma marcação teatral improvisada), *gentleness*, dimensão que a seu ver melhor caracteriza aquele gesto arrematado por uma palavra corriqueira, ela mesma usual numa rotina específica de trabalho, e a nosso ver, também identifica uma variante do tacto como curto-circuito redentor no admirável mundo novo da vulnerabilidade onde ainda se pode e deve restaurar o que se despedaça. *Gentleness*, portanto, “é uma resposta apropriada ao outro *de acordo com as circunstâncias* [grifo no original]: ela demanda uma atitude experimental, a sensibilidade a uma certa situação e a capacidade de improvisar, de ‘seguir em frente’ ante certas reações”. É importante que se note, como faz a autora, que “essa atenção particular, ajustada às necessidades do outro, em sua sutileza, sua capacidade de antecipação, sua discricção, é solicitada por um *trabalho*”, no caso, de garçom de café. Tem mais. Sendo um trabalho, o *care* seria igualmente impossível como qualquer outro trabalho, sem tudo aquilo que as(os) cuidadoras(es) acrescentam às prescrições,

procedimentos etc. para torná-lo eficaz, e que os formuladores da psicodinâmica das situações de trabalho, como lembrado, chamam de zelo, quer dizer, todas as bricolagens e outras “invenções” que antecipam, sem que sequer lhe sejam pedidas mas lhes são ditadas pela inteligência cognitiva e afetiva em pleno funcionamento no trabalho real⁹⁷. Revisto pelo ângulo de agora, podemos perceber que no limite o *care* é o próprio “zelo” que orienta e guia o fato de trabalhar. Sirva de contraprova, o simples teste de se pensar no zelo onde se lê *care* na seguinte descrição: “por definição, o *care* é um gesto ou uma forma de agir (ou de não agir) ajustados ou afinados às necessidades do destinatário, que podem ser, inclusive, marcadas pela distância ou o desapego. É esta arte do ajuste a situações sempre particulares que o caracteriza e assina a invisibilidade ou a discrição”⁹⁸. Assim, aos cuidados de dois garçons parisienses, que são tudo menos bons samaritanos⁹⁹, tacto e

97. A respeito do “zelo”, ver ainda Ch. Dejours, *La Souffrance en France*, ed. cit. pp.65-68.

98. Pascale Molinier, op. cit., p.32.

99. Num romance de Scott Fitzgerald, a implicância de um personagem beberão pouco afeito às manhas dos garçons parisienses chega ao delírio de imaginá-los seres à parte, recheados de serragem em lugar das vísceras, vivendo à espreita de uma ocasião de demonstrar sua tese num experimento de vivisseção na mesa de um bar. Fantasia inspirada menos por sua sede insaciável do que pela ansiedade do serviço instantâneo e sobretudo, invisível. Pascale Molinier diria que a rigor ele é assombrado por um outro fantasma. “Habitua-mo-nos fácil e rapidamente a sermos servidos, porque todos nós já o fomos e porque ser servido é atualizar o ‘*care* primordial’, aquele que nos foi dispensado na infância. Com exceção das crianças abandonadas que nunca o viveriam, ou apenas durante curto tempo, todos fomos servidos *sem nada ter precisado pedir* [grifo no original], por uma mãe, uma irmã, uma avó, quase sempre por mulheres. Existe o fantasma de um ‘*care* sem sujeito’ inesgotável, sem esperar qualquer gratidão, um fantasma magistralmente encenado no filme de Cocteau *La Belle et la Bête* no qual, aqueles que servem, são por encantamento reduzidos a seu órgão-função: braços candelabros, mãos servidoras de bebidas. Este fantasma é uma das chaves psicológicas da ‘indiferença dos privilegiados’ descrita por Joan Tronto. ‘Tenho uma faxineira perfeita’, dizia uma mulher numa entrevista que realizei com patroas feministas francesas que tinham faxineiras a seu serviço: ‘nem parece que entrou alguém em casa,

humanidade voltaram a se reencontrar, como o zelo exacerbado pelo trabalho do *care*. Medidos porém pelos parâmetros goetheanos, nas piores condições possíveis. A rigor, emergenciais, seja dito ainda uma vez, e não será a última. É possível imaginar o tamanho da atual vulnerabilidade do mundo pela amplitude do tacto exigido na sua simples manutenção, tal a fragilidade dos seres, humanos ou não, que o povoam, como se a menor destruição de qualquer um de seus elementos arrastasse consigo a totalidade dos viventes – os quais, aos olhos do *savoir vivre* meia oito, melhor seria chamar “sobreviventes”.

Uma civilidade de restauro cujo tempo precisamos reestudar. Seja como for, acedemos por essa via a uma acepção inesperada da Segunda Restauração de que se falava mais atrás, destinada porém a conter uma outra desagregação. Pequenas reparações imperceptíveis que nos permitiram ganhar tempo contra uma entropia inédita, provocada pelos poderes associados do Estado, do Mercado e da Tecnociência, potências destrutivas contra as quais os megaprojetos superadores do último século seriam meras réplicas agravantes. A tese não é nova, é quase um lugar comum, o novo – embora não anuncie nada, ou por isso mesmo – está em confiar, mais uma vez, essa tarefa a invisíveis providências de civilidade – uma civilidade redefinida, como estamos vendo, em condições de se antepor à potência cega da necessidade desencadeada na forma de fomes, doenças, guerras etc. Esse o modo bizarro em que um autor como Denis Duclos reagiu às “catástrofes globais” que o desmoronamento caótico dos trinta

deixa tudo sempre idêntico’. Maneira de dizer que após sua passagem pelo domicílio não restava qualquer traço de sua presença singular, apenas a limpeza”, op. cit., p.34.

anos de trégua do pós-guerra provocou¹⁰⁰. Interessa-lhe uma certa capacidade civil moderadora, certos mecanismos que “antecipem a catástrofe” e lhe desviem o curso, nem que seja só um pouquinho... tamanha a *urgence de survie*. A civilidade existe sim, só que passa despercebida por entre as grandes máquinas sociais – ela não aparece nas “metáforas do grande todo, da soberania pura, do direito perfeitamente justo, do belo esquema urbano ou do debate verdadeiramente democrático”. Tal como o *care*, diga-se de passagem, opera em silêncio um real trabalho de “cerzideira” no rastro de destruição deixados pelo dinheiro e pela técnica. A civilidade está assim ancorada no pontual, no individual, no cotidiano. No mundo vulnerável segundo Duclos – apenas um bom exemplo à mão – um mesmo arco de incivildades liga as *micro-nuisances* que de degradação em degradação escalam até a Guerra da Bósnia, passando por certo por Chernobyl e o desemprego de massa. Por um lado, a civilidade é um voto de confiança na competência das pessoas em desarmar o potencial destrutivo dessas nuvens de *nuisances*. Mas por outro, sua função insubstituível de emergência revela tudo o que há de trágico na civilidade, o reconhecimento tácito da solução global impossível. Noutras palavras, caprichamos no cuidado do mundo, nos esmeramos nos pequenos gestos de civilidade, demonstrações de tacto são saudadas como verdadeiras epifanias justamente em virtude dessa paulatina revelação de que as portas do inferno se abrem toda vez que caímos em tentação por nostalgia das grandes rupturas conflitivas: a civilidade passo a passo é a contrapartida das revoluções criminalizadas e da sanção

100. Denis Duclos, *De la civilité: comment les sociétés apprivoisent la puissance*, ed. cit. Relembro que o livro é de 1993. Para o argumento geral do presente estudo, as datas são quase tudo.

judicial onipresente. Com alguma ênfase, seria o caso de dizer que a civilidade no trato de um mundo vulnerável é a cifra tacitamente decifrada pelos principais interessados, os prejudicados de ontem e de hoje, de que a velha certeza de que a humanidade só se coloca os problemas que pode resolver tornou-se precisamente isso, uma certeza com prazo de validade vencido. A pertinácia na luta contra as *micro-nuisances* incivis são uma consequência dessa “perda catastrófica”¹⁰¹. Como se a chamada geral das microcivilidades só ocorresse na intensidade do insistente apelo de agora, numa hora em que a humanidade parece ceder em seu desejo – se for permitido o uso meramente alusivo de uma expressão de outro modo precisa¹⁰².

A rigor, toda Revolução – tal como a conhecemos, desde a Revolução Francesa portanto – não deixa de ser catastrófica pois a reviravolta tremenda que consiste em pôr um mundo de cabeça para baixo não só provoca um desabamento, mas sobretudo é perseguida desde o nascedouro pelo fantasma de uma queda trágica: por isso, quando a Revolução se perde no meio do caminho, será sempre uma “perda catastrófica”. Nessas ocasiões, o sol negro da melancolia política moderna pode consumir até a audácia legendária de um Danton – está claro que na visão retrospectiva de um Büchner, inaugurando com a representação literária da morte de Danton a série fatal da implicação mútua de

101. Na expressão de Stephen Rosen, referindo-se à “perda da esperança de encontrar soluções sociais para os problemas sociais”. Citado por Elisabeth Roudinesco, *Por que a psicanálise?* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p.44).

102. Para uma explicação, em linha com as coordenadas lacanianas, de como o sujeito se instala no vazio depressivo ao “ceder de seu desejo”, Maria Rita Kehl, *O tempo e o cão: a atualidade das depressões* (São Paulo: Boitempo, 2009, capítulo 9).

Melancolia e Revolução. É nesta série que se encaixa a citação de Stephen Rosen que Elisabeth Roudinesco foi buscar para ilustrar mais uma vez a desastrada cena política contemporânea, e francesa em particular. Assim, fazia já algum tempo que toda uma geração de comunistas franceses, diante do desmoronamento em curso do século soviético, se via obrigada “a fazer o luto de um engajamento, sob pena de naufragar na melancolia”, quando publicou (justamente no bicentenário da Revolução Francesa) um estudo do caso de uma pioneira do feminismo, Théroigne de Méricourt, no qual procurava associar a derrocada subjetiva desta – o mergulho na loucura – à passagem da Revolução para o Terror¹⁰³. Resta saber se desta vez será diferente, se a melancolia que ronda a “sociedade depressiva” de hoje comporta uma outra saída de emergência, por exemplo um desvio da rota de crueldade que Jacques Hassoun identificou no cerne da subjetivação melancólica, cuja passividade característica, desencadeada pela “derrocada de uma série de idealidades”, situação que a ultrapassa e “confronta com sua impossibilidade de reagir face ao acontecimento”, e que implica uma perda de referências tal, com todos seus efeitos de desligamento, que só “encontra seu princípio numa ferocidade atribuída ao outro”, num apelo à tirania própria de homens-vassalos a postos para qualquer trabalho sujo que lhes for demandado pelo Führer de turno.¹⁰⁴ Sendo o melancólico alguém que não espera mais nada, não seria excessivo reproduzir seu retrato

103. Elisabeth Roudinesco, Jacques Derrida, *De que amanhã... diálogo* (Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p.97).

104. Jacques Hassoun, *A crueldade melancólica* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp.18-20).

por Jacques Hassoun, pelo menos no intuito de sublinhar um pouco mais o contraste de época com uma outra Espera nossa conhecida, na longínqua Fortaleza Bastiani: “como falar desse tempo em que os trajetos pulsionais parecem todos bloqueados, trancados, uns após outros, como num roteiro-catástrofe? [...] O mundo do melancólico é aquele da sufocação asmática, do canto estrangulado, da música inoportuna, do olhar aberto sobre uma alucinação de ausência, de anorexia, da retenção, da morte branca. A imagem que melhor conviria a seu propósito seria a de uma fortaleza murada e repleta de pedras, a montar guarda diante de um deserto pavoroso em que nunca aconteceria nada, onde nenhum acontecimento poderia ou deveria se passar [...] Toda solicitação exterior danifica, destrói, reduz à sua forma última – numa atmosfera de extravio e espanto – o melancólico atormentado por uma saturação que a ausência instituiu nele”.¹⁰⁵

Não é mera coincidência, mas inequívoca paráfrase do cenário de Buzzati, acrescido do equívoco não menos impressionante de considerar o tenente Giovanni Drogo um melancólico.¹⁰⁶

Se nos voltarmos mais uma vez para as Jornadas de Maio de 68 – quer dizer ao ponto de acumulação para o qual convergiram todas as expectativas dos anos 60, que por sinal começaram em Sierra Maestra, como disse certa

105. Idem Ibidem. pp.117-118.

106. Para um roteiro bem diferente da privatização freudiana da melancolia, e tomando o conjunto das depressões contemporâneas como um sintoma social, e um sintoma do novo tempo do mundo, podemos acrescentar, ver Maria Rita Kehl, *O tempo e o cão*, ed. cit.

vez Fredric Jameson¹⁰⁷ –, seremos obrigados a constatar que os renascimentos da civilidade, se é que se pode continuar a falar assim, costumam ocorrer paradoxalmente em momentos de viradas extremas iminentes. Com o sinal invertido em cento e oitenta graus, parece ser o caso agora. De qualquer modo, por essa não esperávamos: que a derradeira volta na “dialética do tacto” algo tivesse a ver com o horizonte perdido do Socialismo, seja lá o que isto ainda queira dizer em termos de superação do atual horror da vida como ela é – no fundo, insuportável¹⁰⁸. Encerrada a luta com o mundo, “o ódio ao outro tornou-se sub-reptício, perverso e ainda mais temível por assumir a máscara da dedicação à vítima”. Quem assim se exprime – a psicanalista Elisabeth Roudinesco¹⁰⁹ –, ao iniciar seu inventário da sociedade depressiva contemporânea, cuja utopia – obviamente em sua acepção distópica – é a supressão do mal, do conflito, do destino, da desmedida, em favor de “um ideal de gestão tranquila da vida orgâni-

107. Fredric Jameson, “Periodizando os anos 60”, em Heloisa Buarque de Hollanda (org.), *Pós-modernismo e política* (Rio de Janeiro: Rocco, 1991).

108. Como observou certa vez Henri Laborite: “Sem os psicotrópicos talvez tivesse havido uma revolução na consciência humana, dizendo: ‘não podemos mais suportar isso!’ Mas foi possível continuar a suportá-lo, graças aos psicotrópicos” (*apud.* Elisabeth Roudinesco, *op. cit.*, p.27).

109. *Ibidem.* p.16. E da mesma autora, *A parte obscura de nós mesmos: a história dos perversos* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p.164). Prolongando observação semelhante de Jacques Hassoun, que atribui ao melancólico, no qual se manifesta o novo mal-estar da civilização, o impulso recorrente de responder “irrisoriamente ao massacre com o humanitário”, tal seu aprisionamento subjetivo por um luto impossível, *op. cit.* p.151. Ambivalência, aliás, retribuída na mesma moeda. Didier Fassin, entre outros, num amplo diagnóstico do onipresente governo humanitário desse mundo vulnerável que se está vendo, chama de “fadiga compassional” o desgaste dos sentimentos morais que vão resvalando para a indiferença e desta, para a agressividade que aos poucos envenena a relação forçosamente desigual entre governantes compassivos e a vida precária dos assistidos, cujo troco tende então a assumir a forma do ressentimento e da hostilidade. Haja tacto. Cf. Didier Fassin, *La raison humanitaire* (Paris: Gallimard, 2010).

ca”, estaria sem dúvida disposto a admitir que esse *ethos* humanitário, que resume o tempo presente e veio ocupar o vazio aberto pelo “recuo depressivo”¹¹⁰, comporta também seus rituais, e que são outras tantas saídas de emergência entreabertas por algo que se poderia chamar de *tacto humanitário*. Como quem diz – e diz mesmo, no entanto sem maiores explicações¹¹¹ – *a sociedade depressiva de hoje é enfim uma sociedade de indivíduos polidos*. Como não esperam mais nada, sua única pressa é morrer logo¹¹² – mas nenhuma vidraça quebrada pelo caminho.

Não é por certo o caso dos passageiros da última viagem de Vasco da Gama. Muito menos aquela caravela re-

110. Na formulação muito sugestiva de Maria Rita Kehl, *O tempo e o cão*, ed. cit.

111. Elisabeth Roudinesco, *Por que a psicanálise?* ed. cit. p.21. Por extenso: “embora não curem nenhuma doença mental ou nervosa, [os antidepressivos] revolucionaram as representações do psiquismo, fabricando um novo homem, polido e sem humor, esgotado pela evitação de suas paixões, envergonhado por não ser conforme com o ideal que lhe é proposto”. A novidade está na restauração da *politesse* por motivo de vida social deprimida – restaria ver se ela também se encontra na “*deprime des opprimés*”, como se refere Patrick Coupechoux (Paris: Seuil, 2009) à propagação do novo mal do século no mundo do trabalho, e por ele ressignificado. Para daí contaminar o outro mundo, o das classes confortáveis, feliz na sua infelicidade, e cuja paixão predominante seria “ouvir-se sofrer” – já a falta de humor se discute. Maria Rita Kehl, por exemplo, não hesita quanto ao “famoso senso de humor dos depressivos”, que jogam tão bem com os significantes quanto os *clowns*, aliás origem da lenda de que todo palhaço é um homem triste. Cf. op. cit. p.234. Basta pensar em Vladimir e Stragon para ver que não é bem assim – embora seja um caso de figura, o palhaço triste enquanto tal, um entre vários tipos na galeria do grotesco. Também a incapacidade de fantasiar lança o depressivo no cinismo dos que encaram a vida tal como ela é etc. Mas polido? Um virtuose do *tacto*? Quem sabe, se considerarmos que a lentidão igualmente proverbial dos deprimidos, e que hoje exaspera como um estorvo conforme aumenta a velocidade de rotação da “*euforia perpétua*” (Pascal Bruckner) –, tão bem estudada por Maria Rita –, além de um luxo de quem tem tempo para dar e vender, geralmente encerrado em seu canto, também pode ser uma cortesia, como o timbre aveludado na dicção redonda do comandante Malkovitch.

112. Desviando de seu sentido original, o extraordinário resumo de um analisando, presumo, de Maria Rita Kehl: “minha pressa é assim: vamos começar logo para terminar logo, encerrar logo esse dia e dormir logo; acordar logo, tocar em frente logo, envelhecer logo, morrer logo”, op. cit. p.274.

tardatária poderia ser tomada como uma fantasmagórica nau dos deprimidos. Nem a morte que virá será polida. E no entanto encontram-se reunidos ali todos os sintomas do atual tempo do mundo – um tempo do fim, se nos explicamos bem. Vamos ao último deles, a morte da professora e de sua filha. Absurdo puro e simples? Pode ser, mas não o desvio que as leva até ao desfecho fatal: “o atraso das duas, que as impede de alcançar a balsa salvadora, é causada pelo desejo da menina de salvar a boneca muçulmana que lhe dera o comandante”. Este desejo não é qualquer, mas uma réplica do *care* primordial de que há pouco falávamos: “mas quem vai cuidar da minha boneca” se lembra a menina Joanhinha em meio à correria geral. O bom comentário de Leyla Perrone desencapa o último fio de toda a peripécia do vulnerável barquinho da civilização, cujo mal-estar atende no momento por vários nomes: “uma boneca pretensamente protegida por uma menina, duas mulheres sem proteção, e tudo vai pelos ares, como a laranjeira ao vento”¹¹³. A proteção, de fato, é outra das grandes advertências semeadas ao longo do filme, desde a casa do poeta, em Pompeia, protegida pelo *cave canem* até a estátua monumental de Atena, padroeira da cidade, passando pelo misterioso ovo do castelo napolitano, que também, segundo a lenda, protegeria a cidade. “Mas a deusa foi roubada, como diz a menina, e a cidade, agora, só tem os gregos para protegê-la”¹¹⁴, proteções míticas que deixam a descoberto o atual estado de catástrofe do mundo. Entendamo-nos pelo mais raso e óbvio, a redoma protetora em que dormitavam as ainda ricas sociedades do Atlântico Norte, cujo sistema de garantias civis e sociais faziam

113. Idem Ibidem, p.114.

114. Continuo seguindo o comentário de Leyla (op. cit., pp.113-114).

delas as mais seguras que até então existiram. Não obstante, observa Robert Castel, “nessas sociedades cercadas e atravessadas de proteções, as preocupações securitárias continuam presentes”¹¹⁵. A seu ver, a chave do paradoxo está no fato de que insegurança e proteção no fundo não se opõem como se pertencessem a dois registros contrários da experiência coletiva. O que não falta nesses recantos é proteção, Ou melhor, uma busca desenfreada por mais proteções, de sorte que ser protegido nestas circunstâncias, continua o argumento, “não é viver na certeza de poder controlar perfeitamente todos os riscos da vida, mas sobretudo viver cercado de sistemas de segurança que são construções complexas e frágeis que trazem em si mesmas o risco de falhar em sua tarefa e de decepcionar as expectativas que elas suscitam. Portanto a própria busca de proteção cria insegurança”. De modo que o sentimento de insegurança não é um dado imediato da consciência, mas o resultado variável de dispositivos de proteção que uma sociedade ora garante, ou não garante, de maneira apropriada: em suma, “hoje ser protegido é também ser ameaçado”. Sucumbir no entanto por excesso de zelo ao exercer o papel de *caregiver* de uma boneca – uma efígie óbvia – anuncia, entre tantas outras coisas novas e ruins, que a proteção ultrapassou os limites conhecidos das simples garantias politicamente conquistadas, para se instalar no terreno imponderável da comunidade sensível dos seres vulneráveis que compõem um mundo sempre à beira do desastre, inerentemente ameaçado de desintegração, um mundo de vítimas enfim¹¹⁶. Salta aos olhos a ambiência apo-

115. A insegurança social: o que é ser protegido? (Petrópolis: Vozes, 2005, p.8).

116. Cf. Frédéric Gros, *Le principe sécurité*, ed. cit. subcapítulo sobre a noção “biosecuritária” de proteção, pp. 176-194.

calíptica dessa fraternidade compassiva de todos os corpos que sofrem. A esta altura da escalada das urgências, assim como acidente e atentado já se tronaram indiscerníveis, serão igualmente intercambiáveis, por exemplo, ameaça terrorista e ataque viral: aliás, todo vírus será por definição bárbaro, e vice-versa. O exemplo não é fortuito. É que hoje em dia os governos – e suas respectivas populações, no limite, populações de organismos vivos, que eles, governos, em princípio, estão encarregados de proteger – diante dos sinais precursores, emitidos pelas agências globais competentes, de que um vírus conhecido e letal se aproxima, se preparam para o ataque como quem espera uma invasão bárbara, não, é claro, com a pompa e a circunstância do poema de Cavafis, para não precisar voltar a falar na vida subterrânea dos desejos perversos de consumação. O fato é que a associação entre vírus e bárbaros tornou-se recorrente, mesmo que tácita na maioria dos casos, desde que os indivíduos governados a serem protegidos – ou a serem protegidos por serem governados – passaram a ser concebidos, e retratados em consequência, para início de conversa, como organismo vivos e por isto mesmo, permeáveis – como mostrou Frédéric Gros, no citado *Principe sécurité*. No outono de 2009, a França preparou-se para uma dessas invasões bárbaras, sendo os fundamentalistas de turno um vírus gripal particularmente cruel batizado HINI, possivelmente portador de uma epidemia de proporções mundiais. O princípio de precaução exigiu como sempre a mobilização total que se pode imaginar. E segurança sanitária total, e o correspondente poder intratável para implementá-la. Risco zero, ainda que só a *mise-en-scène*, pois afinal os bárbaros tão esperados tampouco chegaram, a primavera se apro-

ximando sem novidades no *front* virológico.¹¹⁷ Falso ou não, o alarme é permanente, como é permanente o risco de todo ser vivo definido pela sua permeabilidade a todo tipo de invasões destrutivas. Os dispositivos de proteção, portanto, não se desarmam jamais num mundo desde sempre “catastrofogenico”. Ingressamos assim na era do irremediável, depois de termos conhecido o imprescritível, como assinala Raphael Draï. Nossas “duas mulheres sem proteção” – sem falar na “boneca pretensamente protegida por uma menina” – são um retrato em miniatura dessa permeabilidade viral, assim como a polidez do Comandante piscava sem descontinuar como um sinal de alerta. Numa palavra: no mundo-catástrofe de nossos amigos Modesto Carone e Manoel de Oliveira só se pode viver na expectativa de que uma restauração incessante lhe perpetue a sobrevida. No de Antonio Candido, as esperas ainda podiam transcorrer num tempo em que o tempo era como se não contasse.

117. Para um retrato e análise deste e de outros casos análogos, Raphael Draï, “Le catastrophisme entre déni et délire”, *Cités*. Paris: PUF, 2010.

APÊNDICE

*Da noite para o dia**

Com certeza algo mudou. Quem sabe até eu, que nasci careta como todo o marxismo ocidental uspiano, no qual me formei. Está aí um bom começo de conversa. Se é verdade, como vocês mesmos dizem, que a minha “compreensão do antiproibicionismo se deu aos poucos e à distância”, e ponha distância nisso, talvez não seja demais remontar àquele marco zero. Como se há de recordar, um marxismo cujo foco estava mais nos impasses da industrialização brasileira do que na ruptura propriamente anticapitalista, como observou Roberto Schwarz ao dar um balanço no Seminário Marx, na esteira da eleição presidencial de um de seus membros. Sim aquele mesmo que muitos anos depois estrelaria um filme de coloração antiproibicionista, mais exatamente em sua variante terapêutica, já que não se pode em sã consciência criminalizar quem precisa ser tratado, não é mesmo? Lembrem-se dos “inempregáveis”? Pois é, quem acha que pode viver de brisa deve ser mesmo ruim da cabeça. Verde por verde, também noutro filme para quebrar tabus, seu coleguinha Al Gore advogaria a causa do capitalismo descarbonizado, por assim dizer desintoxicado. Resta saber se esse ligeiro sopro de esclarecimento resistirá à onda tenebrosa da atual maioria conservadora quando chegar a hora de fechar o pacote do *impeachment*. Logo saberemos.

* Em *Dichavando o poder: drogas e autonomia* (coletivo DAR org.) São Paulo: Autonomia literária, 2016.

Voltemos à minha formação, quer dizer, à formação dos meus maiores, revista agora por esse prisma inusitado. Espero não estar armando um falso problema, mas pensando bem, nada mais “careta” do que a obrigação, herdada de uma longa tradição construtiva, de encontrar uma “saída” para o Brasil, tirar nosso “atraso” relativo, mesmo quando repensado em termos de forças produtivas e relações sociais de produção, afinal era preciso “dar certo” como dera certo o capitalismo nos países “avançados”. Sei que além de esdrúxula e abusiva, tal desqualificação pode soar anacrônica, pois as objeções da contracultura à paranoia militante são bem posteriores, mesmo assim uma espécie de caretice *avant la lettre* parecia aflorar em todo aquele empenho em se integrar no universo da alienação bem sucedida, pelo menos no núcleo orgânico do sistema. Digamos que para efeito de argumentação estou acrescentando um ingrediente extemporâneo ao paradoxo básico de nossa Tradição Crítica, o extenso arco de reflexão e providências práticas em torno das incongruências colossais de uma sociedade periférica: convivendo numa espécie de plataforma viva de objeções à barbárie capitalista, a começar pela invenção moderna da mercadoria-escravo, uma dimensão afirmativa de acatamento do processo de modernização no seu conjunto, exprimindo-se antes de tudo na instituição de dispositivos de governo destinados em princípio a extirpar as raízes coloniais de nosso capitalismo torto e tosco. E assim sendo, por mais críticos e subversivos que fossem nossos surtos de inconformismo, estávamos condenados ao espírito encasacado da construção nacional a qualquer preço, que poderia bifurcar tanto à esquerda quanto à direita, sem perder por isso seu congênito *esprit de sérieux*. Uma ética do trabalho, em suma, e como tal, expressão de uma vocação tácita para a

responsabilidade. Essa a caretice originária. Da qual não escapariam nossos virtuais “camaradas caretas” do marxismo ocidental uspiano. Nem haveria nada que pudessem fazer a respeito. Era esse o preço a pagar por um marxismo que só poderia ser de cátedra numa Faculdade “séria” como era a nossa e tanto mais séria quanto só assim seria levado cientificamente a sério seu modesto radicalismo de classe média, como Antonio Candido descreveria o impulso antioligárquico que presidira sua fundação por dissidentes daquele mesmo establishment que se oferecera o luxo do transplante de uma escola europeia. Nem em sonho um *chatoboy*, como escarnecia dos rapazes muito estudiosos da revista *Clima* Oswald de Andrade, abriria as portas da percepção à maneira do contemporâneo Aldous Huxley, salvo com intuítos etnográficos, isto é, sérios. Seria bom ressaltar que tampouco Oswald era antropófago em tempo integral mas também pai de família fora do expediente, assim como Mário de Andrade não era só desvario futurista mas igualmente o cidadão esclarecido à frente de iniciativas de utilidade pública como um Departamento de Cultura, só para lembrar a abrangência, e o caráter entranhado como um destino, da dualidade básica da referida Tradição Crítica, um pé do contra, outro a favor, como assinalou certa vez o mesmo Antonio Candido. Um sociólogo Presidente da República não é assim um desvio de conduta, nem conversão libertária aliviar a barra dos usuários criminalizados por motivo de um “vício” outrora elegante.

O revertério de 64, que apanhou toda a esquerda no contrapé, por assim dizer trancafiou-nos a sete chaves em nossa caretice estudiosa. Quem não levava jeito para luta clandestina aliviava a consciência estudando em dobro, contribuição anônima ao esforço de guerra. Nestes círculos da imigração interior, “desbundar” era como baixar o

nível. Ética do trabalho intelectual na veia. Nem mesmo um filósofo da nova sensibilidade como Marcuse deixava barato: atenção, se é verdade que a revolução será ao mesmo tempo uma revolução da percepção ou não será nada, salvo novamente socialismo de caserna, não é menos verdade que a dissolução do Eu moldado pela ordem estabelecida será tão artificial e efêmera como a própria viagem em que tal alteração acontece, sem falar no recalque contracultural das grandes narrativas teóricas e o correlato extravio da prática na névoa do êxtase *en petit comité*. Mas àquela altura, meados dos anos 1960, já era uma evidência até para Marcuse o fracasso político da nova esquerda, com a ressalva decisiva de que o produtivismo dos ortodoxos também se tornara página virada na imaginação das gerações refratárias vindouras.

Mas voltemos ao apogeu do contraponto Velha Razão Sociológica/Nova Sensibilidade. Penso por exemplo em como nos encaixaríamos nas duas colunas antitéticas que arrematavam o manifesto hippie de Luiz Carlos Maciel, “Você está na sua?”, publicado em janeiro de 1970 n’O *Pasquim*, e comentado por Júlio Delmanto no seu estudo sobre drogas e esquerda no Brasil depois de 1961, cujo título há pouco me serviu de carapuça, “Camaradas caretas”. Está claro que nos reconheceríamos na coluna da esquerda, apesar de um inexplicável Guevara extraviado na lista oposta, comprimido entre um “místico” e uma “flor”, incompreensivelmente “na sua” em Ipanema e na Bahia. À luz das restrições de há pouco, nos deparamos sem muita surpresa com um Marcuse careta, na óbvia companhia do “sombrio” Lenin, ouvindo de “gravata” num “bar” a batida “bossa nova” de um “violão”. Fora a incongruente gravata, até que dá para entender. O contraponto é um claro decalque da tabelinha famosa de Brecht na qual, num

mesmo Isso versus Aquilo se defrontam os traços antagônicos do épico (o progresso) e o dramático (regressão). Como mandava o figurino de nossa *Aufklärung* materialista, Brecht por certo era um dos santos da casa, aliás santo careta, como se pode verificar com o termo pelo qual fulmina o drama musical wagneriano: pura narcose. Sem contar que o épico era por excelência um gênero “sóbrio”, por mais enfumaçado que fosse o seu palco preferencial, um cabaré ou uma arena de boxe.

Vejam então como são as coisas, ou melhor, eram. Não havia dúvida nem remorso, que na cosmologia *underground* do Pasquim, ou pelo menos na coluna de Luiz Carlos Maciel, aliás histórica em mais de um aspecto ao qual logo me refiro, nossa caretice se encontrava, e como disse, se reconhecia, acima de tudo no pacote boêmio que juntava, entre outros ingredientes clássicos, bar, álcool, tabaco, ateísmo, e muito discurso, mas sobretudo à noite, a rigor uma Noite com maiúscula, que tudo transfigurava e, em São Paulo, desde os tempos de Álvares de Azevedo até Vanzolini e João Antonio, passando por Adoniran Barbosa e o cinema de Valter Hugo Koury, para completar a galeria constituída por Antonio Candido ao estudar a dimensão noturna do teatro e da prosa narrativa do Álvares de Azevedo em questão, meio difícil de inscrever sem mais no rol dos caretas, a começar por seu culto, inocente é verdade, de todas as transgressões byronianas. Aos quais ninguém hesitaria em juntar um membro desgarrado do famigerado Seminário Marx, o filósofo e poeta bissexto Bento Prado Jr., ao qual devemos justamente uma espécie de invenção da noite filosófica paulistana. Pois é. Vá saber de onde vinha tamanha implicância com os boêmios, a bem dizer com quase toda a literatura brasileira clássica. Chega a ser estapafúrdio. Por exemplo, Lima Barreto care-

ta? Por flertar com a morte e a doença quem sabe? Coisas de “não” enfim, ao passo que o desbunde anunciava um enorme Sim? Ai a coisa complica, não vou nem mencionar a onda francesa do momento, que associava ao espírito de contradição (e a confiança política na dita contradição), que sempre animou a tradição marxista, a um cortejo de paixões tristes, começando pelo ressentimento e terminando obviamente no Gulag. Ainda mais estapafúrdia aquela marcação por abraçar a mesmíssima prevenção da esquerda, ortodoxa ou não: boemia e pequeno-burguesia não só rimavam pobremente, como a execração da segunda visava de preferência as variações intelectuais e políticas da primeira. Não menos esdrúxulo é pensar que tanto comunistas e assemelhados, quanto os amigos do fumo e do ácido, que se destrataavam mutuamente, nem por estarem fora da resistência armada deixavam de ser caçados pela Ditadura. Nem seria muito difícil encontrar o equivalente linha justa para a clarividência profética do amigo hippie que teria avisado Gabeira, já em plena clandestinidade: “se vocês puxassem fumo, veriam que essa revolução não vai dar certo”.

Sei que o *underground* dos tempos do torneio Caretice versus Liberação é peça de museu e objeto de estudo, mesmo assim toca num ponto, um ponto histórico de virada precisamente. Então. Àquela noite de nossa vigília, dita careta por se preferir tabaco e álcool aos correspondentes vetores da contracultura, o Manifesto Hippie em questão opunha a manhã solar da Nova Sensibilidade, obviamente com muita praia e brisa, uma evidência carioca mas não tão evidente assim a luz, não a praia e o sol de Ipanema, mas essa luz tão enfática e substantiva irradiando pouco mais de um ano depois do regime se fechar de vez num terror de tipo novo. Terror e Êxtase em regime de pa-

rede-meia? Curioso esse par antitético Noite/Manhã Solar, arbitrado pela droga “destabuizada” (Gilberto Freyre) em favor da luz do dia, ponto por ponto uma oposição recorrente que remonta ao combate não menos estereotipado entre a razão justamente desentorpecida pelas luzes da maioria conquistada a duras penas pelo esforço de autogoverno (Kant sem tirar nem pôr, com o qual Foucault fez as pazes no fim da vida) e o abandono agonizado dos sonhos noturnos da obscura e regressiva alma romântica. Clichês, sem dúvida. Por isso nem me atrevo a evocar sua ironização por Thomas Mann, o duelo entre a luz mediterrânea do liberal palavroso e oco Settembrini e o soturno, e noturno por contraste, Naphta, como se há de lembrar o jesuíta *defroqué*, cujas alucinações de extirpação espiritual do capitalismo diz-se que parodiam o amálgama do primeiro Lukács entre Dostoiévski e a ditadura bolchevique. Ainda no capítulo das bolas trocadas, o supracitado careta mor Brecht fazendo Galileu saudar a “manhã dos inícios” contra a noite tenebrosa dos aparelhos da Inquisição. De resto, por que escolher? Filosoficamente, Bento Prado Jr. suspendia o juízo como um sábio antigo, entre a “noite rainha nascida destronada” das odes de Fernando Pessoa, e a luminosidade da dicção engajada da poesia *a palo seco* de um João Cabral, não abria mão nem do preto nem do branco. Era preciso escolher sim, porque na visão anticareta do titular da coluna *underground* do *Pasquim* estávamos diante de um processo, uma verdadeira passagem histórica para ser exato, graças à qual, ao bater no seu limite, a velha razão entorpecida pelo seu dogmático sono noturno engendrara uma nova sensibilidade. Nossa noite boêmia de vigília careta simplesmente chegara ao fim.

Relida há quase meio século de distância, a abertura do Manifesto Hippie de Luiz Carlos Maciel ainda impres-

siona, com certeza muito mais do que os contemporâneos nocauteados pela pancada do AI-5: “Seguinte: o futuro já começou”. Nada mais, nada menos. Esse o ponto de virada que me interessa salientar. Um recado claro como o sol, bem como seu certificado de origem: se vocês puxassem fumo, veriam que a noite acabou e o futuro começou. Inequivocamente a noite boêmia não só cheirava a passado como também exprimia uma relação vencida da política com o tempo, ou por isso mesmo. Nossa Educação pela Noite, abusando um pouco da fórmula pela qual Antonio Candido resumiu, por analogia com a Educação pela Pedra, de João Cabral, um traço recorrente na imaginação estética paulistana que Álvares de Azevedo, como lembrado, inventou ao estilizar a energia que transbordava de uma geração de moços enclausurados num buraco provinciano como a São Paulo de seu tempo, e se prolongaria até os vários “noturnos” de Mário de Andrade, entre outros altos personagens. Pois declarava-se então encerrada nossa Educação “boêmia” pela Noite, a seu modo uma iniciação política não menos antiburguesa que a luta propriamente dita travada à luz do dia. Educação pela Noite, Educação pela Espera: pois naquelas noites brancas, não só se sonhava acordado como sobretudo se esperava, e nos anos 1950, até quando se puxava uma angústia, como se dizia então, não por acaso substituída pela “paz” quando sobreveio a reviravolta contracultural. Desarmou-se o conflito que empurrava o tempo para frente – com perdão da recaída careta. A favor ou contra, não se trata de um equívoco. O dito Manifesto, que anunciava a chegada do futuro, percebera muito bem que a experiência brasileira estava mudando de registro, e não falo de atrofia para não dar bandeira de bom mocismo progressista. Não é mais nada disso. A vitória de uma contrarrevolução preventiva

em 1964 simplesmente cortara em dois o tempo brasileiro. Na outra margem, os salvados da travessia contracultural curtiam o novo barato de um Presente sobre o qual não pesava o fardo de nenhuma Expectativa que não fosse ele mesmo. Essa a enormidade que estou querendo sugerir. O desenrolar de uma história intelectual e política de sucessivos horizontes de expectativa bem que poderia ser visto por esse ângulo de ataque, os estados alterados de consciência por algo que se poderia chamar de pedagogia das drogas, e vice-versa, entender tais estados de expansão e contração como tantas outras experiências do tempo vivido nas dimensões do mundo, a “droga” enfim como um poderoso motor de Expectativas.

Tento me explicar melhor mais adiante, mas já deu para perceber que estou rodeando por outros meios o fecho conclusivo dos *camaradas caretas* do Júlio, a saber, que no fundo não encerraríamos a matança desencadeada pela maldita guerra às drogas, mitigações melhoristas à parte, para não falar nas demais “guerras” contemporâneas de controle, se não ganhássemos para a Revolução as forças do êxtase de uma iluminação profana, à qual certas drogas poderiam, ontem como hoje, servir de propedêutica. Não, não vou comentar pela enésima vez o Haxixe em Marselha e demais protocolos benjaminianos da experiência com drogas nos anos 1930 surrealistas. Basta mencionar um dos últimos que li, por seguir um roteiro análogo, “Droga(s) ao(s) quadrado(s)”, do Marildo Menegat (2004). Depois de devolver a plausibilidade dos experimentos de Benjamin às grandes expectativas do Alto Modernismo de entreguerras e seu leque de “antecipações do que ainda não era”, Marildo corta para os anos 1970 brasileiros e o desalento do escritor Caio Fernando Abreu diante do sinal fechado pela Ditadura: ou exílio, para o qual lhe faltavam meios; ou as drogas,

que o assustavam pela devastação que observava à sua volta; ou então sua rota pessoal, dormir, “andei dormindo até quinze horas por dia”, embora igualmente desesperada, a seu ver a “fuga mais saudável”, porém fuga, como as demais alternativas. Está claro que não é essa a equação de Marildo, droga = fuga, no caso, de uma realidade de fato aterradora, o lugar comum para o qual convergiram mais de uma geração de “camaradas caretas” segundo Júlio. Pelo contrário, decorre de sua hipótese muito mais original acerca da funcionalidade da droga posta fora da lei, a saber, o mais-valor que só um circuito ilícito propicia numa época em que a produção de mercadorias viu encolher drasticamente sua matriz legalmente medida pelo trabalho vivo, decorre portanto desse hipótese, a convicção de que a experiência com drogas não é mais em sua acepção enfática uma “experiência” e que como tal até a graça do “êxtase” se perdeu. Fica a dúvida, que aliás poderia ser estendida à mesma experiência de Educação pela Noite, ontem e hoje, isto é, antes e depois daquela mutação radical na experiência do tempo brasileiro. Em meio à névoa de tanta *fumerie*, a incerteza: teria afinal se alargado o horizonte como sugeria o novo estado de consciência, algo da ordem da “graça gratuita” de que falara Huxley e Júlio volta a evocar, uma “visão sacramental da realidade” cujo lastro seria justamente um “presente perpétuo criado por um apocalipse em contínua transformação”? Trocando em miúdos bem miúdos, quem àquela altura puxava fumo também não queria deixar o orgasmo para depois da revolução. Numa palavra, desandara nossa Educação pela Espera.

Pondo novamente a bola no chão, o que se queria dizer, e de fato se disse, e o Júlio trouxe de volta para a berlinda, é que chegara um momento na vida, mas foi preciso um golpe catastrófico para que a revelação ocorresse, em

que as pessoas simplesmente cansaram de esperar, “pô, não tenho saco para esperar”, atravessar o longo prazo em que estaremos todos mortos que é o tempo de maturação das cada vez mais difíceis de citar sem vaias condições objetivas e claro subjetivas de um não menos desacreditado (pelo Golpe?) processo disso ou daquilo: uma explosão de impaciência em suma, com as mediações infindáveis, as correlações duras de reverter mesmo com a História supostamente a nosso favor e por isso sempre grafada com maiúscula. Curiosamente (ou, a esta altura, paradoxalmente?), o primeiro grande registro dessa fratura no tempo brasileiro não se deveu, ou pelo menos não alegou nenhuma consulta ao Oráculo das Drogas, como seria corrente adiante (“se vocês puxassem um fumo, veriam...”), tampouco seria preciso pois seu responsável parecia movido por “droga” própria, um psicoativo que ainda não entrou em nosso enredo, na base da identificação ligeiramente paranoide de um indivíduo singular com o destino do seu país, que passaria então a ser decifrado, tal destino, graças às manifestações de um temperamento profético talhado na justa medida das grandes expectativas nacionais, ou de sua brutal reversão, como foi então o caso. Estou é claro me referindo ao transe político de Glauber Rocha, cujo santo baixou no filme no qual vemos nossa “teleologia”, como gostam até hoje de falar os tropicalistas, ir pelos ares, não com o júbilo da explosão que encerra *Zabriskie Point*, mas como uma queda sem fim, não só pela repetição indefinida do trauma maior de nossa época, a catástrofe na origem do presente expandido desde então, interminável pela estrutura circular do filme, como Ismail Xavier acho que foi dos primeiros a analisar, a verdadeira desordem do tempo brasileiro provocada pelo buraco negro de 1964. Também não vou comentar

pela enésima vez as muitas portas que *Terra em transe* fechou ou abriu, e para quem (o mundo dos que entraram pela porta das oportunidades certas veio abaixo quando Roberto Schwarz identificou o marco zero da saída tropicalista, a conversão de um tremendo desengano político em alforria ideológica e apoteose pessoal: igualmente antevisão de quem puxara um fumo?), a entrada em cena da distopia num cinema tão assertivo como o nacional uma vez que o sertão decididamente não ia mesmo virar mar etc.

Mais uma vez de volta ao ponto que estamos rodeando. Para todos os efeitos, o horizonte do mundo encurtara e mais ainda o horizonte brasileiro de expectativas imaginadas desde que se procura desentranhar uma sociedade de um entreposto colonial, e no entanto uma geração cansada de esperar embarcava numa “viagem” redonda de volta ao futuro que acabara em fim de chegar, mas não o futuro careta da construção nacional que daria certo, ou mesmo o futuro de um encontro marcado com a Revolução, neste último sentido a esquerda contracultural literalmente anunciava uma esquerda “sem futuro” ou ainda sem “espera” enquanto função utópica. Noutras palavras, se é fato e não equívoco ideológico que encolhemos com a chegada do futuro (então era isso?), que a embriaguez e o êxtase experimentados no encontro surrealista com as drogas são eles mesmos categorias históricas cujo regime caducou juntamente com a energia utópica que as alimentava, como sequer pensar em reativá-las agora, meio século depois de uma estreia tão ambígua? Dúvidas caretas? Pelo menos tão procedentes quanto essa mescla insólita que estamos revolvendo agora de drogas e filosofia da história, inaugurada no entreguerras do século passado por um marxismo herético a ponto de reconhecer nesse jun-

ção a própria cifra anticapitalista da utopia. Bloch, que acompanhou pessoalmente alguns experimentos de Benjamin em 1928, chegou inclusive a estabelecer distinções entre as drogas segundo suas funções utópicas, tonificantes, ou debilitantes, enaltecendo as visões canábicas e a do haxixe em particular, desviando-se em contrapartida do fantasma dos opiáceos, sua argumentação é longa e envolve muita discussão com o descabido privilégio freudiano do sonho noturno.

Outros tempos? Nem tanto, ainda ontem (2013), Jonathan Crary, à procura de novas capacidades insurgentes, em quais espaços ou temporalidades podem ocorrer, agora que o mundo 24/7 apresenta a ilusão de um tempo sem espera, de uma disponibilidade instantânea, depois de assinalar os limites da privatização freudiana do sonho, bem como sua desconfiança dos estados de transe, anda tentando por sua conta recuperar os vínculos, ameaçados pelo projeto empresarial de erradicar a necessidade do sono e do direito à noite pela exposição perpétua à luz, à visão do céu noturno, por exemplo, vínculos entre a esperança noturna, a ausência temporária daquele que dorme enquanto antecipação de um despertar que poderia trazer em si algo imprevisto, e a imaginação prática da vida sem capitalismo E, embalado pela perspectiva de uma restauração dessa potencial via de acesso ao anseio de mudança, evoca uma passagem extraordinária de Breton imaginando Paris vista do alto ao amanhecer e por assim dizer convocando num gesto propiciatório os “anseios e poderes coletivos latentes de uma multidão de indivíduos adormecidos”, captando “no limiar entre escuridão e luz, entre a restauração do sono e o dia do trabalho, uma colaboração ainda por vir entre trabalho e sonho que animará a eliminação do mundo capitalista”. Seria possível voltar

a imaginar uma cena assim numa periferia qualquer do planeta favela de hoje? Além do mais em guerra, e a droga no meio do redemoinho? Livre esta última do cativoiro que se sabe, qual o lugar dos seus paraísos artificiais? Não é pergunta que um careta intermitente possa responder.

Enquanto as dúvidas fermentam no caldo de sabor careta que lhes servi até agora, um outro desvio, desta vez pela supracitada fonte e combustível da imaginação profética glauberiana, a verdadeira “droga” que é a matéria brasileira vista de perto. O referido artigo pode ser encontrado na Farmácia do José Miguel Wisnik, um genérico cujo princípio ativo, ou melhor, psicoativo, seu criador denominou droga-Brasil. Como o pato/coelho do jogo bem conhecido da ambivalência indecível de uma imagem-teste gestáltica, o gigantesco *pharmacon*, que uma hábil desconstrução (a farmácia é de manipulação) do caráter nacional revelaria, como seu modelo platônico, pendula entre o veneno e o remédio, sendo o país ora melhor do que ele mesmo, ora pior. Como o farmacêutico, nas suas próprias palavras, “sofre da tendência incurável de ver sentido em tudo”, não é difícil adivinhar qual dos polos costuma prevalecer, bem como imaginar em qual das colunas do nosso Luiz Carlos Maciel estariam Caio Prado Jr. e toda a sociologia uspiana. Não vou é claro entrar no mérito, que aliás nem sequer expus, era só o que faltava. Apenas um breve aviso aos navegantes. Tanto o marxismo ocidental uspiano, de cujas idiosincrasias partimos, quanto as interpretações do Brasil peneiradas por José Miguel, seja pelo crivo do Brasil-identidade, ou do Brasil-problema, são galhos do mesmo tronco, a dita Tradição Crítica brasileira, uma exclusividade nativa como a jabuticaba, ela mesma espécie de um gênero que só floresceu na periferia do capitalismo (um similar inglês ou francês

seria um rematado disparate), como a russa, para dar um exemplo que nos deixou para trás, pois deu em revolução enquanto a nossa, na conciliação de sempre, muito embora tivéssemos encontro marcado mais à frente nos dois colapsos de nossas respectivas modernizações, uma antissistêmica, outra pró sistêmica, pois a dita Tradição, relembro, pode ser identificada justamente pela preponderância da referência nacional. Mesmo quando nos seus momentos de radicalismo advoga sem mandato a causa do povo (Nabuco na Abolição, por exemplo, onde tudo começou, ou Celso Furtado contra o Nordeste proprietário), ou se declara anti-imperialista quando as restrições externas sufocam além da conta, mobilizando pela enésima vez o país que precisa encontrar uma saída. A crise atual aliás é isso mesmo, a crise da busca de um caminho para mais uma vez sair da crise. Por essas e outras foi curtíssimo o verão petista, cujo foco de nascença era a democracia (coisa inédita no Brasil) e a afirmação autônoma da classe trabalhadora (idem): sua recaída desenvolvimentista foi o princípio do fim que o reiterado sucesso eleitoral encobriu. Assim sendo, no interior dessa tradição que afinal também se findou, só gente muito sem noção pensaria contra o Brasil. De fato, para quem o Brasil não faz mesmo sentido? Quem sabe só índio, e olhe lá. Não é para menos, pois até onde a vista e a memória alcançam, aprender a pensar entre nós sempre foi refletir sobre o desconjuntamento local, um desconcerto que não cabe em qualquer das tradições disponíveis no mundo das ideias ditas avançadas, esforço que por sua vez emenda nas tentativas bem ou mal sucedidas dos que foram ficando no caminho, cujo encadeamento forma então o que estamos chamando aqui de Tradição Crítica.

Tudo isso dito, relembro que o livro do José Miguel é um ensaio sobre o milagre do futebol brasileiro (segundo

o autor, da mesma ordem de grandeza que o milagre machadiano), tudo repassado pelo prisma da droga-Brasil, cuja genealogia acabamos de evocar. Não custa especular. E se a tal droga-Brasil fosse mesmo a dita-cuja? Veneno ou remédio? Onde a batida mais forte do pêndulo? Pergunta fetichista, resposta idem? E se a entrada em cena da droga-droga alterasse de tal modo os quadros da consciência dita nacional a ponto de fazê-la voltar-se contra o país, ou melhor, alhear-se de vez desse perene falso problema? Ou ainda: e se o sentido do Brasil fosse completamente outro, a ponto de nos fazer perder o sentido? Pois é aqui que o Alto Modernismo brasileiro, pelo menos em imaginação e nas brechas do aconchego patriarcal, andou ciscando, especulando filosofias selvagens da história com muita droga no meio.

Para encurtar. Droga-Brasil sim, mas ao pé da letra, como figuração tão intensamente buscada que poderia se tornar literal. Para ser preciso, estou pensando num episódio específico ruminado durante uma boa temporada por Mário de Andrade e só muito mais tarde reconstituído num ensaio igualmente inspirado de Dona Gilda de Mello e Souza, que passo em seguida a glosar. Antes, uma preliminar. Quem disse que dispensava as drogas pois no período da luta clandestina tomava utopia na veia, e mesmo depois de encerrado o dito período continuou batendo na mesma tecla do quanto mais utopia, menos droga, por certo ignora que houve um tempo, “modernista” por excelência, em que, no horizonte brasileiro de expectativas, aqueles dois estados alterados de consciência chegaram a ser praticamente coextensivos, já na sua acepção poética mais corriqueira. Como se há de recordar, em Passárgada tem de tudo, e como é outra civilização, sobretudo “tem alcaolide à vontade”. Mas não era preciso ir embora pra

Passárgada, bem à mão havia o Túmulo dos Faraós, que numa crônica o mesmo Manuel Bandeira descreve como um porão aberto aos salvados da noite e onde “se cheirava cocaína vendida livremente a três mil-réis a grama”. Seria obrigatório mencionar a libertinagem mística de Jayme Ovalle e seus “irmãozinhos” pelas ruas e becos da Lapa noturna, capítulo incontornável da Educação carioca pela Noite, e àquela altura, sendo carioca era nacional – mas vou é claro me abster.

Pois bem. No auge modernista o Brasil só faria sentido se fosse realmente, como a “droga” que de fato era parecia prometer, uma outra civilização. É o que Mário de Andrade descobre numa viagem ao Norte e ao Nordeste, de fato duas, uma em 1927, outra em 1929, cujos relatos reuniu no *Turista aprendiz*. Viagem mesmo. Vamos então ao roteiro de Dona Gilda. À medida que o navio avança rumo ao Norte, e depois penetra no continente pelo rio Amazonas, Mário vai rigorosamente se drogando, e a droga é o Brasil mesmo. Sente aos poucos que vai perdendo o Sul de sua personalidade, vai se “desoperarizando”, como ele mesmo diz, e logo veremos o alcance desse desmanche específico induzido pelas “delícias refinadas da tonteira”. A caminho de Manaus, confessa em carta a Manuel Bandeira que já não tem controle sobre si mesmo e está se deixando abater pela “volúpia” e pelo “êxtase”. Digamos que os “protocolos” de Mário de Andrade, em vez dos rodamosinhos do ha-xixe, vai registrando com o mesmo rigor metódico o gosto das frutas, a variedade dos cheiros e dos calores amazônicos, o branco da luz que penetra pelos olhos, pelas narinas, pelos poros. E por aí vai, “hesitando em contar certas coisas, com medo de que não acreditem”. Pois é numa dessas tardes incomparáveis de “pasmaceira e êxtase”, como ele as define, que numa curva do rio Madeira se dá o encon-

tro com o moço do terno de linho branco cuja pele morena e muito pálida traía a maleita. Dessa visão, que a rigor não aconteceria sem as ondas acumuladas ao longo de sua viagem iniciática, extrairá as sensações elementares que comporão toda uma “filosofia da maleita”, com perdão da palavra, diz ele, ao introduzir assim a ideia de uma civilização inteiramente outra graças às virtudes mediadoras da droga-Brasil, por assim dizer um remédio para o veneno produtivista que deixara para trás junto com sua antiga personalidade, digamos assim, “futurista”, na pior acepção do moderno enquanto máquina disso ou daquilo. Filosofia da história sim, porém concentrada em um único e extravagante desejo, “desejo de maleita”, que não se resume ao acesso de febre nem se vincula ao sofrimento, mas um desejo mais elevado de ser maleitoso em outro lugar que não na incipiente civilização paulistana da máquina-trabalho. Mas onde viver bem a prostração que sucede aos acessos periódicos da febre, seu “aniquilamento assombrado, cheio de medos sem covardia, a indiferença, a semimorte igualitária”? Antes de tudo, viver “duma vez sem trabalho nenhum”, porém num ambiente em que se possa resistir aos apelos do mundo “num igarapé do Madeira com seus jacarés, ou na praia de Tambaú com seus coqueiros, no silêncio, rodeado de deuses, de perguntas, de paciências”. Paciência todavia em que nada amadurece ou se acumula, pura monotonia contemplativa, indiferente a tudo em redor, a começar pelos tais melhoramentos da vida moderna. Nirvana vislumbrado num vertiginoso relance de impregnação pelo cheiro social de um país desconhecido que aflora de repente saído da névoa de antigas visões do paraíso.

Até onde sei, Roberto Schwarz foi o primeiro a notar que aí tinha coisa, uma intuição verdadeiramente histórica cuja força nossa atual esqualidez política não consegue

mais sequer imaginar, a ideia de que “uma nova sociedade, ao mesmo tempo espontânea e avançada, isenta dos males da civilização do presente”, criando um exemplo revolucionário para o mundo, surgiria da junção dos lados simpáticos de nossa informalidade pré-burguesa com a experimentação libertária das vanguardas artísticas, fusão utópica que só uma hora marcada pelo derretimento da ordem liberal submetida ao fogo simultâneo do fascismo e do bolchevismo tornara enfim pensável, e desejável como o Nirvana de Mário de Andrade. Uma hora portanto de definições iminentes de rumo, à qual responde a excitação própria das descobertas modernistas, que não seriam tais sem a contribuição da embriaguez espontânea daquele estado de inocência e disponibilidade perceptiva que Dona Gilda surpreendeu num Mário de Andrade deixando-se abater pelo êxtase de uma desaceleração amazônica. Quase um século depois, e uma sociedade capitalista que só se reproduz de colapso em colapso, a quantas anda o reservatório de utopias da droga-Brasil? Antes de responder um pouco rápido demais: no volume morto, valeria a pena reconsiderar a curiosa evidência de que na utopia da preguiça organizada pelo imaginário da maleita em Mário de Andrade, o eclipse mágico do trabalho dos tarefeiros deste mundo está associado a uma alteração por assim dizer “nacional” da consciência, cuja “química”, como estamos vendo, não deixa de ser surpreendente.

Fico pensando. A imaginação utópica no Brasil, e ela existe, acabamos de ressuscitar um capítulo, qualquer que seja o seu conteúdo de classe, popular como no “mundo sem culpa” do Sargento de Milícias segundo Antonio Candido e corrigido por Edu Teruki, ou de classe média, como no universo musical “amadorístico” da Bossa Nova, segundo Lorenzo Mammi, sempre correu pelo trilho

do trabalho, seja para fugir dele, seja como tábua de salvação, como por exemplo no mito varguista da carteira assinada. Pelo menos a circunstância muito singular de Mário de Andrade sugere quem sabe uma outra dimensão, a presença intermitente de um catalizador oculto à procura do qual deveríamos sair agora que justamente o deserto cresce. Penso ser essa uma saída plausível para a mencionada hipótese final de Júlio Delmanto. Redescobrimos intuições para trás, quem sabe reaprenderíamos a ler os sinais de alguma virada pairando no ar.

Dou logo um exemplo do qual certamente a nova geração talvez nem notícia tenha, ainda mais se convencida da carece congênita da velha guarda. Penso no capítulo do Éter no romance *Quarup*, de Antonio Callado, aliás exatamente contemporâneo de *Terra em transe*. Não por acaso, a cena igualmente é uma outra farmácia, a fabulosa Farmácia Castanho, uma farmácia *belle époque* encravada no coração de Copacabana e conservada como um museu de cera por seu herdeiro, que adora remédios e coleciona antiguidades médicas, além do hábito mental de repassar a história da luta da humanidade sofredora que se esconde por trás dos rótulos, das caixas, dos vidros. O personagem, que pretende escrever uma biografia da farmácia, para variar é uma máquina retórica encostada numa sinecura ministerial qualquer dos tempos do segundo Getúlio. O som político ao redor é a crise do regime. O desfecho de agosto de 1954 a caminho, ensaio geral abortado do Golpe de 1964, ao qual o romance é uma das primeiras respostas literárias de envergadura. Um romance de formação, por sinal, no caso, de um padre católico que vai deixando aos poucos a batina a caminho da luta armada que se dará depois do fim do livro. Camilo Torres já morrera em combate mas o Che ainda estava vivo sem que se soubesse por onde

e como. Curioso caminho aliás: muito fervor espiritual na iniciação amorosa do “herói”, por sua vez tomado pela ideia fixa de encontrar o centro redentor do país em meio aos índios na selva do Alto Xingú, transferida depois para a luta camponesa das Ligas. Em torno do futuro biógrafo, que aliás imagina a obra como um Retrato do Brasil, nos moldes de Paulo Prado, gira uma pequena sociedade de amigos do éter, e não apenas pelo hábito carnavalesco do lança-perfume. Cheirar todos cheiram apaixonadamente, embora não pelas mesmas razões de alta doutrina. Para o dono da casa, para o qual a saúde não é nada, não leva a nada, e a doença quase uma vocação e sinônimo de elevação espiritual, seria preciso ir fundo, muito além da fase eufórica do éter, lá mesmo onde pulsa a dor de viver (não se deixava por menos em tempos de Educação pela Noite); no outro extremo, o autoconhecimento coletivo, “devíamos fazer um oleoduto de éter pelo Corcovado acima que fosse dar numa bisnaga na mão do Cristo que esparziria o frio e delicioso conhece-te-a-ti-mesmo sobre os cariocas”. Por fora, um amigo dos amigos mas inimigo daquele porre de grã-finos que estavam contrabandeando para a festa do povo, o inevitável camarada careta, o grilo falante comunista da Era Vargas, tipo: por que não param de cheirar essa porcaria que deprime e vicia, como todas as drogas cujo consumo só aumenta num Ocidente em fuga diante de sua imagem no espelho etc. Nada demais se não fosse uma etapa, o segundo degrau mais exatamente, no caminho de uma redescoberta revolucionária de um país cujo povo dispunha dessa capacidade única de se drogar por pura alegria de viver. E se fosse o mesmo ar de família, o mesmo desejo de maleita do poeta modernista? Conforme progride a educação do personagem político de agora, mais intenso vai se tornando seu “estranho desejo de

éter”, tinha saudade até do cheiro do dzim-dzim que precedia as visões coloridas. Até a “filosofia” antiterapêutica da dor que alivia parece se encaixar, o éter não veio para curar coisa nenhuma, “são técnicas de barragens cromáticas, detêm-se e represam-se ondas de dor, uma nirvanização local e não uma extinção boçal”. É muita convergência pra não ter um fundo de verdade. Enfim, toda revolta há de ter sua cachaça, se o autor não disse, deve ter pensado. Pois assim foi. Mas e agora? Encerrada a Era das Grandes Esperas, quando imaginávamos com razão a história pacientemente correndo a nosso favor, como ficamos? O que seria uma esquerda realmente “sem futuro”? E se o futuro não é mais o mesmo, por onde andaria a função utópica que os modernos desentranharam da experiência da droga? Mas novamente isso não é pergunta que um careta de nascença possa responder.

Embora não lhe escape uma última ironia, a rigor terminal. Estou pensando mais uma vez numa heresia recente, mais precisamente na metáfora através da qual um dissidente do *establishment* europeu imagina a agonia do capitalismo, cujo fim no entanto concebe como um processo e não como um acontecimento, revolucionário por exemplo, como sempre esperamos durante dois séculos de vigília. O autor em questão (Wolfgang Streeck, nada menos do que o diretor do Instituto Max Planck para o Estudo das Sociedades) descreve tal estado terminal como resultado de uma convergência de cinco doenças sistêmicas. Isso mesmo, doenças. A saber: estagnação sem fim, redistribuição oligárquica, pilhagem do setor público, corrupção e caos geopolítico generalizado. Sua crise não é de ontem (2008), mas se arrasta por várias décadas desde que em meados dos anos 1970 se declarou uma incurável crise fiscal do Estado, graças a qual converteu o Estado dos Im-

postos num Estado da Dívida e este enfim, num Estado da Austeridade sem fim. O sistema não passará assim desta para melhor por morte súbita, embora seu estado seja crítico e a doença, sem dúvida mortal. O quadro clínico é assim o de uma inequívoca degradação imunológica. Um a um seus mecanismos de resistência vão sendo destruídos, a começar pelo lastro material das três mercadorias fictícias segundo Karl Polanyi, os anticorpos fundamentais, trabalho, natureza e dinheiro, que carecem de instituições inibidoras do dano para sobreviver enquanto valores de uso. Com a agravante de que as desordens nessas três áreas, trabalho, terra e dinheiro, convertidas em zonas de crise permanente, são simultâneas, sintomas concomitantes reforçando-se mutuamente.

O diagnóstico de morbidez avançada comporta ainda a constatação mais sombria de que a progressão da doença foi se encarregando de agravar os danos através do instinto adaptativo dos futuros afogados: trabalhadores que consideram um desafio competitivo estimulante um regime que lhes consome cada vez mais tempo e mais vida; cidadãos que reelegem governos cada vez mais “austeros” no corte dos gastos sociais e privatizações de serviços públicos; cada vez mais pessoas se “acostumam” com a razoabilidade da desigualdade, intolerável noutros tempos, como aprendem a conviver com a degradação ambiental porque lhes parece mais lenta em comparação com a própria vida humana etc. Um organismo enfim empenhado metodicamente no desmantelo crônico de qualquer trava que pudesse significar limites aos seus excessos por assim dizer naturais. Numa palavra, ao rifar suas faculdades de auto-comando, nelas incluídas as alternativas reformistas ou revolucionárias, instalando-se na anomia, o capitalismo tornou-se a bem dizer autoimune. O teorema

moderno por excelência segundo o qual uma formação histórica só se extingue quando uma outra superior estiver à vista caducou, daí o transe de uma morte anunciada que não se consuma, apenas decorre. Esse o diagnóstico e seu sistema de imagens, das quais obviamente abusei um pouco. Tal a forte impressão de que o autor, malgrado ele mesmo, simplesmente descreveu o estágio terminal do capitalismo como um flagrante e descomunal processo de drogadição, sem tirar nem por. Aliás nos termos convencionais consagrados com que se caracteriza de modo geral o dispositivo das compulsões contemporâneas. O que ele está dizendo no fundo é isso mesmo: o capitalismo está morrendo, vai morrer é de overdose, e a droga é ele mesmo. A crise propriamente dita já aconteceu, e lá atrás, e tal qual ensina sua acepção clássica, enquanto ponto de virada num horizonte carregado de expectativas, quando escolhas dramáticas eram possíveis, e o sistema por assim dizer escolheu a incapacidade de escolher, para poder melhor continuar, como se diz, no “vício”, no caso, consumir até o osso o “valor” que não está mais produzindo. Vai daí que um estudioso tem observado que o *dopping*, não por acaso, podemos acrescentar, permite uma espécie de rendimento sem trabalho. Como um “intoxicado anônimo”, o capitalismo perdeu qualquer condição de controlar sua compulsão a se drogar.

O fim da política tal como a conhecemos tem a ver com essa escalada da drogadição, pois a antiga política de classe, liberal-burguesa ou social-keynesiana, pressupunha um grau de controle sobre nosso destino comum que o atual dispositivo das compulsões engoliu. Ou melhor, a ele juntou-se o complemento gestor desse mesmo capitalismo dopado: o sistema das “moderações”, analisado no ótimo estudo de Leandro Siqueira sobre o indivíduo

compulsivo contemporâneo. Uma espécie de auto-vigilância sanitária igualmente dura, contrabalançando e controlando os transtornos do excesso, todo o universo desregrado das adições. De que resulta, dessa dupla compulsão, excesso patológico por um lado, moderação não menos patológica do outro. Um quadro clínico, para manter a metáfora, só aparentemente dissonante. Essa morte-processo, e não morte-acontecimento, não transcorre no ambiente tecnológico de assepsia máxima de uma UTI, mas no ambiente não menos saturado de dispositivos técnicos porém ostensivamente “sujo” de uma guerra interna de intervenção contínua nos mais variados âmbitos, e tal qual a agonia do sistema, guerra-processo, o fluxo contínuo das novas guerras, e não mais guerra-acontecimento das que “estouravam” entre entidades políticas movidas segundo a fórmula trinitária de Clausewitz (Estado/Povo/Exército) e cujo desfecho mudava o curso do mundo por serem antes de tudo também uma “espera” se agravando no horizonte. Nessa UTI a céu aberto, o mesmo capitalismo morrendo de overdose de si mesmo, move assim mesmo, ou por isso mesmo, uma guerra às drogas conduzida em duas frentes geminadas, à imagem e semelhança das compulsões de duas faces que acabamos de evocar, uma em que se encarcera e mata, outra que “cura” doentes igualmente ameaçadores, para si mesmos como para os demais. Mesma lógica de fluxo contínuo na guerra ao terror, conduzida no atacado por um Estado por sua vez terrorista no varejo. Mesmo transe final nas demais guerras do presente, é só verificar. As desintegrações se sucedem na forma de “governo”. É só reparar, para dar um exemplo recém saído do forno, no Estado Islâmico, restauração museológica da origem do Estado como crime organizado, extorquindo proteção contra a ameaça que ele mesmo re-

presenta, tal como seus congêneres bem sucedidos da comunidade internacional.

Mas voltemos à metáfora geradora do diagnóstico fechado apresentado por Wolfgang Streeck. Daria para cavar mais fundo a hipótese da agonia capitalista por *addiction*, sendo ele mesmo sua própria droga, restando é claro discutir se é essa a palavra final sobre a “experiência-droga” contemporânea. Penso no circuito metafórico da expressão *burnout*, percorrido por exemplo num estudo recente de Pascal Chabot. Na minha ignorância careta fiquei sabendo que ela ressuscitara nos anos 1970 graças à experiência de um psiquiatra numa clínica nova iorquina de atendimento a “dependentes” químicos, seja prevenindo overdoses ou reparando os danos de *bad trips*. Pescado obviamente no inglês coloquial, o termo começou a ser empregado pelo clínico em questão para descrever o estado dos pacientes derrubados pelo abuso de drogas pesadas, e logo mais, a virada semântica decisiva. Refletindo sobre a presença do fogo na expressão *burnout*, ela mesmo sugerindo algo como um incêndio da pessoa, notou que os “cuidadores” estavam apresentando os mesmos sintomas dos pacientes, como se também eles estivessem “intoxicados”: é assim que nos sentimos, “*burned out*”, e por um mesmo excesso tóxico, no caso uma demasia de investimento pessoal no trabalho de atenção e cuidado com pacientes estourados, trabalho enfim com a experiência envenenada alheia da droga. Mais do que simples fadiga, por assim dizer um cansaço novo, como se as chamas de um fogo houvessem consumido todas as energias de uma pessoa esvaziada até a alma, levando-a por fim, fechando o capítulo, a se “dopar” para aguentar o tranco e disfarçar a queda, na compulsão para variar.

Da experiência limite com a droga, a síndrome do indivíduo *burned out*, esvaziado, extenuado, incapaz de descansar e se recuperar, deu um passo lógico a mais e se instalou de vez na terra arrasada do trabalho intensificado numa “sociedade do cansaço” (Byung-Chul Han). A esse ponto chegou a doença do trabalho, uma doença pelo sufoco perante o excesso, tal como a toxicomania. O colapso da sociedade do trabalho, da organização empresarial do trabalho abstrato, converteu os sobreviventes no “emprego” em outros tantos *burned out* no âmbito de uma toxicomania de massa, restando comprovar, para fechar a equação do fim do capitalismo por overdose, se no outro extremo, o dos sujeitos monetários sem dinheiro, ou ex-proletários virtuais, no varejo das biqueiras mundo afora (“boca também é trampo, só que mais embaçado”), trabalhadores nesse ramo de um arranjo maior, o “dispositivo das drogas” (Paulo Malvasi), se “adrenalina, atenção e vigília constantes” também não queimam, no próprio e no figurado, como os colegas legais igualmente condenados a arcar com todos os riscos da firma. Se era metáfora involuntária, deixou de ser.

Resta saber, no quadro ainda desse mesmo diagnóstico terminal, que fim levou a Educação pela Noite, que para mal dos meus pecados evoquei a título de contraponto ao decálogo solar da contracultura que anunciava a chegada do futuro e o fim das expectativas boêmias, se adotarmos os parâmetros e a periodização do Alto Modernismo. É que a noite também está sendo confiscada pelo capitalismo 24/7, entre outros expedientes expropriatórios, primeiro pelo atual esforço militar de produzir esquadrões da morte de soldados resistentes ao sono, segundo o estudo mencionado de Jonathan Crary, certamente os precursores do trabalhador ou do consumidor sem sono. Desta vez, iden-

tificar o circuito neuronal e obviamente a síntese química funcional, não para estimular a vigília como pensavam os nostálgicos dos paraísos artificiais, mas para reduzir a necessidade de sono. E o que nele, sono noturno, produz escândalo num universo 24/7 iluminado e sem sombras. Primeiro, por ser uma interrupção no roubo de nosso tempo pelo capitalismo, um intervalo de tempo que não pode ser colonizado, pois nenhum valor pode ser extraído do sono, e segundo, a ser assim, continua o raciocínio de Jonathan Crary, vá que se volte a reconhecer virtualidades insurgentes nas pessoas subtraídas à acumulação pelo sonho-sono, como se deram conta os surrealistas, algo como uma sublevação dos “escravos da luz sem misericórdia”, como observou certa vez Robert Kurz, pensando por sua vez nas condições de libertação da noite, do sono e do sonho, libertação do cárcere em que os aprisionou o programa capitalista de transformação da noite em dia, a fantasia destrutiva do mercado que nunca dorme. Novamente a caminho da autodestruição pela exaustão, a grande queima do capitalismo, da energia fóssil ao motor humano, num *burnout* total. A isso levaria a indistinção entre noite e dia, claro e escuro, ação e repouso, ainda segundo Crary, uma zona de insensibilidade, de amnésia, de tudo que impede a possibilidade de experiência, que compara a um estado de emergência transformado em condição permanente: na sua analogia, o planeta repensado como um local de trabalho ou consumo ininterruptos se assemelharia a um vasto campo em que, aparentemente em resposta a uma circunstância extrema, um conjunto de refletores é repentinamente aceso no meio da noite e assim permanece indefinidamente num estado no qual “a produção, o consumo e o descarte ocorrem sem pausa, apressando a exaustão da vida e o esgotamento dos recursos”. Noite e Dia.

Esse o ponto por onde começamos, e encerro, agora que sabemos ser o da overdose do capitalismo. O da noite desencantada e expropriada pela lógica da compulsão 24/7, e que não obstante tudo isso, à contracorrente mesmo, em seus começos de explosão libertária, a certa altura do novo tempo do mundo (pois é disso mesmo que se trata, um novo “regime de historicidade”, como falam os teóricos franceses da história do presente enquanto gênero com epistemologia própria), lá por volta dos anos 1990 e 2000, voltou pedindo nova inscrição, voltou reencantada por duas potências do êxtase, a droga 2.0 e a música *techno*, voltou dando a volta por cima, como herdeira legítima da virada contracultural dos anos 1960/70 e suponho que por esta não esperava o nosso amigo Luiz Carlos Maciel, deslocando inteiramente para a noite inimiga da produção diurna o centro da existência de toda uma geração. Esse o ponto de partida do estudo de Tales Ab’Sáber, que nem em sonho penso remexer à cata das observações preciosas que contém, sobre a confluência *fin de siècle* entre noite, música eletrônica e alcaloides jamais imaginados em Pasárgada, o conjunto desenhado em suas três dimensões para não acabar nunca, nem a noite, nem o pulso musical infinito, muito menos a liga química entre os dois. Só que o argumento vai na contramão da esperança utópica pressentida pelos *clubbers*. Tal dispositivo também gira em torno de um esgotamento, mais um, precisamente um “esgotamento das energias utópicas”, cabendo lembrar que o autor desta frase que correu o mundo só a enunciou para melhor corrigi-la, afirmando que era sim uma utopia que se esgotava, mas a da emancipação pelo trabalho, e que outra já ocupava a cena, a do reconhecimento social... Não se passa um bastão desses assim. Nem o trabalho a rigor era utopia de ninguém. Aliás o que se viu foi uma tremenda ampliação da jornada com a indistinção de noite e dia. Por

onde começa o Teorema de Tales, a saber, que a verdadeira “jornada” ocorre à noite, sem hora para começar, a qualquer momento do dia, nem acabar, salvo quando principia a cessar o efeito da droga, abrindo uma pausa para respirar entre um turno e outro. A mobilização portanto voltou a ser total, como noutros tempos, a da guerra e a do trabalho, de resto uma puxando a outra. Só que a energia mais do que consumida à noite, devastada, esvazia a experiência do dia seguinte, na explicação de Tales. Porque já não tinha mais objeto o êxtase noturno. No limite, um dispositivo de governo das forças do êxtase. Mas a notícia real é a de que elas andaram por ali. Por isso esse estudo sobre a experiência contemporânea da droga, realizada num dos grandes laboratórios do tempo presente, em que a demanda política parece não se dirigir sobre nada, em que se festeja o fato de não haver mais nada a festejar, na verdade é um inventário minucioso de um tremendo desperdício. Naquelas casas ocupadas em Londres e Berlim em meados dos anos 1980 era para acontecer uma formidável festa pós-burguesa, e no entanto, interessa menos ao autor a evocação das potências utópicas próprias deste mundo *pop*, que julga intenso e criativo, mas procurar saber de que modo essas intensidades noturnas da droga e da música foram desperdiçadas. Mas que foi uma outra Educação pela Noite, foi, ou deve ter sido pois minha condição não permite mais do que fantasiar em torno daquele mundo de música, química e computadores que o Tales conseguiu mapear sabe-se lá como.



Este livro foi composto
nas fontes Literata e Work Sans
em abril de 2026.